

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
Departamento de História

**Dissertação de Mestrado**

---

**PELAS MARGENS DO SÃO FRANCISCO: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E  
FICCIONAL DE ANTÔNIO DÓ**

**Aluna: Marcela Telles Elian de Lima**  
**Orientadora: Heloísa Maria Murgel Starling**

Linha de Pesquisa: Cultura Política

Belo Horizonte, Maio de 2006.

## SUMÁRIO

1) Introdução .....	5
2) Fazendeiro sem terras .....	17
3) Antônio Dó e o sertão do São Francisco .....	45
4) Violência .....	76
5) Considerações finais .....	102
6) Lista de acervos e fontes .....	108
7) Bibliografia.....	109

## ***AGRADECIMENTOS***

Agradeço a CAPES por viabilizar esse trabalho.

Nas Minas, agradeço a minha orientadora Heloísa Maria Murgel Starling. Não vou aqui enumerar os aspectos pelos quais sou grata. Qualquer tentativa nesse sentido, me parece, restringiria a dimensão de sua contribuição, não só nessa dissertação, mas principalmente ao que dela escapa. A Carla Maria Junho Anastasia, agradeço pela leitura atenta do projeto e indicações bibliográficas; por ter se disposto a co-orientar esse trabalho, ainda que minha timidez tenha inviabilizado um acompanhamento mais próximo. Cisse, obrigada pelas conversas, pelas discussões, pelo apoio intelectual e emocional. Espero levar comigo tudo que pude aprender com você nesses anos de convivência quase diária.

Agradeço ao Henrique e a Juliana pela leitura atenta desse trabalho. Ao César, pelas vírgulas, certamente, mas pela amizade antes de tudo. À todos os amigos do Projeto República, por revestirem o esforço despendido nesse, e em tantos outros trabalhos, de uma teimosa alegria. Para mim, trabalhar com vocês é o maior bônus do Projeto República. Não poderia deixar de agradecer, também, aos meus amigos de mestrado Jonas, Fernanda e Tatiana pelo apoio, companheirismo e torcida. À Salime e Bororó, meus avós, que sempre deixaram abertas, para mim, as portas na Maranguape, 344. Agradeço ao meu padrinho Paulo por me ajudar a reduzir qualquer problema a sua real dimensão. Ao meu pai e tios que se mostraram sempre prontos a ajudar. Ao Bruno Viveiros, obrigado por escutar, por ler, por estar presente, por encantar os momentos mais difíceis e tornar esse trabalho muito menos solitário.

Nos Gerais, agradeço ao meu “orientador sertanejo”, João Botelho Neto que compartilhou comigo, e tantos outros, seu vasto conhecimento, sua paixão e entusiasmo pelo passado da nossa região. A Petrônio Braz, por ceder, a mim, os originais de sua obra e, a Antônio Dó, sua

imaginação. A Alinne, Elenice, Juliana e Mylena por uma amizade, meio euclidiana, ou seja, tão forte quanto o sertão que a viu surgir. A minha avó Zezinha e avô Mundinho, por terem me ensinado, desde muito cedo, o encanto das letras. Mas, principalmente e acima de tudo, eu agradeço a minha mãe Aparecidinha por todo amor e pela espera paciente e resignada.

## *INTRODUÇÃO*

O corpo de Honório Antunes de França foi sepultado, em 1909, de bruços e com uma moeda de prata na língua. Assim foi feito para que o assassino, que lhe deu morte, não fugisse<sup>1</sup>. Honório era um dos filhos de Benedito e Sebastiana Antunes de França. Esse casal havia partido de Pilão Arcado, na Bahia, por volta de 1880. Junto com os filhos, Honório, Antônio, Herculano, Josefa, Romana e Benedita Antunes de França foram tentar um recomeço nos gerais de Minas. Uma nova vida, quem sabe, longe da seca que nesse período assolava Pilão Arcado. A família seguiu rio São Francisco acima, até dar na cidade de mesmo nome. Estabeleceram-se nesse município, na região da fazenda Boa Vista, onde adquiriram sua propriedade.

Os Antunes de França prosperavam com a lida do gado e o cultivo da lavoura, e Honório Antunes acabou por se tornar um rico fazendeiro na região. Junto com seu irmão Antônio e o pai Benedito, tomaram parte na política local como eleitores do antigo Partido Liberal, cujos membros eram popularmente denominados de “Morcegos”. A esse partido, se opunha o Partido Conservador, composto pelos chamados “Gaviões”. Essas facções partidárias disputavam as eleições na cidade de São Francisco, em cujo município se localizava o latifúndio da Boa Vista.

Após o falecimento dos pais, os irmãos Antunes de França continuaram a lida em suas propriedades, mas começou a ser vislumbrado o fim da tranquilidade para essa família. Josefa Antunes, uma das irmãs, havia se casado com um homem de nome Marcelino, e o casal vivia na propriedade do irmão de Josefa, Antônio Dó. Sobre o cunhado, logo recaiu a suspeita de roubo do gado de Antônio Antunes. Marcelino repassava o gado roubado para alguns dos “gaviões”, que o vendiam no matadouro da cidade. Honório Antunes se dispôs a mediar o conflito entre o

---

<sup>1</sup>AMBRÓSIO, Manoel. *Brasil Interior: palestras populares – folk-lore das margens do São Francisco*. São Paulo: Editor Nelson Benjamin Monção, 1934. p. 99

irmão e o cunhado, mas em 1909, como vimos, acabou assassinado. O suspeito pela morte, mais uma vez, foi Marcelino, mas sua culpa nunca foi aferida, pela justiça e o gado de Antônio Dó continuava a desaparecer.

Em 1909, Antônio Dó foi chamado a comparecer frente ao delegado especial, capitão Américo Ferreira. Tinha sido acusado por Maurício Pereira da Rocha de o haver chicoteado em sua própria casa, devido a uma questão de terras havida entre ele e Antônio Dó. Esse último apresentou o documento que firmava a posse que estava sendo contestada por Maurício Rocha, mas ainda assim foi insultado pelo capitão Américo, com quem acabou travando uma luta. Antônio Dó foi detido e espancado por soldados em praça pública e enviado para prisão. Ainda não satisfeito, o capitão Américo Ferreira o acusou de desacato à autoridade, seguido por agressão física, mas Antônio Dó acabou sendo inocentado das acusações proferidas pelo delegado<sup>2</sup>.

Em 1911, outro incidente pôs em risco a garantia da posse dos bens desse fazendeiro de Pilão Arcado. Antônio Antunes entrou em disputa com seu vizinho Manoel Francisco da Silva Porto, o Chico Pebá, pelo direito de uso de uma nascente de água localizada na divisa da propriedade de ambos. Abertas para servir a todos, as nascentes eram utilizadas pelos moradores da região para dar de beber ao gado, até que um dos olhos d'água foi cercado por Chico Pebá. Baseado no precedente, Antônio Antunes cercou a nascente restante. Contudo, Manoel Francisco da Silva Porto, importante fazendeiro na Boa Vista e vereador municipal, com a intenção de resolver a situação com Antônio Dó do modo mais rápido e definitivo, fez uso de sua influência e correu ao Presidente da Câmara, Sancho Ribas além de ir à delegacia para prestar queixa contra seu vizinho. Coube à polícia a destruição da cerca erguida por Antônio Dó, que a reconstruiu

---

<sup>2</sup> Processo conduzido pelas normas da Consolidação do Processo Criminal do Estado de Minas Gerais, aprovada pelo Decreto nº 1.937, de 29 de agosto de 1906. Acervo Privado Petrônio Braz

logo em seguida. De acordo com Saul Martins e Brasileiro Braz, logo após esse incidente, Dó foi chamado à presença do capitão Américo Ferreira Lima. Após uma discussão, Dó chegou a “passar a esporas” no capitão, mas logo em seguida foi imobilizado, amarrado a um umbuzeiro e espancado pelos soldados, a mando de Ferreira Lima. O desfecho atribuído por esses autores ao conflito entre Dó e Chico Peba, assemelha-se ao rumo tomado pela anterior desavença entre o primeiro e Maurício Pereira da Rocha. Isso insinua um descompasso entre as informações recolhidas por esses autores e a documentação posteriormente encontrada. Porém, num ponto, as discordâncias se desfazem.

Tanto Brasileiro Braz quanto Saul Martins afirmam que, após ser libertado, ao retornar à Boa Vista, Antônio Antunes de França encontrou sua propriedade destruída. Poucas cabeças de gado haviam restado. Com a morte de seu irmão, em 1909, e seu afastamento, seu cunhado Marcelino havia se apoderado das fazendas e, com a conivência de poderosos do lugar, continuou a roubar e vender o gado. Frente a essa situação, o outro irmão de Antônio Dó, Herculano Antunes de França, sem ter como estabelecer garantias, se mudou para uma propriedade próxima ao povoado de Vargem Bonita, no município de Januária.

Sem demora, Antônio Antunes juntou alguns capangas com o intuito de invadir a cidade de São Francisco. A notícia correu, “o Sr. Coronel Antônio Ferreira Leite, presidente da Câmara de São Francisco”, solicitou “providências ao governo sobre o fato de estar o cangaceiro Antônio Dó aliciando capangas para atacar aquela cidade. O Sr. Dr. Américo Lopes, Chefe de Polícia, fez seguir há dias, para ali, o delegado de Januária”<sup>3</sup>. Era justamente com o delegado Sizenando de Barros que Antônio Dó queria se encontrar, para com ele negociar um acordo com as autoridades da região.<sup>4</sup> A chegada de Antônio Dó e seu bando era temida por todos na cidade, e ele não se fez

---

<sup>3</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Jornal Minas Gerais. 08/06/1913.

<sup>4</sup> BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 385.

esperar. No dia 30 de maio de 1913, Antônio Dó invadiu a cidade de São Francisco. Com alguns jagunços, instalou-se no mercado municipal e de lá mandou vir a seu encontro as autoridades. Após negociar o pagamento de seus prejuízos, Dó rumou de volta à Boa Vista, mas sua impertinência não ficaria sem resposta.

No dia seguinte ao da invasão de São Francisco, saiu de Belo Horizonte, chefiada pelo Alferes João Batista de Almeida, a 1ª expedição organizada para capturá-lo. Os dois grupos de combate que a formavam seguiram para o norte de Minas por um dos vapores da Cia. de Navegação Mineira do São Francisco, que fazia o percurso entre Pirapora e Juazeiro. Ao chegarem à cidade de São Francisco, guiados por Chico Peba, os soldados partiram ao encontro de Antônio Dó, na Boa Vista. Contudo, não precisaram fazer todo o percurso, pois Dó os aguardava no caminho, numa emboscada. Deu-se então, no dia 05 de junho de 1913, o primeiro tiroteio entre o bando de Antônio Antunes com a Força Pública Mineira. Em pouco tempo, foi “desbaratada, ali na Boa Vista, a expedição Baptista, com o sacrifício de muitas vidas, inclusive a do oficial comandante”, que morreu numa frustrada tentativa de fuga através do rio São Francisco. Não só o Alferes João Batista de Almeida acabou morrendo afogado, mas muitos dos “vinte e quatro bisonhos milicianos da capital”<sup>5</sup> haviam sido “liquidados a golpes de facão”<sup>6</sup>, por Antônio Dó e os dezoito jagunços que o acompanhavam.

O insucesso da primeira tentativa em prender o fazendeiro não esmoreceu o ânimo dos soldados. Dois dias após a luta entre Antônio Dó e o Alferes João Batista de Almeida, uma 2ª expedição partiu da capital<sup>7</sup> rumo ao município de São Francisco. Dessa vez liderada pelo tenente Raymundo de Mello Franco, a expedição contava com cinquenta e seis praças, além do delegado

---

<sup>5</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 390.

<sup>6</sup> ASSIS, Anatólio Alves de. *Histórias do Terceiro Batalhão*. APUD: MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 233.

<sup>7</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais Minas Gerais, 08/06/1913.

auxiliar Arthur Furtado e do Alferes José Pereira de Castro. Aos policiais vindos da capital mineira, juntaram-se destacamentos das delegacias de alguns dos municípios ribeirinhos e chegaram a ser reunidos na cidade de São Francisco “cerca de duzentos soldados da Brigada”!<sup>8</sup>. No entanto, Antônio Dó já andava longe, havia partido rumo ao município de Januária, para o povoado de Vargem Bonita.

Oitenta praças liderados pelo baiano Felão, como era conhecido o temido Alferes Félix Rodrigues da Silva, seguiram a pista de Antônio Dó e chegaram no dia 18 de junho de 1913, em Vargem Bonita. Nessa mesma data, trocaram tiros com o bando, porém, mais uma vez, o fazendeiro da Boa Vista não se deixou capturar. Ao fim do tiroteio, partiu rumo aos gerais da Bahia, deixando para trás vinte soldados mortos e um frustrado alferes. Após o malogro da empreitada, Félix Rodrigues da Silva mandou queimar as casas do povoado, quase todas cobertas por palhas de buriti. Um dos moradores, acusado de haver dado abrigo a Antônio Dó, foi queimado junto com sua família; outro, foi fuzilado na frente dos filhos. Alguns deles foram submetidos a vexações, como terem suas esposas e filhas obrigadas a cozinhareм nuas para os soldados<sup>9</sup>. Segundo o relato de Brasiliano Braz, no povoado da Vargem Bonita, “atrocidades houve e das mais condenáveis, inclusive o frio assassinio de mais de vinte habitantes e o incêndio total do povoado”<sup>10</sup>. Contudo, de acordo com o telegrama oficial publicado em 1913, pelo jornal *O Pirapora*, os homens do bando de Antônio Dó teriam sido “completamente desbaratados, morrendo Antônio Dó e companheiros, ficando dois soldados feridos” e, segundo a matéria que acompanha a transcrição do telegrama, na Vargem Bonita teria ficado “firmada a bravura de nossos soldados e a ação profícua de nossas autoridades”<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*.p. 50.

<sup>9</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*.p. 59-60.

<sup>10</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 394.

<sup>11</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. *O Pirapora*, 22/06/1913.

Somente um ano após a destruição do arraial outra expedição foi enviada da capital para capturar Antônio Dó. Aparentemente, a Força Pública do Estado de Minas Gerais retomou a busca, depois da denúncia do ex-soldado Joaquim Carlos e Almeida Garcia. Em carta de 10 de maio de 1914, o ex-soldado informa à Chefia de Polícia que Antônio Dó se encontraria homiziado no Sítio do Meio, povoado localizado no município de Carinhanha, na Bahia, sob a proteção do chefe do distrito de Cocos. Sem alarde, a 03 de junho de 1914, o Alferes Otávio Campos do Amaral deixa Belo Horizonte rumo ao sertão norte-mineiro. Três dias depois, pela terceira vez, a cidade de São Francisco assiste, no cais do porto, a chegada da Força Pública Mineira.

Dessa cidade, o Alferes Amaral e seus vinte e dois homens partem para a Bahia. No dia 23 de junho, no município de Carinhanha, o Alferes comunicou, por telegrama, ao Chefe de Polícia, Herculano César, os resultados do primeiro encontro com o bando de Antônio Dó. Segundo Otávio Amaral, apesar do destacamento ter sido bem sucedido nos primeiros tiroteios, seria necessário enviar reforços com urgência, pois Antônio Dó estava armando uma emboscada para os oficiais. Em sua resposta, Herculano César aconselha “proceder sempre com calma”<sup>12</sup> e, para auxiliar o Alferes, mandou os praças disponíveis nas cidades de São Francisco, Pirapora e São Romão. Contudo, a Força Pública mais uma vez perde a pista do facinoroso procurado e, uma semana depois, Otávio Amaral telegrafia para a capital: “Dó foragido, força não viu até hoje, que fazer?”<sup>13</sup>. Seria mesmo necessário, como afirma Manoel Ambrósio, ser Deus ou ter “o dom da ubiquidade para agarrá-lo ao mesmo tempo em São Romão, vales do Urucuia, Carinhanha e Paraná, em Goiás, e em muitos outros pontos deste vasto sertão”<sup>14</sup> ?

---

<sup>12</sup> Pol 8: Caixa 14. Doc 03 – 1914. APM.

<sup>13</sup> Pol 8: Caixa 14. Doc 03 – 1914. APM.

<sup>14</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*. Encontro com o Folclore Petrópolis: Imprensa Vespertino Ltda, 1976.p. 87.

Bom, de todo modo, não demorou muito tempo para a que a Força Pública retomasse a pista de Antônio Dó. O Coronel Veríssimo, da cidade de Carinhanha, que havia prometido prestar “à Força Pública todo apoio sem reserva de condições, pois tem recursos pecuniários e goza influência dos seus municípios”<sup>15</sup>, cedeu o vaqueiro Benedito Alagoano, para auxiliar os soldados na busca. No rastro de Antônio Dó, Benedito logo informa ao Alferes e seus homens que o bando já se encontrava no estado de Goiás, próximo ao rio conhecido como Galho do Antônio<sup>16</sup>. No dia 06 de julho de 1914, dá-se o tiroteio entre o bando do Dó e os soldados da Força Pública. Do entrevero, o Alferes Otávio Campos do Amaral sai ferido, sendo obrigado a abandonar o posto de liderança. Com a intenção de substituí-lo, no dia 31 de Julho, Horácio Chisto, delegado especial da cidade de Carinhanha, comunica à Chefia de Polícia que partirá dentro de três dias ao “encontro (do) Alferes Amaral (para) poder assumir comando (da) força” e “prosseguir diligência criminoso Dó”. Contudo, a essa altura, mais uma vez, Antônio Dó já havia conseguido escapar da Força Pública. Fugiu para Goiás, onde se colocou sob a proteção do coronel Joaquim Gomes Ornelas. Em troca da proteção, Dó entregou suas armas a serviço dos Ornelas e chegou mesmo a auxiliar o primo do coronel Joaquim, o coronel. João Duque, na luta contra seus inimigos na cidade de Carinhanha<sup>17</sup>.

Dessa ligação com o coronel Ornelas, Antônio Dó saiu com um auxílio para iniciar o trabalho de mineração clandestina na região do rio Urucuia. De volta a Minas Gerais, fez da Serra das Araras o ponto central de suas atividades. No lugarejo onde garimpava, Dó era procurado para resolver litígios em torno de terra e gado entre os moradores. No município de Paracatu, vingou a morte do pequeno proprietário Léo de Almeida, assassinado após ter feito uma pequena

---

<sup>15</sup> POL 8: Caixa 14. Doc 03 – 1914. APM.

<sup>16</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 78. BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 397.

<sup>17</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 400.

plantação nas terras do potentado João Antônio Soares. Em 1928, Antônio Dó foi procurado pelos negros Beirão, moradores da Fazenda Cabeça de Negro, próxima à Serra das Araras, para impor à proprietária dessa fazenda, Maria Antônia Pereira, a partilha dos bens havidos por herança de seu marido entre os irmãos Beirão. No município mineiro de São João da Ponte, foi a vez do Padre Joaquim Nery Gangana recorrer a Dó, para que ele intercedesse a favor de lavradores prejudicados por um agrimensor na divisão da Fazenda Saco de Sant'Ana.

Antônio Dó agia a favor dos que a ele acorriam em troca de parte dos bens em disputa e, assim, adquiria, cada vez mais, inimigos entre aqueles cujos interesses afrontava. Contudo, a dificuldade em derrotá-lo numa peleja havia lhe atribuído a fama de ter o corpo fechado para armas brancas ou de fogo. Para por fim a suas estripulias, seus inimigos teriam que armar uma artimanha muito mais sutil do que um enfrentamento direto, e assim foi feito. Da sua empreitada na Fazenda Saco de Sant'Ana, Antônio Dó partiu de volta ao município de São Francisco, levando entre seus homens Fulô Taboca, camarada contratado para se infiltrar no bando com o objetivo de assassinar Dó em troca de oito contos de réis<sup>18</sup>. Uma vez dentro do bando, o jagunço começou a tramar o assassinato do líder, junto com outros membros seduzidos pelo desejo de se apoderarem dos bens do chefe. Para levar a cabo o assassinato, armaram-se de uma mão de pilão e, com ela, o golpearam “até reduzir-lhe a papa a cabeça”<sup>19</sup>. No dia 14 de novembro de 1929, jagunços do próprio bando deram morte a Antônio Dó; contava ele setenta anos<sup>20</sup>.

A trajetória de Antônio Dó, resumidamente aqui descrita, resulta basicamente do entrecruzamento das informações contidas nos documentos da chefia de polícia, jornais, processos, telegramas e relatórios. Além disso, alguns dos fatos descritos foram retirados da obra

---

<sup>18</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 112. BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p.402

<sup>19</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Estado de Minas, 19/11/1929.

<sup>20</sup> No auto de qualificação datado de 1909, quando perguntado, Antônio Antunes de França responde contar com cinquenta anos, já Saul Martins afirma ter Antônio Dó falecido com setenta e nove anos.

do antropólogo e folclorista Saul Martins, produzida “com todo rigor científico”<sup>21</sup>, e do “depoimento pessoal” de Brasiliano Braz, “que outro mérito não tem que o de procurar esclarecer detalhes ainda obscuros”<sup>22</sup> da vida do bandido. Contudo, não foram apenas esses discursos, pretensamente objetivos, que trataram da trajetória de Antônio Dó. Suas façanhas foram cantadas, romanceadas, e seus feitos, desse modo, imortalizados. Além de algumas canções<sup>23</sup> e do filme produzido por Paulo Leite Soares<sup>24</sup>, dois romances tratam de suas tropelias. São eles *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* e *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*<sup>25</sup>. Ambos, em grande medida, buscam afirmar o compromisso do texto literário com a veracidade dos fatos. Para isso, no primeiro caso, o autor recorre ao fato de ter sido “testemunha ocular”<sup>26</sup> de vários dos eventos narrados; e no segundo, por ser a obra produto de uma “busca permanente de novas fontes escondidas na tradição oral, nas bibliotecas, nos arquivos públicos e particulares”<sup>27</sup>.

A delimitação das fontes primárias não ficou restrita aos documentos que dizem respeito unicamente a Antônio Dó. Também foram analisados aqueles capazes de lançar luz sobre a conjuntura na qual se deu a ação desse lavrador tornado bandido. Isto porque a análise de sua trajetória acabou por nos levar a importantes questões relacionadas à estrutura política e social do noroeste mineiro, no período em que ele perambulou por essa região. Tentar recuperar seus encontros com inimigos, amigos e desconhecidos, os duradouros e os ocasionais, as emboscadas e as lutas, acabou por implicar na recomposição de diferentes aspectos da vida política dos

---

<sup>21</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p.13.

<sup>22</sup> As obras são respectivamente: *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão* e *Antônio Dó à luz da história: vida e morte do valente sertanejo*.

<sup>23</sup> A trajetória de Antônio Dó foi está presente na obra de grupos regionais como o Grupo Raízes, e de cantores como Maurício Tizumba e Tom Andrade. Para tanto ver: GRUPO RAÍZES (int.) *Olhe bem as montanhas*. São Paulo: Fermata Indústria Fonográfica Ltda, 1980; ANDRADE, Tom (int) *Cantilena*. (BH. Alpha. MOC). BEMOL, s/d e [www.asminasgerais.com.br](http://www.asminasgerais.com.br).

<sup>24</sup> SOARES, Paulo Leite. *O bandido Antônio Dó*. Belo Horizonte: Filmes do Vale/Embrafilme, 1979.

<sup>25</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* e BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. Montes Claros: Edibraz, 2004.

<sup>26</sup> AMBRÓSIO. *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*. p. 07

<sup>27</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 12

fazendeiros, soldados, jagunços, agrônomos, lavradores e viajantes que por lá também andaram. Um universo que foi tomado de empréstimo pelos ficcionistas, responsáveis pelo segundo grupo das fontes utilizadas, na construção de um outro mundo, que, às vezes, toma o primeiro de assalto e o interroga sobre as possibilidades nele encerradas, para trazê-las à tona e impedir que se percam no tempo. Foi a tentativa de acompanhar os passos de Antônio Dó e atravessar com ele esses dois mundos – o real e o ficcional –, para perceber o significado de sua ação no contexto em que ela se deu, ou a ela atribuído posteriormente, que orientou, em grande medida, essa dissertação.

A passagem de lavrador à bandido, a relação estabelecida entre a formação de seu bando e o pretense atraso do noroeste mineiro e a polarização da violência em sua figura dizem respeito a três importantes fatores da vida desse local, durante as primeiras décadas da república. São eles: a propriedade da terra, a caracterização desse lugar como sertão e o constante recurso à violência na resolução de conflitos em torno da propriedade. Foi a singularidade da relação existente entre Antônio Dó, a terra, o sertão e a violência que levaram, por sua vez, ficcionistas, por meio de diferentes linguagens e em momentos distintos da história, a retomarem sua trajetória. Portanto, resta compreender como essas relações se deram e como foram apresentadas pelas canções e obras literárias que as tematizaram.

No primeiro capítulo, tentaremos mostrar como Antônio Dó foi capaz de subverter a base do mando no noroeste mineiro. Nesse período, a posse da terra garantia aos homens não apenas a sobrevivência, mas, quando bem firmada, possibilitava arregimentar, no meio rural, votos e homens armados. Esses, por sua vez, garantiam aos proprietários ocuparem cargos públicos e indicarem aliados para posições chaves na política local. Para fechar uma espécie de ciclo, esses cargos públicos não só reafirmavam a posse das propriedades, como levavam esses homens públicos a arriscarem, por meio da violência, ampliá-las e assim reforçarem seu poder de mando.

Frente a essa situação, as queixas contra esses fazendeiros, feitas por lavradores que outra garantia de posse não tinham além da escritura de registro das terras, eram freqüentes. Um desses lavradores foi Antônio Antunes de França Dó. Contudo, Dó foi capaz fazer frente a esses fazendeiros rompendo com esse ciclo e optando por um atalho. Acreditamos que, ao abandonar sua propriedade na Boa Vista para liderar um bando de homens armados, ele dispensou a posse da terra como fator necessário para o exercício do mando e, sem propriedade ou cargos, se colocou em pé de igualdade com os fazendeiros da região. Foi a possibilidade de equiparação entre lavradores e fazendeiros apenas por meio da força que ele levou a cabo nos gerais de Minas, Bahia e Goiás.

Uma região que, além de ser um espaço geográfico determinado, é depositário de uma idéia – a idéia de sertão. Tendo em vista as tentativas de compreender o Brasil, empreendidas nas primeiras décadas da república, através da dicotomia sertão/litoral<sup>28</sup>, buscaremos perseguir, no segundo capítulo, os sentidos atribuídos a esses termos e como eles se deslocam ao se tratar de Antônio Dó e o sertão do São Francisco. De início, esse facinoroso era apresentado como resquício de um passado bárbaro que, esporadicamente, irrompia da calma do lugar. Para superar esse passado que teimava em persistir, cabiam as iniciativas modernizadoras vindas da capital. Posteriormente, pela literatura, ao contrário, esse mundo bárbaro deixa de ser a exceção e toma o primeiro plano da narrativa. Nesse novo olhar, a ação de Antônio Dó deixa de ser considerada como exceção, mas, ao contrário, é tomada como expressão da gente forte que se desenvolveu às margens do São Francisco.

---

<sup>28</sup> Sobre esse tema ver, entre outros: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1999; ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000; SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

Por fim, no terceiro capítulo, a ênfase da análise recairá sobre a questão da violência. Um tema que perpassou a discussão sobre a questão do mando exercido sobre Antônio Dó, assim como foi mobilizado na caracterização do sertão do São Francisco como espaço da barbárie, do atraso. Nesse capítulo, a violência será discutida a partir da construção do mecanismo da vítima expiatória identificado por René Girard<sup>29</sup>. Na falta de um sistema judiciário imparcial, capaz de tirar a vingança das mãos da vítima, a propagação da violência se apresentava como um risco constante no sertão do noroeste mineiro. Para por fim a esse perigo, Antônio Dó passou a congrega o ódio que antes lançava uns contra os outros. Desse modo, o ódio de todos contra todos deu lugar ao ódio de todos contra um. Essa transferência foi possível devido à transgressão levada a cabo por Antônio Dó, ao colocar em risco o único fator que restava de diferenciação entre os homens dessa região, a posse da terra. A partir dessa ação, a violência de todos foi camuflada pela violência de um indivíduo. Sua morte então passou a significar o fim do perigo e o restabelecimento da ordem, fazendo com que, após seu assassinato, fossem atribuídos a Antônio Dó ares de herói.

Terra, sertão e violência – são esses os termos que emergem da fala de contemporâneos ou não a Antônio Dó, quando se propõem a investigar esse fazendeiro tornado bandido e seu mundo. Essa dissertação tomou para si o mesmo desafio, mas não partiu do zero, partiu dos escritos desses homens que, a seu modo e em seu tempo, a precederam. Esse trabalho busca conjugar as informações daí extraídas e avançar um pouco no que diz respeito à análise dos resultados, mas, ao fim e ao cabo, o desejo foi o mesmo: reinscrever mais uma vez no tempo a vida e a morte desse homem das barrancas do São Francisco.

---

<sup>29</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra/UNESP, 1990.

## **FAZENDEIRO SEM TERRAS**

*Vivo do que faz meu braço  
Meu braço faz o que a terra manda\*  
(Sá e Guarabyra)*

Em 1922, o lavrador Cândido Pereira da Motta acusou seu vizinho, Paulino de Almeida, de invadir suas terras e destruir suas cercas e plantações. O fato nada teria de excepcional, pois a invasão de Paulino é apresentada, no processo, como prática corriqueira em “certos pontos abençoados ou malditos da nossa Pátria”<sup>30</sup>. Lugares como o noroeste mineiro, onde o “modo de constituir a propriedade”<sup>31</sup> se dá por meio da violência. A justiça é “uma realidade para os grandes chefes dominadores e seus protegidos; os latifúndios são vulgares nestes pontos distantes do nosso ‘far west’”<sup>32</sup>. Cândido Pereira, em seu depoimento, acusa os pequenos lavradores de serem tratados como escravos, enquanto “os proprietários de terras usurpadas vivem tranqüilamente garantidos, sem haver olhos que vejam esses escândalos”<sup>33</sup>.

De fato, durante as primeiras décadas da República, no noroeste mineiro, ainda havia homens cuja posse da terra possibilitava o controle sobre a população local. Contudo, eles não tinham mais a força e a autonomia dos potentados do período colonial, cuja riqueza, “aliada à ausência de autoridades naquela área (...) permitiu a consolidação de territórios de mando dos potentados e trouxe, conseqüentemente, a dificuldade para se controlar o poder desses patronos e a violência derivados da baixa institucionalização política na área”<sup>34</sup>. Pode-se ver que a figura do mandão está presente na história do Brasil desde os tempos coloniais. É ele o indivíduo que

---

\* SÁ, Luís Carlos, GUARABYRA. Quem saberia perder? In: SÁ & GURABYRA. *Vamos por ai*, São Paulo: Eldorado, 1990.

<sup>30</sup> Projeto Preservar. Est: 04 Cx: 15 Doc: 15

<sup>31</sup> Projeto Preservar. Est: 04 Cx: 15 Doc: 15

<sup>32</sup> Projeto Preservar. Est: 04 Cx: 15 Doc: 15

<sup>33</sup> Projeto Preservar. Est: 04 Cx: 15 Doc: 15

<sup>34</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

exerce um poder pessoal e arbitrário sobre uma camada da população, impedindo seu acesso ao mercado ou à política, por dispor de “algum recurso estratégico, em geral a posse da terra”<sup>35</sup>. Contudo, nas primeiras décadas da República, dois fatores irão alterar essa situação: a implantação do federalismo e o declínio financeiro desses homens. A conjunção desses fatores dará origem ao coronelismo, que incorpora o mandão, agora menos autônomo do que os potentados coloniais. No novo contexto, somente a terra não é suficiente para a imposição do mando. O empobrecimento dos coronéis do período republicano os leva a recorrer ao Estado em busca de cargos públicos que lhes conferissem meios para afirmar seus interesses políticos e econômicos frente a seus rivais<sup>36</sup>.

É por terem aliados em posições estratégicas como a de delegado, juiz e, principalmente, presidente da câmara municipal, que *os grandes chefes dominadores e seus protegidos* não apenas podiam estar seguros de sua propriedade, como ainda arriscavam ampliá-las, avançando sobre propriedades alheias *sem haver olhos que vejam esses escândalos*. De posse desses cargos, esses mandões eram “capazes de oprimir ou proteger os próprios trabalhadores ou de perseguir os trabalhadores dos rivais, fazendo uso da política”<sup>37</sup>.

Contudo, nem mesmo esses mandões estavam completamente alheios ao risco de verem suas terras invadidas. Pois, se os cargos públicos poderiam garantir a posse e ampliação da propriedade dos membros da política situacionista, uma virada do jogo e a perda do poder municipal deixava os outrora *chefes dominadores* a mercê de seus rivais. Foi o que se deu em 1912, com o coronel Jovino Trindade, Presidente da Câmara do município de Brasília (de

---

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 133.

<sup>36</sup> Para uma discussão sobre o Coronelismo ver: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* 2ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975. CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 130-153

<sup>37</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. p. 138.

Minas). Líder do partido popularmente conhecido como “Pelados”<sup>38</sup>, Jovino Trindade contava poder permanecer no cargo mesmo após o fim do seu mandato. Contudo, sua intenção foi contrariada pelo coronel Sansão da Costa Oliveira, que, por sua vez, era líder dos “Estrepes”. Nas eleições, a vitória coube a essa facção, e logo após ser anunciada a derrota dos “Pelados”, “começaram as represálias contra o vencido. Houve passeata, sem faltarem os insultos por elementos irresponsáveis”. Como recorda Henrique de Oliva Brasil, assim que os “Estrepes” assumiram os cargos municipais, pelas ruas da cidade passaram “uma turma de homens, uns conduzindo enxadões, enxadas e picaretas, outros portando carabinas, rumando para um cercado de pasto”, pertencente ao coronel Jovino, “para mudarem uma cerca com o fim de alargar os terrenos de uma olaria em que trabalhava Vital Redondo, talvez, um eleitor da facção do coronel Sansão”<sup>39</sup>.

Ainda que as benesses da vitória fossem tentadoras, um “Pelado” nunca viria a se tornar um “Estrepe”. Realmente, nas cidades do norte de Minas Gerais, a ligação a um partido ou outro, como assinalou Judy Bieber<sup>40</sup>, desde o Império, atribuía uma identidade pessoal à população rural. Dessa forma, o indivíduo se afirmava dentro da comunidade como membro de um partido em oposição a outro, ainda que ambos propagassem, pela imprensa, os mesmos valores, e compartilhassem o mesmo discurso. A lealdade ao partido era afirmada como questão de honra e rigidez de princípio, o que fazia dos oportunistas casos raros, e muito mal vistos, pois tal atitude era considerada imoral e desonrosa. Cabia ao indivíduo ser leal ao seu partido, como a Deus ou à própria família. Aliás, segundo essa autora, a metáfora da família foi muito mobilizada, nos

---

<sup>38</sup> Os ‘Pelados’ era a denominação popular atribuída, em Brasília de Minas, aos políticos que apoiavam o partido do Deputado Honorato José Alves. Seus adversários eram conhecidos como ‘Estrepes’ e alinhavam-se ao Deputado Camilo Felinto Prates. In: BRASIL, Henrique de Oliva. *De Contendas a Brasília de Minas*. (monografia) s.n.t.

<sup>39</sup> BRASIL, Henrique de Oliva. *De Contendas a Brasília de Minas*. p. 228

<sup>40</sup> BIEBER, Judy. A visão do Sertão. Party identity and political honor in late imperial Minas Gerais, Brasil. In: *Hispanic American Historical Review*. 81,2. 2001 p. 309-345.

discursos, para salientar a importância da filiação partidária. Para Judy Bieber, essa era uma forma de fortalecer o partido quando ele se encontrava fora do poder e à mercê da oposição.

A dedicação a uma determinada facção fazia parte da própria formação escolar das crianças, daí a importância política em se poder indicar alguém até mesmo para o cargo de professora primária. Por volta de 1890, em São Francisco, Pedro Cuim Atua<sup>41</sup> regia uma escola cuja dinâmica se dava através da divisão das turmas em partidos pelo mestre. O partido “Tróia” disputava a competição contra o partido “Grécia”, e “a luta entre os dois consistia em argumentos extraídos das disciplinas escolares. Toda escola se dividia entre as duas facções que possuíam, cada qual, sua bandeira e seus distintivos”. Sancho Ribas era o aluno chefe do partido “Grécia” e, em suas reminiscências, aponta a eficiência desse método no ensino, pois estimulava os alunos a se aprofundarem nos estudos, “a fim de vencer o partido adversário”<sup>42</sup>. Em 1911, Sancho Ribas havia deixado as brincadeiras de lado, era então o chefe do partido dos “Gaviões” e Presidente da Câmara Municipal. Foi nessa ocasião que o vereador e dono de terras Manoel Francisco da Silva Porto, o Chico Peba, o procurou em busca de auxílio na resolução do conflito com seu vizinho Antônio Dó, por sua vez filiado ao partido dos “Morcegos”. Como vimos, após a intervenção de Sancho Ribas, um destacamento de soldados foi imediatamente enviado para destruir a cerca que Dó ergueu em torno do olho d’água disputado com Chico Peba.

A polícia parece não ter sido tão eficiente no cumprimento do seu dever quando se tratou de apurar o assassinato do irmão de Antônio Dó, Herculano Antunes. Também não agiu com tanta prontidão para por fim ao roubo do gado de Dó, por seu cunhado Marcelino, que “matreiramente havia se unido à gaviãozada, que lhe dava apoio. Impunemente ia vendendo o

---

<sup>41</sup> Por sua vez, o pai de Pedro Cuim Atua, o Juiz Antero Simões, era do partido dos ‘Gaviões’ quando, em 1896, foi assassinado pelo bando dos Serranos, sob o comando do coronel Joaquim Nunes Brasileiro, chefe dos ‘Morcegos’. In: Estado de Minas 26/08/1896.

<sup>42</sup> O Jornal de São Francisco, 20/06/1965.

gado às intendências da Cidade”<sup>43</sup>. Esse descaso da polícia em punir os crimes cometidos contra Antônio Dó é atribuído, por Brasileiro Braz e Saul Martins, a uma divergência existente entre Dó e o então delegado, Anacleto José dos Santos<sup>44</sup>. Porém, é improvável que a negligência do delegado se deva apenas a um desacerto entre ele e Dó. Pois, ainda que Anacleto tivesse demonstrado empenho no cumprimento de suas funções, sozinho, dificilmente conseguiria por fim à quadrilha de ladrões de gado.

Em 1907, o delegado do município de Montes Claros, Cesário Pereira Cruz, se dispôs a combater uma situação semelhante. Ele denunciou à chefia de polícia de Belo Horizonte o roubo de gado cometido por uma quadrilha liderada pelo fazendeiro Antônio Ramiro. De acordo com Cesário Cruz, os ladrões vendiam as cabeças de gado dos criadores da região para Antônio Ramiro, pela terça parte do preço. Qualquer queixa por parte dos lesados era seguida por ameaças de assassinato. Quando um dos ladrões foi preso, a partir da denúncia de um dos fazendeiros roubados pela quadrilha, o próprio Antônio Ramiro foi ter com o denunciante para “esclarecer” como as coisas funcionavam. Alertou ao “desavisado” que a prisão de um dos ladrões havia sido feita só para constar, daí ter se dado processo, com testemunha e tudo mais; porém, com o próprio fazendeiro, tal situação nunca ocorreria. A denúncia do delegado é seguida por um pedido feito pelos próprios criadores à chefia de polícia. Eles solicitavam medidas capazes de por fim à quadrilha, pois, frente à proteção desabusada dada por três ou quatro fazendeiros o que “hão de fazer pobres lavradores, abandonados inteiramente à sua sorte, fracos e desprotegidos?...”.<sup>45</sup> O pedido é seguido por cento e treze nomes de lavradores lesados.

---

<sup>43</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967. p. 31

<sup>44</sup> Saul Martins e Brasileiro Braz atribuem a desavença entre Antônio Dó e o major Anacleto Santos à um lote de rapaduras que havia sido encomendado pelo major à Dó. Na entrega, Anacleto desistiu da compra causando grande prejuízo à Antônio Dó. BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1977.p. 384. MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*.p. 30

<sup>45</sup> APM. POL 8 Cx. 09 Doc 06

Essa proteção só poderia ser conferida pelos fazendeiros por meio dos cargos públicos. São esses cargos, de acordo com Márcia Menendes Motta,<sup>46</sup> que diferenciam um fazendeiro de um lavrador. Eles determinavam a legitimação da ocupação de terras e os conflitos em torno das divisas de propriedades no Rio de Janeiro, durante o século XIX. Quando as partes em litígio eram dois fazendeiros, a solução se dava por meio do assassinato de uma das partes ou por um acordo. No caso dos envolvidos serem um fazendeiro e um posseiro, ainda que esse último conseguisse chegar ao tribunal, e provasse ter realizado benfeitorias por vários anos em terras abandonadas, raramente conseguia legitimar sua posse. Os pequenos posseiros perdiam, na maioria das vezes, e tinham que assistir à destruição de suas casas e plantações. Já os lavradores tinham mais chances de sucesso numa disputa com esses fazendeiros, pois, como eles, tinham o registro de suas propriedades.

Em 1909, na questão de terras ocorrida entre o lavrador Antônio Antunes e outro morador da Boa Vista, Maurício Pereira Rocha, foi esse registro que garantiu a Dó o direito sobre sua propriedade. Ainda que Maurício Rocha contasse com o apoio do delegado, capitão Américo Ferreira Lima, o registro serviu como evidência do abuso da autoridade por parte do delegado. Ele supostamente havia chamado Antônio Dó à sua presença para acusá-lo de haver agredido Maurício Rocha. Durante o encontro, contudo, Américo Ferreira tratou “exclusivamente sobre a questão das posses de terra, para o que não obstante faltar-lhe competência, fazia questão fechada em favor de Maurício, que ali se achava”<sup>47</sup>. Nessa ocasião, o capitão Américo submeteu a certidão de posse a um apurado exame, entretanto,

que tem um delegado de polícia com problemas de posse de terras? É uma novela, verdadeiro conto mal contado, a declaração feita pelo capitão Américo em seu citado auto de perguntas, comprometedora dos seus

---

<sup>46</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>47</sup> Razões de defesa de Antônio Antunes de França. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz.

créditos de homem público, no que fora secundado pelo seu comandado cabo Pedro Brandão, de ter mandado chamar o acusado para averiguações policiais, por esse ter no dia anterior surrado a Maurício dentro de sua própria casa<sup>48</sup>.

Como Antônio Dó se recusasse a aceitar o desfecho que lhe impingia o delegado, o encontro acabou numa luta corporal entre ambos. O lavrador acabou sendo preso e espancado em praça pública por ordem do delegado, que ainda moveu contra o lavrador um processo em que o acusava de desacato seguido por ofensa física. Contudo, segundo a promotoria de Januária, na queixa feita pelo capitão Américo havia várias irregularidades. Nela constavam

apenas as declarações fornecidas pela vítima no auto de perguntas ao ofendido. Esta Promotoria nota que o auto de desacato está assinado por Maurício Pereira da Rocha, presença suspeita, visto ser interessado como parte. Noto, ainda, que o auto de corpo de delito foi feito pelo juiz municipal suplente, autoridade incompetente para o ato, cuja diligência, no caso vertente, é da privativa competência ou atribuição da autoridade policial, a quem deveria o mesmo juiz ordenar que fizesse<sup>49</sup>.

Frente a tantas evidências de que o conflito “não teve origem por motivo de serviço público, mas por motivo de ordem privada”<sup>50</sup>, a sentença final não só firmou a posse de Dó, como o inocentou das acusações de desacato.

Contudo, ainda assim, nesse caso a questão de terras deu-se entre dois lavradores e nenhum deles exercia diretamente funções públicas. Podiam até ser reconhecidos pela comunidade, mas não chegavam a conquistar um espaço político dentro dela. Somente os fazendeiros ocupavam posições públicas estratégicas que propiciavam, aos limites de sua fazenda, serem tanto maiores quanto seu poder, pois esses “nada tinham a ver com delimitações físicas inquestionáveis”<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> Razões de defesa de Antônio Antunes de França. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz

<sup>49</sup> Denúncia. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz.

<sup>50</sup> Razões de defesa de Antônio Antunes de França. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz.

<sup>51</sup> MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 77

Em 1913, o oponente de Antônio Antunes de França não era mais o Maurício de tal, e sim Manoel Francisco da Silva Porto. Nesse caso, ambos possuíam o registro de suas propriedades<sup>52</sup>. Contudo, enquanto Chico Peba era vereador e na Boa Vista, “de parceria com Umbelino Rocha, valoroso chefe da Tapera” comandasse “o colégio eleitoral a que vaidosamente apelidavam ‘Coluna de Bronze’, que era um dos sustentáculos da política situacionista”<sup>53</sup>, seu rival, Antônio Antunes de França, com seu pai e irmãos, iam para as eleições “sempre sozinhos. Nunca tomavam parte naquelas patuscadas e regressavam à Boa Vista mal acabavam de votar. A grande paixão dos Antunes de França não era a política, era o trabalho de que lhes advinha crescente prosperidade”.<sup>54</sup> Nesse caso, a disputa pelos olhos d’água se deu entre o fazendeiro, Chico Peba, e o lavrador, Antônio Antunes de França. Tratava-se, portanto, de uma disputa desigual, cujo encerramento favoreceu àquele que dispunha do meio mais eficaz para afirmar seus interesses: o domínio efetivo sobre sua propriedade, garantido a partir da instrumentalização dos cargos públicos. Contudo, diferente de muitos outros lavradores, Antônio Dó foi capaz de dar uma reviravolta na situação e, sem propriedade ou cargos políticos, igualar os termos da disputa.

Quando voltou da prisão, no momento em que decidiu abandonar a Boa Vista<sup>55</sup> e invadir a cidade de São Francisco, Antônio Dó dispensou a posse da terra e valeu-se apenas da violência para afirmar seus interesses. Relata Brasileiro Braz que os ganhos pretendidos eram apenas “uma indenização que o ajudasse a recomeçar a vida honesta, deixando a cidade e os seus inimigos em paz” e chegava a “comover a singeleza da proposta”<sup>56</sup>. Teria mesmo deixado a cidade só com a promessa do pagamento. Já na opinião de Saul Martins, Antônio Dó teria exigido um “pesado

---

<sup>52</sup> Projeto Preservar. Escritura Particular. Estante: 04 Cx: 15 Doc 14.

<sup>53</sup> BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*.p. 378.

<sup>54</sup> BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*.p. 379.

<sup>55</sup> “Dó abandona as terras e a casa e vai preparar-se para uma desforra (...) Adquire armas e munições e forma o bando” MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*.p. 39

<sup>56</sup> BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 387.

resgate”<sup>57</sup>, no desejo de conseguir uma “desforra”, recebido o valor e partido. Independente do montante estabelecido e do desfecho do pagamento, foi por meio da exposição ostensiva de armas e homens que ele conseguiu estabelecer um diálogo de igual para igual com as autoridades municipais, sob cuja vistas seu gado foi roubado, seu irmão assassinado, sua propriedade invadida e ele mesmo espancado em praça pública.

Assim, Antônio Antunes de França recorreu a um modo alternativo para a afirmação dos interesses dos lavradores frente à prática arbitrária dos fazendeiros. Mostrou que não era mais necessário ter a posse da terra, por meio dela mobilizar votos e jagunços que garantissem os cargos públicos para estabelecer o domínio sobre uma determinada região. Chamou a atenção para a possibilidade do exercício de um domínio independente da propriedade rural, radicado em qualidades tanto mais admiradas por serem inerentes a condição social ou de nascimento, como a valentia, a força e a astúcia.

Àqueles que nem chegavam a ser lavradores, ou seja, não possuíam sequer uma propriedade, levas de homens que seguiam o rio São Francisco, nas gaiolas, na constante procura por melhores oportunidades, de segurança, de liberdade, Dó acenou com a possibilidade de sobrevivência desvinculada do trabalho nas propriedades alheias. Fez da própria errância desses homens “desterrados”, o lugar da realização de suas expectativas. A sonhada melhora de vida não dependia mais de um lugar específico, podia se concretizar em todos os lugares, no próprio movimento da marcha. Por onde passava o “famigerado Antônio Dó”, ao voltar de suas “façanhas sanguinolentas”, enchia “as vistas” desses homens tidos por “desocupados e desordeiros”, ao trazer consigo “muitos animais e uma grande quantidade de objetos”<sup>58</sup>. Jagunços antes a serviço dos coronéis, agora se submetiam ao mando de Antônio Dó, que, sem posses ou

---

<sup>57</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*.p 39.

vínculo partidário, agia ao sabor de seus interesses. Auxiliou alguns coronéis, como Joaquim Ornellas, que, em troca, o abrigou em sua fuga da Força Pública Mineira; já para outros, Antônio Dó distribuía ameaças. Para Sancho Ribas, enviou um recado: o assaria na gordura do Maroto<sup>59</sup>. Esse modo alternativo de instituir o mando acabou por fazer de Antônio Dó polícia, juiz e algoz. De fato, ele passou a ser procurado para exercer funções-chaves, que antes garantiam, exclusivamente aos fazendeiros, o exercício do poder político e econômico. Executava vinganças, partilhas e decidia sobre os direitos de propriedades de homens que dificilmente teriam acesso a um processo judiciário legítimo e imparcial, como o posseiro Léo de Almeida.

Como explicitado por Márcia Menendes Motta, os posseiros dificilmente conseguiam, por meio do sistema judiciário, legitimar suas propriedades, ainda que justificassem suas invasões pelos, chamados por essa autora, atos possessórios. Léo de Almeida era dono de uma área de terras que limitava com a propriedade do fazendeiro e boticário João Antônio Soares<sup>60</sup> e também com a do filho desse, Antonino da Veredinha. Como a melhor parte da fazenda Mato Grande cabia a João Soares, Léo de Almeida, “por não esperar, talvez, que o latifundiário ausente fizesse conta”<sup>61</sup>, abriu um pequeno roçado na propriedade de seu poderoso vizinho. Contudo, o pequeno trato de terra valeu pela vida de Léo de Almeida, que acabou assassinado por Antonino da Veredinha. Na seqüência, o irmão de Léo de Almeida, Bráulio Arcanjo, e seus dois primos, Laurindo e Crescêncio, deram morte a Veredinha e se apossaram de sua propriedade. João Soares denunciou os assassinos de seu filho e imediatamente a polícia de Paracatu foi enviada para

---

<sup>58</sup> Trecho de correspondência enviada do município de Carinhanha, em 1914. APM. Chefia de Polícia: Cx. 14 Doc. 03.

<sup>59</sup> “Sancho Ribas, magricelo, entraria com a ossada, enquanto o Maroto daria banha a fatar para a original fritada”. Maroto era o apelido de Antônio Ferreira Leite, Presidente da Câmara de São Francisco quando Antônio Dó invadiu a cidade em 1913. BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 384

<sup>60</sup> Segundo Saul Martins, João Antônio Soares possuía 15 mil alqueires na fazenda Mato Grande, mas permanecia a maior parte do tempo em sua botica no arraial de Santa Rita, município de Paracatu, deixando sua propriedade aos cuidados de vaqueiros. MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p.95.

<sup>61</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 95

capturá-los. Note que, como se deu com a morte de Honório Antunes, a polícia parece não ter se mostrado tão eficiente quando se tratou do assassinato de Léo de Almeida.

Corria o ano de 1914, Bráulio Arcanjo conseguiu fugir e foi em busca de Antônio Dó, que por essa época andava com o seu bando pelos gerais da Bahia. Ambos partem de volta à fazenda Mato Grande e não só matam o proprietário João Soares, como “diariamente davam descargas no cadáver, que ficou insepulto mais de dez dias”<sup>62</sup>. Se os quinze mil alqueires de terras do pai de Antônio Veredinha valeram para que o assassino de Léo de Almeida não fosse penalizado pela justiça, de nada serviram frente à violência muda de Antônio Dó. Contudo, hora chegou em que a polícia de Paracatu partiu para capturar Dó e seus jagunços. Eles tiveram que abandonar rapidamente a região, mas ainda levaram consigo “sete burros e perto de trinta cavalos”<sup>63</sup> como paga pelo serviço prestado. Um telegrama de 23 de setembro de 1914, enviado de Cocos, na Bahia, à chefia de polícia, denuncia o paradeiros dos “três jagunços (do) bandido Dó, Crescêncio, Laurindo e Belizar”<sup>64</sup>. Em resposta, a Chefia de Polícia do Estado de Minas pediu ao governo da Bahia que fosse declarada prisão provisória de Dó e Bráulio Arcanjo, antes mesmo da extradição desses indivíduos, pois contra ambos já constava processos na justiça. Mais uma vez Dó foi se abrigar no estado de Goiás. Só retornou a Minas para trabalhar num garimpo de diamantes, na região próxima ao povoado da Serra das Araras, onde permaneceu por três anos.

Em 1928, Antônio Dó voltou a ser procurado para servir de árbitro nas questões de propriedade de moradores da região, “como se juiz fosse”<sup>65</sup>. O primeiro caso se deu na fazenda Cabeça de Negro, próxima a Serra das Araras, de propriedade de Maria Antônia Pereira e Praxedes Rodrigues Pereira. Os negros Beirão, irmãos que haviam sido criados nessa fazenda,

---

<sup>62</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 399.

<sup>63</sup> Carta precatória para arrecadação de bens pertencentes ao espólio de João Antônio Soares. Comarca de Paracatu. APUD. MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 140.

<sup>64</sup> Pol 8: Caixa 14. Doc 03 – 1914. APM.

<sup>65</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*, p. 400

reclamavam parte das terras do casal, havidas por herança do primeiro marido de Maria Antônia. Conta Saul Martins que os irmãos exigiam o pagamento de uma dívida contraída por Maria Antônia Pereira. Já na versão de Brasiliano Braz, a contenda se devia a recusa de Antônia em conceder parte da herança aos Beirão, cujo direito, por sua vez, era questionável, contudo “nada ficou provado no processo que se instaurou”<sup>66</sup>. Os negros Beirão – Simplício Nobre Leal, Pedro Barbosa Fiúza, Josefa Barbosa Fiúza<sup>67</sup> e outros – recorreram então a Antônio Dó, que realizou a partilha a favor de seus ‘representados’, tomando para si, como da outra vez, uma parte pelo serviço<sup>68</sup>. No entanto, contrária à decisão do “juiz”, Maria Antônia Pereira entrou com uma ação contra os Beirão, tendo como representante o então Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, Manoel Ferreira.

Contudo, em 1925, esse advogado, enquanto ocupava a função de delegado, foi denunciado como membro de uma “sinistra sociedade para medição de terras” que, por três anos, vinha “corvejando por sobre o infeliz povo do município de São Francisco”<sup>69</sup>. A denúncia é feita ao Presidente de Estado, Fernando Mello Vianna, por Deoclécio Gonzaga Lima, colaborador do jornal *A Liga*, e por Rotílio Manduca, Capitão da Companhia de Guerra da Viação do São Francisco.<sup>70</sup> Eles, nessa ocasião, acusavam Manoel Ferreira e o Presidente da Câmara, Odorico Mesquita, de aliarem-se ao engenheiro paraense, Rodrigo Fernandes Filho, de haverem montado um escritório onde executavam as divisões das fazendas da região entre os condôminos.

---

<sup>66</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*, p. 401

<sup>67</sup> Esses nomes são levantados por Brasiliano Braz, já Saul Martins os identifica como Avelino, Zé Roxo, Eduardo, Camila e Carlota. Ver: BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história* p. 401 e MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 105.

<sup>68</sup> “Antônio Dó convocou testemunhas para ouvirem a sua decisão e juntando o gado, fez a partilha, retirando da fazenda mais de cem rezes”. BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 401.

<sup>69</sup> Projeto Preservar. Est: 04 Cx:33 Doc:29

<sup>70</sup> APM POL 8 Cx 14 doc 04

De fato, em 1923, é o engenheiro Rodrigo Fernandes que aparece como o agrimensor responsável pela divisão de terras da fazenda Covancas<sup>71</sup>, localizada no município de São Francisco. Também foi Manoel Ferreira o advogado que representou alguns dos condôminos no processo de divisão dessa fazenda. Parece que a acusação de Rotílio e Deoclécio não estava descolada da realidade. O processo foi embargado por um dos condôminos da fazenda, Lindolpho Gonçalves da Rocha, que alegava não ter sido citado como proprietário de terra no lugar. Além disso, Lindolpho também não recebeu a visita dos arbitradores em sua propriedade, já que eles “limitaram-se apenas ao exame da planta oferecida pelo agrimensor”. Lindolpho Rocha tentou comprovar, com documentos e testemunhos, seus direitos no processo que qualificou como uma “máquina elétrica de fazer divisões”, que, dia após dia, “ia aumentando as suas forças, e postergando direito de terceiros, causando-lhes lesão enormíssima”. Somente um ano depois, com o processo já em Belo Horizonte, é que Lindolpho Rocha conseguiu anular a divisão da fazenda Covancas, empreendida por Manoel Ferreira e Rodrigo Fernandes.

Esse mesmo advogado, agora como Presidente da Câmara Municipal, em 1928, conseguiu ganhar a causa em favor de Maria Antônia Praxedes, e os negros Beirão foram enviados para a prisão de Januária, onde chegaram com “os braços e pernas amarrados, a cavalo, escoltados por soldados do destacamento policial”<sup>72</sup>. Todavia, Antônio Dó não se conformou com o resultado do processo e resolveu “recorrer” da decisão. Partiu rumo aos Gerais de São Felipe, onde contava arrumar mais homens, aumentar seu bando e, depois, invadir Januária para libertar os presos.

Lá chegando, foi procurado pelo padre Joaquim Nery Gangana, vereador no município de Brasília (de Minas), para intervir a favor de lavradores que estavam sendo prejudicados por um agrimensor. Tratava-se da divisão da Fazenda Saco de Sant’Ana, localizada no município de São

---

<sup>71</sup> Projeto Preservar. Est: 04 Cx:15

<sup>72</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 105.

João da Ponte. O processo de divisão foi iniciado pelo condômino Augusto de Oliveira Andrade, sobre quem recaíam acusações de ter sido privilegiado na medição realizada pelo agrimensor. Segundo Brasileiro Braz, Antônio Dó partiu na captura de Augusto Andrade e o obrigou a pagar quarenta e cinco contos aos demais condôminos, cobrando três contos de réis para si.

No entanto, Augusto de Oliveira Andrade era irmão de Francisco Andrade, conhecido como Chico Neném, Presidente da Câmara Municipal de Brasília (de Minas). O período em que atuou como agente executivo (1927-1928) foi descrito por Henrique de Oliva Brasil como uma época agitada na política do município, “com o recrudescimento das lutas mais pessoais” e políticas. “Houve diversos atentados, que resultaram em mortes e ferimentos em diversas pessoas. Revoluções e discórdias se implantaram ali”<sup>73</sup>. A principal realização de seu governo foi a construção de uma estrada que ligava Brasília a sua fazenda e esta a São João da Ponte. Apesar disso, quando morreu no exercício do cargo, em 1928, os jornais locais o apresentaram como o realizador “em sua terra, de uma perfeita política de harmonia e tolerância, visando acima de tudo o bem estar geral, a fim de vê-la como está dentro da ordem, da paz, do progresso”<sup>74</sup>.

Dos Gerais de São Felipe, Antônio Dó e trinta de dois homens voltaram para as margens do São Francisco e acamparam na propriedade de Adão Vieira. Dó convidou esse fazendeiro a invadir com ele a cidade de São Francisco, pois Adão, “naquele tempo, tinha razões para odiar as autoridades de São Francisco, vítima que fora de grave injustiça”<sup>75</sup>. Em 1927, Adão Vieira havia sido acusado de mandar seus jagunços Leôncio Almeida e Aprígio Rocha matarem o fazendeiro Eloy Ferreira de Souza numa emboscada. Segundo o testemunho de Leôncio, Adão deu a ordem contra Eloy “por ser inimigo fidalgo dele por questão de terras, (...)que a questão dos terrenos adveio da divisão de terras que o agrimensor Henrique Oliva fez, tirando para a gleba de Eloy

---

<sup>73</sup> BRASIL, Henrique de Oliva. *De Contendas a Brasília de Minas*. p. 273

<sup>74</sup> Cidade de São Francisco, 30/12/1928.

terreno de uma das mangas de Adão”<sup>76</sup>. De todo modo, Adão Vieira fugiu e não prestou testemunho nem foi preso pela ação. Quando Antônio Dó apareceu em sua fazenda, negou o convite para participar da invasão de São Francisco, afinal, alegou: “tinha fazendas, família e residência fixa. Não iria trocar tudo aquilo pela satisfação de uma vingança e depois passar a vida como judeu errante”<sup>77</sup>.

Porém, nem mesmo Antônio Dó levou a frente a sua empreitada. Foi assassinado por um dos novos membros de seu bando, o jagunço Silvino de Jesus, conhecido como ‘Corta-orelhas’. De acordo com a versão que correu a capital mineira pelo jornal *Estado de Minas*, o assassinato tinha sido resultado de uma discussão entre Dó e Corta-orelhas em torno do salário prometido pelo primeiro como pagamento pela participação na invasão do povoado da Serra das Araras. O jagunço teria cobrado seu salário antes mesmo de se dar a invasão do lugarejo. Frente à recusa de Antônio Dó em pagá-lo, Corta-orelhas o golpeou pelas costas com uma mão de pilão<sup>78</sup>.

Como vimos, Saul Martins e Brasiliano Braz apresentam outra versão para a morte de Antônio Dó. O assassinato, para esses autores, foi concebido por Augusto Andrade, como vingança por ter sido lesado pelo arbítrio de Dó na divisão da fazenda Saco de Sant’Anna. O uso da mão de pilão no assassinato deveu-se à crença de que Antônio Dó, por meio de patuás, tinha o corpo fechado para armas de fogo.

Portanto, seu êxito frente às tentativas de capturá-lo era atribuído a recursos mágicos, que segundo Eric Hobsbawn<sup>79</sup>, é o modo pelo qual, para a população local, as divindades validam a ação do bandido. Portanto, para matá-lo, em primeiro lugar, seria necessário afastá-lo dos amuletos que o protegiam e, em segundo lugar, a morte teria que se dar por traição. Essas

---

<sup>75</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 402.

<sup>76</sup> Projeto Preservar. Est. 04 Cx. 11 – Crimes/Homicídios

<sup>77</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*.p. 402.

<sup>78</sup> Estado de Minas, 19/11/1929.

providências possibilitam justificar a derrota do bandido; primeiro, por ter ocorrido quando ele se encontrava momentaneamente “desprotegido”; segundo, por ser a traição um modo que deixa em suspenso a possibilidade de vitória, por parte de Antônio Dó, caso tivesse se tratado de uma luta justa.

Essas justificativas, presentes nas versões populares do assassinato de Antônio Dó, para Eric Hobsbawn, são frutos do desejo dos camponeses pobres de manter viva a força do bandido, mesmo após sua morte. Essa ligação entre o bandido e os pobres das regiões onde ele age é o que diferencia, para Hobsbawn, o criminoso comum do bandido social. Para o autor, os pobres o vêem como herói, o apóiam e até mesmo justificam o emprego da violência, pois, por meio dela, ele mostraria como até “os fracos e pobres podem ser terríveis”<sup>80</sup>. No entanto, Richard W. Slatta<sup>81</sup>, um dos críticos desse conceito, questiona se de fato houve essa ligação. Para ele, quando Eric Hobsbawn afirma a admiração e proteção dos pobres do campo a esses bandidos, o faz baseado não na cultura popular ou nos documentos produzidos à época, mas em textos posteriores. Escritos feitos por uma classe média urbana que, a partir de uma visão romântica sobre esses bandidos, buscam, no passado, heróis que possam representar uma virtude perdida.

De modo semelhante, Billy Jaynes Chandler<sup>82</sup> afirma somente ter sido possível a Eric Hobsbawn perceber a admiração dos camponeses pelo bandido do nordeste brasileiro e, assim, adequar cangaceiros, como Lampião, ao seu conceito de bandido social, por basear sua pesquisa nos contos que heroificam esses indivíduos. No entanto, para Billy J. Chandler, esses contos não são resultado da admiração ou identificação dos pobres das áreas rurais por esses bandidos, mas

---

<sup>79</sup> HOBBSAWN, Eric J. *Rebeldes primitivos*: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23

<sup>80</sup> HOBBSAWN, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 54

<sup>81</sup> SLATTA, Richard W. Introduction to banditry in Latin America. In: SLATTA, Richard W (org) *Bandidos: The varieties of Latin American banditry*. Greenwood Press: New York. Westport, Connecticut. London, 1987.

do desejo dos contadores de histórias em atender a uma demanda da população por casos inusitados, que escapem ao cotidiano ordinário vivido por essas pessoas. Ao promoverem inversões da ordem social, através de histórias em que o pobre trabalhador rural, quando injustiçado por um grande proprietário, consegue, através dos únicos recursos que dispõe – a força e a astúcia – impor sua vontade, esses contadores de histórias seriam capazes de encantar o dia-a-dia de uma camada da população cuja probabilidade de ascensão social é mínima.

Para Linda Lewin<sup>83</sup>, se dá justamente o contrário do que afirma Hobsbawn. Em seu estudo sobre o cangaceiro Antônio Silvino, longe de serem os camponeses, são os coronéis que oferecem proteção aos líderes de bandos armados. Nessa relação entre o cangaceiro e o coronel, ela vê o importante papel desempenhado pelo bandido na manutenção da ordem em favor das elites agrárias, e não de contestação da estrutura oligárquica. O êxito de suas empreitadas por tantos anos não se devia, como afirma Eric Hobsbawn, à ligação que o bandido mantém com os pobres das regiões onde atua, e sim ao apoio dado pelos coronéis a suas ações.

Realmente, cangaceiros como Lampião e Antônio Silvino, em vários momentos de suas trajetórias, serviram grandes proprietários do nordeste e foram por eles protegidos<sup>84</sup>. Antônio Dó teve no coronel Joaquim Gomes Ornellas, de Goiás, um grande aliado. Foi Ornellas quem deu o prazo de vinte e quatro horas para o alferes Octávio Campos do Amaral abandonar suas terras e por fim à captura de Antônio Dó<sup>85</sup>. Foi também a pedido do coronel Ornellas que Antônio Dó auxiliou o coronel João Duque na invasão da cidade de Carinhanha. No entanto, quando esse

---

<sup>82</sup> CHANDLER, Billy Jaynes. Brazilian cangaceiros as social bandits: a critical appraisal. In: SLATTA, Richard W (org). *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*. Greenwood Press: New York. Westport, Connecticut. London, 1987. p. 97-112.

<sup>83</sup> LEWIN, Linda. The oligarchical limitations of social banditry in Brazil: the case of the “good” thief Antônio Silvino. In: SLATTA, Richard W (org). *Bandidos: the varieties of Latin American banditry*. Greenwood Press: New York. Westport, Connecticut. London, 1987. p. 67-96

<sup>84</sup> Para a trajetória de Antônio Silvino e Virgulino Ferreira ver, entre outros: MACIEL, Frederico Bezerra. *Lampião, seu tempo e seu reinado*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1985. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo, Duas Cidades, 1977. PRATA, Ranulfo. *Lampião*. São Paulo: Ed. Piratininga, 1930.

diálogo com os coronéis era estabelecido, não visava apenas o interesse do fazendeiro, como era mais suscetível de ocorrer numa relação com o jagunço ou o capanga. Entre o coronel e homens como Dó, Silvino e Lampião a relação era de igual para igual. As parcerias estabelecidas entre os cangaceiros e os coronéis só eram assumidas se não implicasse na perda da liberdade para o chefe do bando<sup>86</sup>. Essa paridade, portanto, constituía uma novidade nas relações que estruturam o mandonismo<sup>87</sup>, pois foi estabelecida entre homens com e sem terras, e, no noroeste mineiro, o controle sobre a terra era o recurso estratégico de imposição do domínio pessoal por esses coronéis. Talvez por essa razão foi possível ao cantor popular aproximar “Antônio Silvino, Antônio Dó e Lampião” e mostrá-los como “três destinos semelhantes no sertão”<sup>88</sup>. Afinal, os três acabaram por se fazerem, na expressão de Frederico Pernambucano de Mello, “fazendeiros sem terras”<sup>89</sup> e, de fato, acenaram com essa possibilidade para os homens pobres do campo.

Somente a importância da novidade introduzida por Antônio Dó, no mundo rural em torno das cidades ribeirinhas do noroeste mineiro, pode explicar certas inversões interessantes. Situações em que não se trata mais de identificar se o conceito de bandido social, elaborado por Eric Hobsbawn, é baseado apenas nas fontes ficcionais, porque essas próprias fontes passam a se basear nesse conceito. É o caso do filme *O bandido Antônio Dó*, no qual as questões guias do filme, como “o que representava esse homem para mobilizar contra sua pessoa o desejo de destruição por parte de seus adversários políticos? E em que forças se apoiava para afrontar a autoridade estabelecida e permanecer impune durante quinze anos?”<sup>90</sup>, são respondidas a partir da leitura feita pelo cinegrafista do próprio conceito de Eric Hobsbawn. Para Paulo Leite Soares, a

---

<sup>85</sup> MARTINS, Saul *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 85

<sup>86</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004. p.88

<sup>87</sup> CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. p. 133.

<sup>88</sup> MAGELA. Paladinos do Sertão. faixa 20 In: ANDRADE, Tom (int) *Cantilena*. (BH. Alpha. MOC). BEMOL, s/d.

<sup>89</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. p. 88

<sup>90</sup> SOARES, Paulo Leite. *O bandido Antônio Dó*. Belo Horizonte: Filmes do Vale/Embrafilme, 1979.

saga de Antônio Dó era a de um “pequeno fazendeiro no norte de Minas, passa a perigoso bandido, com poderes para derrubar e nomear prefeitos e autoridades, pondo em perigo o governo central. Um bandido social lutando contra as forças do governo durante quinze anos, na região da Serra das Araras”<sup>91</sup>.

Ainda que Antônio Silvino, Antônio Dó e Lampião tenham conseguido colocar em questão a base do poder de mando dos coronéis locais – a propriedade –, acabaram por reproduzir o mesmo arbítrio dos donos da terra. É essa a face dos bandidos mais evidenciada pela documentação tradicional. São os registros desse arbítrio que permitem a Richard Slatta afirmar não ter existido um elo entre o trabalhador rural e o bandido. Do mesmo modo, é a reprodução do mando, por Antônio Silvino, sobre os membros do seu bando, que permite a Linda Lewin perceber como os homens sob o comando de Silvino apenas trocavam um patrão pelo outro<sup>92</sup>. Porém, ainda assim, segundo Linda Lewin, para os homens pobres do nordeste, o cangaço era uma oportunidade de maiores ganhos. Como disse o cangaceiro Lua Branca, a vida no bando de Lampião era uma vida “ispiciá!”, na qual se “tem de tudo, num farta nada! Tem dinheiro no bolso, rôpa boa e muita coisa mais que nunca se pensou vê nem em sonho”<sup>93</sup>.

É esse momento fugaz, localizado entre a possibilidade de construção de uma vida melhor e mais justa e a reprodução do mando por Antônio Dó, que é apreendido e posto a mostra por meio de canções e da literatura. O potencial libertário da ação de Dó está nas narrativas literárias, algumas acompanhadas por melodias. Elas apresentam esse lado da trajetória sem, contudo, deixar de mostrar onde eles falharam. Isso porque o modo literário de narrar permite inserir ou realçar, na trama, atitudes e feitos positivos à Dó. Pode também, ao contrário, enfatizar os

---

<sup>91</sup> SOARES, Paulo Leite. *O bandido Antônio Dó*. Belo Horizonte: Filmes do Vale/Embrafilme, 1979.

<sup>92</sup> LEWIN, Linda. *Bandidos: The varieties of Latin American banditry*. p. 87

<sup>93</sup> Depoimento do cangaceiro Lua Branca In: QUEIROZ, Maria Isaura P. *A história do cangaço*. São Paulo: Global, 1986 p.63

aspectos negativos do bandido e do contexto no qual ele está inserido. Segundo Leyla Perrone Moisés<sup>94</sup>, em ambos os casos, a literatura diz o que faltou e como deveria ser.

Quando a narrativa literária privilegia as injustiças contra Dó, a partir de elementos do real, ela mostra a situação contra a qual o bandido se voltou e como seria possível romper com tal situação. Do segundo modo, ou seja, ressaltando os aspectos negativos do bandido e do mundo para o qual o autor se volta, ela insinua o que lhe faltou para efetivamente opor-se a esse mundo. Em ambas as formas, a literatura consegue manter “viva a utopia, não como imaginário impossível, mas como imaginável possível”<sup>95</sup>. Afinal, não se trata de apurar se Dó foi um bandido ou um herói, pois, diria o compositor, “a vida é isso, o bem e o mal, e as intenções só a Deus saberá julgar”<sup>96</sup>. Cabe apenas pensar, com sua história, a falta e a possibilidade de supri-la. Ou seja, a ausência de um rompimento efetivo com a estrutura oligárquica vigente e como ele se faz possível no momento em que homens sem terras ou cargos resolvem tomar para si as rédeas da situação, para fazer frente ao arbítrio de mandões decadentes.

A primeira tentativa empreendida nesse sentido foi realizada por Manoel Ambrósio<sup>97</sup>, em 1939. Em sua obra, elementos tomados da realidade, como a dificuldade de manutenção da posse e o arbítrio das autoridades, são expostos como os limites que impediram Antônio Dó de romper com a estrutura do mando. A trama é construída para evidenciar as condições que fazem do noroeste mineiro, na primeira república, um lugar insatisfatório para Manoel Ambrósio. Daí ser caracterizado como um tempo no qual “estava no auge da ganância a divisão territorial (...) todos

---

<sup>94</sup> MOISÉS, Leyla Perrone. A criação do texto literário. In: *Flores da escrivantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>95</sup> MOISÉS, Leyla Perrone. *Flores da escrivantina*. p. 108

<sup>96</sup> HENRIQUE, José. Antônio Dó. Lado 2, faixa 4. In: GRUPO RAÍZES (int.) *Olhe bem as montanhas*. São Paulo: Fermata Indústria Fonográfica Ltda, 1980.

<sup>97</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*. Encontro com o Folclore Petrópolis: Imprensa Vespertino Ltda, 1976.

com direito e ninguém seguro”. Um lugar onde agrônomos “assanhados e atrevidos”<sup>98</sup> promovem divisões ilícitas das fazendas e mandões fazem da politicagem meio de sobrevivência e exposição de poder.

Essa situação é reforçada por Manoel Ambrósio para contextualizar a entrada de Dó no banditismo. A perda de sua fazenda é apresentada como mais uma das “arbitrariedades da época”. Fruto de uma situação na qual “tinha terras quem tinha gados ou pagava bem a dinheiro. Muita gente ficou sem suas propriedades. Pequenos proprietários saíram de seus lares levando os cacos à cabeça”<sup>99</sup>. Condição exposta também “no desabusado furto de gado” que ocorria nas fazendas e disseminava “inquietação aos que dispunham de quantidade mais ou menos vultosa. Inútil a mais severa vigilância. Queixa era um remédio insuficiente pelo patrocínio a ladrões”<sup>100</sup>.

Por tudo mais ser *inútil, insuficiente*, parece dizer Manoel Ambrósio, é que restou a Antônio Dó o caminho do banditismo. É essa a idéia central em torno da qual esse autor estrutura a trajetória do lavrador feito bandido. Os anos de trabalho na Boa Vista, as tentativas de dar queixa ao delegado, tudo *inútil* frente às intrigas de seu vizinho Chico Peba. Nem mesmo o “ajuste de contas”<sup>101</sup>, ou seja, a invasão da cidade de São Francisco, restituiu os bens a Dó, pois telegramas “com as mais disparatadas invencionices”<sup>102</sup> eram enviados pelas autoridades para lançar a Força Pública em seu encalço. É por se mostrar inútil qualquer tentativa em fazer frente à politicagem que reinava na “cidade da falação, dos arengueiros, dos intrigantes, dos assanhados, das conveniências e das inconveniências também”<sup>103</sup>, que Dó busca o auxílio do coronel goiano Joaquim Gomes Ornelas.

---

<sup>98</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*. p. 14

<sup>99</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*. p. 14

<sup>100</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*. p. 16

<sup>101</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*. p. 20

<sup>102</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*. p. 21

<sup>103</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*. p. 73

O coronel é, na obra, o contraponto aos mandões do município de São Francisco. Em sua figura, Manoel Ambrósio mostra a possibilidade de uma conduta correta por uma liderança política. Ornelas acolhe Antônio Dó e seu irmão quando eles se apresentam à sua porta, ainda que “mal trajados, sujos, roupas em tiras de brim escuro, pés descalços, sangrentos e enormemente inchados das caminhadas recentes”<sup>104</sup>. É esse encontro que possibilita a Dó reconstituir sua vida na região da Serra das Araras. Contudo, uma vez nesse povoado, localizado no município de São Francisco, Antônio Dó se vê novamente a mercê de intrigas. Diante dessa situação, ele é forçado a continuar como chefe de capangas. Mais uma vez o caminho do banditismo é aberto por Manoel Ambrósio como única alternativa, mas tampouco é suficiente.

Esse autor dispõe de vários adjetivos, cujas conotações ao longo da novela vão dando ao leitor a idéia da insuficiência dessa passagem. Adjetivos como trabalhador, sociável, bom de trato são conferidos durante o período em que o personagem se encontra na fazenda. A partir do momento em que começa sua errância como líder de bando armado, os adjetivos passam a qualificar o personagem como solitário, triste, melancólico. Manoel Ambrósio, dessa forma, mostra que a passagem a bandido, imposta pelas condições como única saída, não são capazes de substituir a vida levada na Boa Vista. Parece insinuar que o braço da carabina nunca conseguiu se encaixar direito nas mãos calosas pelo trabalho na enxada do lavrador Antônio Antunes de França.

Também Maurício Tizumba, em versos e melodias, acena para o fato da vida de bandido ter sido imposta a Antônio Dó. Na fala final da pequena narrativa que constrói sobre Antônio Dó, Tizumba conclui que “pobre para essa vida ou nasceu para santo, ou nasceu para ser ladrão”<sup>105</sup>. Contudo, ao afirmarem esse determinismo, pelas entrelinhas, Tizumba e Ambrósio insinuam a

---

<sup>104</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O bandoleiro das barrancas*.p. 49

<sup>105</sup> TIZUMBA, Maurício. Fala final. In: *Antônio Dó*. link 07. [www.asminasgerais.com.br](http://www.asminasgerais.com.br).

falta de condições, no mundo, que permitam ao lavrador prosperar por meio do trabalho honesto, com a lida do gado e na lavoura. Para Ambrósio, é a frustração desse sonho que persegue Antônio Dó durante os dezesseis anos que percorreu os sertões a frente de seu bando armado.

A visão de Petrônio Braz<sup>106</sup> parece divergir das concepções apresentadas por esses autores. Nela, a perda da Boa Vista, o assassinato do irmão e o roubo do gado puseram um fim definitivo ao sonho de uma vida melhor pela lida na terra. As habilidades outrora utilizadas na lavoura, no trato do gado, se voltam definitivamente para o manejo da carabina. Mas, para dar a dimensão da perda sofrida por Antônio Dó, Petrônio Braz retorna ao que chama *As Origens*. Sua trama tem início ainda em Pilão Arcado, na Bahia, com o sonho de Benedito e Sebastiana Antunes de França, pais de Antônio Dó, por uma terra que correspondesse ao esforço do trabalho. A impotência frente à seca leva Benedito Antunes e sua família a abandonarem a fazenda do Salitre, terra onde nasceram e morreram seus familiares, lugar em que Sebastiana podia, “todos os dias, visitar as sepulturas. De vez em quando chegava terra nelas, aprumava as pequenas cruces, colocava flores silvestres e ramos verdes”<sup>107</sup>. Mas a subida do São Francisco não é a única alternativa posta por Petrônio Braz ao pai de Antônio Dó. A outra seria a peregrinação junto ao beato que então percorria as cidades próximas a Pilão Arcado, como Chorrochó, Tucano e Monte Santo. Ao sonhar com essa possibilidade, Benedito já se vê “ao lado de Antônio Conselheiro, cantando ladainhas sob as árvores do agreste, dormindo ao relento, alimentando-se de frutos e animais silvestres, transportando sua cruz em busca da salvação”<sup>108</sup>.

Outra possibilidade conectada ao destino dos Antunes de França, pelo autor, é a partida rumo a São Paulo. Mas tal caminho é erguido como contraponto ao sonho de liberdade e prosperidade atrelado, por sua vez, à lida no campo. Pois, para Sebastiana, “em São Paulo, todo

---

<sup>106</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. Montes Claros: Edibraz, 2004.

<sup>107</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p.24

mundo vai trabalhar alugado. Os menino num tá acostumado a fazer trabalho de alugado, nem Benedito vai querer ser cativo dos outro”<sup>109</sup>. Cabe ao noroeste da Província de Minas, onde havia “terras baratas e férteis para se comprar”<sup>110</sup>, ocupar o lugar ideal para abrigar o sonho por uma vida autônoma pelo trabalho com a lavoura. É para lá que a família parte. Eles sobem o rio São Francisco rumo ao pequeno povoado antes conhecido como Pedras dos Angicos e, posteriormente, denominado como cidade de São Francisco, que se configura, para eles, como “terra da promessa, uma região bem fadada”.<sup>111</sup> Um lugar onde Benedito e os filhos “trabalhariam como burros de carga e logo a vida estaria arrumada”.<sup>112</sup>

Os Antunes de França adquirem uma fatia de terras no latifúndio da Boa Vista, com o dinheiro que trazem da venda das terras em Pilão Arcado. E Petrônio Braz, em seu romance, transplanta para a Boa Vista o passado vivido em Pilão Arcado. Antônio Dó e sua família erguem, no novo lugar, uma casa que “lembrava, pelo seu aspecto externo, a sede da fazenda do Salitre”<sup>113</sup>. Também, é nessa nova terra que, alguns anos depois, Dó e seus irmãos enterraram os pais Benedito e Sebastiana. Na Boa Vista, foram plantadas as raízes da família e as sementes de um futuro promissor. É como guardião das esperanças dos pais e das realizações dos filhos que Petrônio Braz constrói a relação de Dó com essa terra.

Diversos momentos decisivos da política nacional e local são mencionados paralelamente à narrativa que trata da instalação dos Antunes de França em São Francisco. A abolição da escravatura, a proclamação da República, as disputas partidárias entre Gaviões e Morcegos, a elevação do povoado à sede do município. Tudo isso se passa enquanto Dó pensa na

---

<sup>108</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 48

<sup>109</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p.24

<sup>110</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p.27-28

<sup>111</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 146.

<sup>112</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 28.

<sup>113</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 116

derruba da mata, serviço pesado só para homem... Mal e mal acaba a derrubada da roça vem a desmancha da mandioca pra fazer farinha, pra comer no verde e pra tirar goma pra fazer quitanda... Cum-de-fé a cana ta secando e a gente tem que começar a moagem pra fazer rapadura. Inda tem as cria nova pra marcar, a vaca doente pra cuidar (...). Mal acaba a moagem tem o milho pra quebrar, a fava pra puxar, a cerca da roça nova pra fazer, o aceiro das outra cerca, a queima da roça... Não mal a gente termina as briquia da seca o céu escurece e a chuva cai... Inté que é bonito. A terra se enche toda de cebolinha branca e cor de rosa. Bonito mesmo. Fica parecendo um jardim. Aí vem o broto, o pasto novo, e tudo fica verde que nem antes... Terra boa essa.<sup>114</sup>

Nenhum dos acontecimentos parece arrebatat Antônio Dó do tempo da natureza e inseri-lo no tempo dos homens. Um recurso com o qual Petrônio Braz tenta dar a dimensão da importância da terra na vida do lavrador, não como base de poder, mas como fonte e renovação da vida. O personagem de Dó seria o homem que faz da terra seu lugar no mundo e meio para garantir uma vida livre de necessidades, não instrumento de mando político. Mas esse apego à terra, dissociado da ambição pelo mando, não é sequer compreendido pelos fazendeiros. O lavrador Antônio Dó é percebido apenas como uma ameaça. Ele poderia, a qualquer instante, vir a se tornar uma força política, pois para seu vizinho, Chico Peba, terra é apenas sinal de poder.

Petrônio Braz faz de Chico Peba o contraponto a esse lavrador construído em torno da figura de Dó, que prospera pelo trabalho próprio. Chico Peba figura, no romance, como aqueles fazendeiros que, das sedes de suas propriedades decadentes, “deitado(s) em uma rede de buriti, ao vaivém do balanço”, apenas usufruem as benesses da posse da terra. Isso porque, ao contrário de Dó, “fatigado com as lutas da roça”<sup>115</sup>, Chico Peba dispõem da massa de trabalhadores rurais, sem acesso à terra, que vendem sua força de trabalho em troca do mínimo para sobreviver. Não passava, diz Petrônio Braz, de “um cidadão acomodado a uma mandriice orgulhosa”. Havia herdado várias propriedades de seu pai, mas “não se dava ao trabalho de costeio do rebanho, que

---

<sup>114</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 143-144

ficava aos cuidados dos vaqueiros e dos filhos. Não cultivava roças, que eram entregues a seus agregados (...)Vivia em permanente estado de apatia, originado pela vida indolente que levava”<sup>116</sup>.

Mas Petrônio Braz não deixa de insinuar, com essa distinção entre o lavrador e o fazendeiro, o risco de Dó perder sua propriedade. Afinal, para Chico Peba, a “valência é ele num briquitar com política. Parece que ele num aprecia”<sup>117</sup>. Como Dó não possuía cargos públicos, Chico Peba continuava como o chefe político na Boa Vista. Com isso, os limites da fazenda de Dó não poriam empecilho para a expansão de seus domínios. Assim, Petrônio Braz, como Manoel Ambrósio, mobiliza elementos tomados do mundo para o qual miram, de modo a “universalizar a problemática dos seres vitimados pela opressão de seus semelhantes”<sup>118</sup>.

Contudo, o *Serrano de Pilão Arcado*, inventado por Petrônio Braz, dá um passo a frente do *Bandoleiro das barrancas*, construído por Ambrósio. O rearranjo dos elementos dão a ver esse mundo de opressão, mas também a possibilidade de romper com ele. Antônio Dó enfrenta as acusações do delegado Andalécio; destrói a cerca erguida por Chico Peba. Afronta a todos por meio da violência, deixando abismado o fazendeiro Chico Peba, que “não podia admitir que aquele homem, sem qualquer representatividade política, pudesse opor-lhe resistência”<sup>119</sup>.

Os fatos que determinam a entrada de Antônio Dó no banditismo, referenciados por Manoel Ambrósio, também na trama de Petrônio Braz promovem o rompimento definitivo de Dó com a Boa Vista. No romance desse autor, a disputa por terras, o roubo do gado e, principalmente, o assassinato de seu irmão Honório Antunes de França separam Antônio Dó dos sonhos cultivados ainda na infância, no Salitre, “quando traquinava impune, tinha sido um grande

---

<sup>115</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p.162

<sup>116</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p.214

<sup>117</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p.217.

<sup>118</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 11

<sup>119</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 261

fazendeiro de vacas de ossos”<sup>120</sup>. De lar de esperança, a Boa Vista convertera-se em lugar de injustiça. Lá, ele enterrou o irmão assassinado e, com ele, os sonhos trazidos da fazenda Salitre. O *Serrano de Pilão Arcado*, ao contrário do *Bandoleiro das Barrancas*, sabia que, a partir de então, estava “no mundo sem lugar de chegada”.<sup>121</sup> Antônio Dó abandonou a Boa Vista levando consigo apenas o “desejo de se libertar da tirania”.<sup>122</sup>

No momento imediatamente anterior a sua partida, Petrônio Braz insere o último indício do sonho inconcluso que habitou o lugar – os fantasmas dos pais de Antônio Dó. Um vestígio que, tênue e fugaz, inscreveria para sempre, na fazenda Boa Vista, a existência das expectativas frustradas ali depositadas e aquilo que as condenou<sup>123</sup>. Antes de atravessar o rio e partir, Antônio Dó vê, de repente, o fantasma de “seu pai, entre as ramagens dos arbustos. O velho Benedito acenava-lhe”, enquanto sua mãe Sebastiana “orava com o terço nas mãos”. Dó responde ao gesto e parte pelo “caminho da esquerda, o caminho do fogo”, estrada que lhe foi predestinada por seu padrinho Exu, ainda em Pilão Arcado. Não retornaria mais à fazenda, afinal, “essa não era mais a terra que eles amaram”<sup>124</sup>. Sai de lá para invadir São Francisco, deixar sem ação o coronel Maroto “no fastígio do poder, na opulência do mando”<sup>125</sup>, para receber os prejuízos e começar a vida longe, em outras paragens, com o mínimo para sobreviver, só umas terrinhas, “fazenda não. Dá tempo mais não. A vida é curta”<sup>126</sup>.

Também os versos e as notas musicais do Grupo Raízes conformam algo de fantasmagórico à Boa Vista. Os sinais da natureza que, para Petrônio Braz, determinavam a lida do lavrador Antônio Antunes de França, agora sinalizam para uma desusada aparição. Nessa

<sup>120</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p.149

<sup>121</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 292.

<sup>122</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 264.

<sup>123</sup> Para uma discussão sobre o papel dos fantasmas como indício de uma outra realidade possível ver STARLING, Heloisa M. M. Fantasmas da cidade moderna. In: *Margens/Márgenes. Revista de Cultura* nº 01 Julho 2002.

<sup>124</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p.319

<sup>125</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 291

fazenda, alerta o compositor, às sextas-feiras de lua cheia, “no relampeio da noite, bate o vento no açoite, assombrando Boa Vista”<sup>127</sup>. Basta ao ouvinte apenas esperar pelo aparecimento de uma estranha procissão, seguida por “um caixão, em cima uma vela acesa”. Essa aparição intermitente chama a atenção dos ouvidos desavisados para o sonho um dia ali depositado, o qual, abortado em seu início, vaga hoje por sobre o lugar que o acolheu, em busca de um desfecho.

O sonho por um lugar onde se pudesse construir uma vida a salvo de interesses privados. Desejo dos Antunes de França, mas também dos vários lavradores que, durante as primeiras décadas da República, tentaram fazer da terra meio de vida e não de domínio. Na impossibilidade de realizá-lo, Antônio Dó abandona a Boa Vista, e mostra que é possível igualar os termos da disputa pela violência. Contudo, falha na conclusão do sonho e reproduz o domínio contra o qual de início se voltara. Talvez, por esse percurso inacabado, Riobaldo Tatarana tenha definido Antônio Dó como “bandido, severo bandido. Mas por metade, grande maior metade que seja”<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 277

<sup>127</sup> HENRIQUE, José. Boa Vista. In: GRUPO RAÍZES (int) *Olhe bem as montanhas*. São Paulo: Fermata Indústria Fonográfica Ltda, 1980. 1 disco de vinil, 33 rpm.

<sup>128</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 38º ed. 1986. p.9

## *ANTÔNIO DÓ E O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO*

*O sal e o são  
O que é certo, o que é sertão.<sup>•</sup>  
(Lenine)*

Durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do XX, o homem do interior ocupou o centro da discussão entre os intelectuais brasileiros. Esse homem era caracterizado a partir de um modo de vida cuja peculiaridade é atribuída a um espaço específico, o sertão. São fatores geográficos, como o clima e a vegetação, e históricos, como o processo de colonização e a distância do poder metropolitano que teriam propiciado essa vida particular. Eles preservaram, nesses espaços, um mundo autenticamente brasileiro, ainda que rude. Por sua vez, designar um lugar como sertão era contrapô-lo a um outro espaço, o litoral. Esse, ao contrário, abrigaria o homem civilizado, contudo, corrompido pela influência estrangeira. Caberia a esses intelectuais desvendar um Brasil bipartido, identificando as contribuições positivas ou negativas de cada um dos pólos dessa dicotomia. A partir daí, esses homens passam a indicar junções possíveis entre os elementos positivos desses dois universos e eliminar os fatores tidos como prejudiciais para a formação da nação desejada: autêntica e civilizada.

Contudo, afirma Candice Souza<sup>129</sup>, entre os intelectuais que se debruçaram sobre o sertão e o litoral, os quais, acreditava-se, dividiam esse país, foi Euclides da Cunha o primeiro a voltar para o primeiro pólo dessa dicotomia, um olhar diferenciado. Coube a ele perceber o sertanejo não como um degenerado em relação ao litorâneo, mas o atrasado habitante de um lugar isolado, vazio, seja ele o nordeste ou à selva amazônica<sup>130</sup>. Daí ter sido esse autor o grande marco na discussão acerca desse homem do interior, cujo atraso passa a ser atribuído à distância que o

---

<sup>•</sup> LENINE. Meu amanhã (Intuindo o til). In: LENINE. *Na pressão*. 1 CD. Faixa: 4. São Paulo: BMG/Ariola. 1999.

<sup>129</sup> SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. UFG, 1997. p. 96

<sup>130</sup> VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: BRAIT, Beth (org). *O sertão e Os Sertões*. São Paulo: Arte&Ciência, 1998. p. 63-76

separava dos centros nos quais estava localizado o poder público e de onde partiam os projetos modernizadores. Essa idéia não orientou apenas o diagnóstico feito por Euclides da Cunha, mas os cientistas do Instituto Manguinhos, Cândido Rondon, Monteiro Lobato, entre outros que, também, elaboraram um modo de interpretação do Brasil sustentado nessa oposição atraso/moderno<sup>131</sup>.

Esse tipo de oposição assemelha-se ao modo como alguns teóricos europeus do século XIX buscaram distinguir a tradição da modernidade. Esses momentos eram diferenciados por meio da contraposição entre formas de ordem social que se sucederiam no tempo. Por exemplo, para Marx, o feudalismo seria seguido pelo capitalismo; ou Tocqueville, para quem a superação da aristocracia viria pela democracia. No Brasil, essa distinção é feita pela contraposição de tempos históricos. Contudo, ao invés do tempo do atraso ser sucedido pelo tempo do moderno, eles se passam simultaneamente. O primeiro é metaforicamente designado como sertão; e o segundo, por litoral.

Esses intelectuais brasileiros atribuem ao sertão o aspecto conservador, cuja positividade ou negatividade é determinada por sua proximidade a um, ou outro, dos pólos das dicotomias civilização/barbárie e cultura/civilização. Segundo Norbert Elias<sup>132</sup>, foi por meio do conceito de civilização que as sociedades ocidentais afirmavam sua superioridade sobre os povos antigos e “primitivos”. A origem desse tipo de idéia se encontra na França do século XVIII, onde a civilização é determinada em oposição à barbárie. Uma situação anterior a ser superada por meio do processo civilizatório que culminaria com o fim de qualquer resquício considerado bárbaro. A ascensão da burguesia na França seria a conclusão desse processo e a idéia de civilização é, a partir daí, tomada como auto-imagem nacional.

---

<sup>131</sup> LIMA, Nisia T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional* p.26

<sup>132</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Já na Alemanha do século XVIII, contraposta à idéia de civilização, percebida por ingleses e franceses como um processo, encontra-se o conceito de cultura. Essa idéia está ligada aos produtos humanos que expressam a individualidade de um povo diferente do processo civilizatório, mais preocupado com a redução das diferenças em busca de uma homogeneização que realce o traço comum aos seres humanos. Para os intelectuais alemães, o conceito de civilização é associado a uma artificialidade que os lança na busca pela singularidade capaz de atribuir uma autenticidade à experiência de cada nação em particular. Essa marca específica deveria ser cuidadosamente recolhida da cultura de um povo, seja na forma de obras de arte ou de sistemas filosóficos capazes de o distinguir dos demais. Para Nísia Trindade Lima, “é o reconhecimento dessa convivência de matrizes românticas e iluministas que pode tornar mais rica a compreensão das diferentes vertentes de abordagem do tema do sertão”<sup>133</sup>.

Saídos da elite e de uma classe média urbana, os intelectuais brasileiros estão sintonizados com as idéias européias. Ora afrancesados, vêem no sertão o lugar da barbárie a ser superada por meio de um processo civilizatório que partiria do litoral. Ora um tanto alemães, acreditavam que o interior, diferente do litoral, permanecia alheio às influências européias e, assim, acabou por resguardar o que seria a singularidade brasileira. Ao clamarem pela integração do sertão, esses intelectuais, nas duas visões, acreditavam que, ao agregar o interior e reduzir as distâncias entre litoral e sertão, levariam a esse último a civilização e resgatariam, para o litoral, a singularidade do país.

O sertão do São Francisco, região do noroeste mineiro, também não escapou a esse esquema interpretativo. Contudo, nas primeiras décadas da República, ainda que contraposto ao litoral, o paralelo principal era estabelecido com a nova e progressista capital, Belo Horizonte –

---

<sup>133</sup> LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional* p.26

centro administrativo e modernizador cuja construção foi orientada pela necessidade de unir as várias regiões do estado mineiro. Sua localização foi definida, entre outros critérios, por sua proximidade ao Rio das Velhas e, portanto, pela facilidade de acesso ao rio São Francisco, tido como caminho da integração pelo qual se levaria a civilização à região<sup>134</sup>. Estabelecida a dicotomia, também o sertão do São Francisco foi visto a luz da ambivalência que orientou a compreensão do interior na virada do século XIX para o XX. Interior que por vezes era exaltado por uma natureza única e pródiga, habitada por um homem forte e simples; por outras, visto com desconfiança por conservar os resquícios daquele que teria sido um mundo bárbaro.

Um passado no qual sobressai o sertão que, “no sentido físico-geográfico”, ainda “não possui existência concreta”<sup>135</sup>. Pois, segundo Maria Elisa Mader, nos séculos XVI e XVII, os sertões eram definidos em relação às áreas coloniais. Nessas áreas, predominariam a ordem resultante da presença do Estado e da Igreja, em contraposição aos espaços que, por não terem sido ainda colonizados, eram considerados como o “mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo”<sup>136</sup>. Nessa chave, falar do sertão do São Francisco no século XX é falar de um lugar onde o Estado ainda “perde o fôlego para exercer o seu poder, na medida em que as distâncias se alongam”<sup>137</sup>. As alusões a esses resquícios, nas primeiras décadas da República, assemelham-se ao modo como as autoridades coloniais se referiam ao sertão do São Francisco no século XVIII, ou seja, espaços “contaminados de criminosos e revoltosos”, onde a captura era impossível por “se desvairarem e desaparecerem”<sup>138</sup> os bandidos. Mas algo com certeza havia

---

<sup>134</sup> Para a relação entre a construção da nova capital e o norte de Minas ver: MATA-MACHADO, Bernardo. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

<sup>135</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

<sup>136</sup> MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. (Dissertação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1995.

<sup>137</sup> RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. v. 1 Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p 248

<sup>138</sup> APM. SC. SG. Caixa 29. Doc. 5; 1795. APUD, Anastasia. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 97

mudado, sertão passou a dizer respeito a um espaço geograficamente determinado, com características naturais e culturais específicas. Esse outro significado atribuído ao termo é fruto da “tendência posterior de ‘naturalizar’ a palavra, referindo-a a um espaço físico claramente delimitado”, que “desconsidera sua gênese e a alta carga de valores simbólicos a ela associada”<sup>139</sup>

É essa gênese que salta para o primeiro plano quando se trata de Antônio Dó. Durante o período em que ele andou pelas divisas dos estados de Minas, Bahia e Goiás, foi apresentado como a excepcional permanência desse mundo bárbaro, sem autoridade. Para o jornal da capital, com o assassinato de Antônio Dó, o “sertão do São Francisco vem perder a sua figura característica. Desapareceu do cenário rude daquela zona, o mais terrível bandoleiro que por ali tem existido”<sup>140</sup>. Tido como o pior dentre alguns dos nomes que, de tempos em tempos, irrompiam da paisagem sertaneja para encher de pânico a população de “tão férteis e pacíficos sertões”<sup>141</sup>. O sertão por onde passou Antônio Dó continuava como era a muitos anos: “despolicado, sem comunicações rápidas com o litoral”, portanto, “propício terreno à multiplicação das tropelias próprias de sua vida aventureira e nômade.”<sup>142</sup>. Contudo, dez anos após o anúncio da morte de Antônio Dó, com Manoel Ambrósio se deu uma inversão. Dó passa a ser apresentado como oposição a esse mundo arcaico, lugar do coronelismo, da violência, da politicalha. Na interpretação de sua trajetória, continua a ecoar os termos caros à interpretação fundada por Euclides da Cunha sobre o sertanejo, porém, agora, Antônio Dó toma sua face hercúlea.

---

<sup>139</sup> LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional* p23

<sup>140</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Estado de Minas, 19/11/1929.

<sup>141</sup> O Pirapora, 22/06/1913.

<sup>142</sup> Jornal do Comércio, 11/06/1913.

## 2.1) “... nossos tão férteis e pacíficos sertões” •

Durante o Império, algumas medidas foram tomadas no intuito de agregar os sertões do país, mas foi com a república que esse objetivo se tornou imperativo. Nos termos de Gilmar Arruda, tratava-se de “‘homogeneizar’ ou ‘soldar’ territórios aos novos ideários”<sup>143</sup> para inserir o Brasil no mundo da modernidade. Levar até os sertões a civilização, utilizar seus recursos naturais e integrá-los econômica, política e geograficamente era tido como uma necessidade urgente e, nesse sentido, “ferrovias, estradas, telégrafos, mapeamentos, urbanização, civilização, modernização são termos corolários deste processo”<sup>144</sup>.

No que diz respeito ao noroeste mineiro, a solução proposta por uns ainda durante o Império foi a de levar até essa região o poder público com a criação da Província do São Francisco, uma proposta que foi discutida em 1830, 1850 e 1873<sup>145</sup>. Porém, a iniciativa se restringiu à criação da comarca do São Francisco, em 1833, que se subdividiu nas comarcas de Jequitaiá, em 1866; de Januária, em 1872; e de Montes Claros, em 1887<sup>146</sup>. Já para outros, não seriam “centros políticos e administrativos”<sup>147</sup> que despertariam essa região de sua letargia. Esse isolamento poderia ser quebrado com a implantação da navegação a vapor e a construção de linhas ferroviárias que ligassem os portos ribeirinhos aos centros comerciais dos estados.

Já em 1834, tiveram início as tentativas de modernizar a navegação no rio São Francisco, com a construção, em Sabará, do primeiro barco a vapor por Guilherme Kopke.<sup>148</sup> Após essa iniciativa, foram feitos estudos dos trechos navegáveis do rio São Francisco por Henrique

---

• *Jornal O Pirapora* 08/06/1913

<sup>143</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000. p. 99

<sup>144</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000. p. 99

<sup>145</sup> MATA-MACHADO, Bernardo. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*.

<sup>146</sup> BIEBER, Judy. A visão do sertão: party indetity and poltical honor in late imperial Minas Gerais, Brasil. *Hispanic American Historical Review*. 81,2. 2001 p. 309-345.

<sup>147</sup> Discurso do Senador Saraiva APUD: MATA-MACHADO, Bernardo. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)* p. 113

Guilherme Fernando Halfeld entre os anos de 1852 e 1854. Após Halfeld, seguiu-se Emmuel Liais que, em 1862, estudou a navegabilidade do trecho que vai da nascente do São Francisco à Pirapora, e daí ao Rio das Velhas.<sup>149</sup> Em 1869, o barco a vapor *Saldanha Marinho*, importado pelo engenheiro civil Henrique Dumont, fez sua primeira viagem pelo São Francisco. Enquanto isso, no porto inicial da viagem pelo São Francisco, na cidade de Juazeiro, foi construído o vapor *Presidente Dantas*, que, em 1879, trouxe, rio acima, mais uma comissão de engenheiros, dessa vez chefiados por William Milnor Roberts. Uma incorporação a ser completada com a construção de uma rede ferroviária ligada à navegação fluvial da região. Plano idealizado em 1873, ainda no Império, quando o governo provincial ofereceu privilégios a quem se dispusesse investir nessa empreitada, porém nenhuma ação foi realizada.<sup>150</sup>

Com a República, a construção dessa malha de transporte foi considerada ainda mais necessária por propiciar o escoamento dos produtos da região. Realmente, a chegada dos trilhos ferroviários, originários da nova capital – Belo Horizonte – foram implantados no noroeste de Minas, somente após a implantação do novo regime. Nesse período, firmou-se a oposição do Sertão do São Francisco ao centro administrativo do Estado. Os trilhos que daí partiram seriam, para Urbino Vianna, a “legítima e talvez a única aspiração do sertanejo; benefício mais palpável que os governos podem conceder; meio profícuo de se encaminhar rapidamente o progresso, é ela que irá resolver, ou melhor, dar a chave de quanto problema se nos apresenta”.<sup>151</sup> Como os intelectuais litorâneos, alguns moradores do sertão noroeste e da “progressista” capital mineira viam, na redução das distâncias, a solução dos problemas para essas duas pontas de estrada. As

---

<sup>148</sup> BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Ed. USP, 1977. p. 28.

<sup>149</sup> RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. v. 1 p. 416.

<sup>150</sup> RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. v. 1 p. 417

<sup>151</sup> VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte s.n.t., 1916. p.239.

expectativas em torno de trens e vapores variavam: para o sertão, novas possibilidades; para a capital, os recursos naturais e a simplicidade do modo de vida sertanejo.

Foi na esperança da chegada dos trilhos que, em 1894, os diretores da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira instalaram um depósito com estoque completo de seus produtos no povoado de Pirapora. Apesar de seus poucos habitantes, espalhados “em cafuas de capim ou palha de buriti”<sup>152</sup>, Pirapora se apresentava como ponto estratégico para o comércio na região do São Francisco. Desse povoado, os tecidos poderiam ser levados para venda até Juazeiro, na Bahia, e o algodão produzido na região ribeirinha seria recolhido para compra. Além disso, a chegada dos trilhos da Central do Brasil a Pirapora ampliaria a área do comércio, ao integrar norte e sul do país. Não tardaram em esperar, pois, em 1911, a estação da Estrada de Ferro Central do Brasil foi inaugurada em Pirapora e, em 1926, foi a vez de Montes Claros assistir à chegada dos trilhos.

Entre um evento e outro, em 1921, foi a vez de Arno S. Pearse<sup>153</sup>, secretário geral da Federação Internacional das Associações dos Tecelões, Chefes e Profissionais da Indústria Algodoeira subir o rio São Francisco a bordo do vapor *Wenceslau Braz*, com a Missão Internacional do Algodão, que viajava pelo Brasil. Essa viagem tinha o objetivo de analisar as possibilidades de cultivo e beneficiamento do algodão na região e fazia parte de um projeto de divulgação desse produto na Europa. Arno Pearse elogiou as possibilidades naturais do vale em torno do rio, contudo, não deixou de criticar o modo como essa natureza era pouco explorada. Ele atribui a fraca produção às técnicas rudimentares empregadas pelos plantadores que “não sabiam que o comprimento da fibra, limpeza, resistência etc, contribuíam, para valorizar o algodão”<sup>154</sup> e,

---

<sup>152</sup> COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. *Centenário da fábrica do Cedro: histórico (1872-1972)* Belo Horizonte: 1972.

<sup>153</sup> APM. CARNEIRO, Octávio. *De Pirapora a Juazeiro pelo rio São Francisco*. (s.n.t.)

<sup>154</sup> Projeto Preservar - Jornal SF. 11/07/1965

geralmente, reuniam apenas a própria família em volta de um tear para o beneficiamento. Otávio Carneiro acompanhou Arno Pearse nessa viagem e, ao descrever o sertão que viu, apresenta um lugar pródigo em riquezas naturais. O habitante desse sertão também, é descrito com vários qualificativos – é um homem “inteligente e sóbrio, ágil, resistente, robusto, é capaz de um esforço violento e continuado que derrotaria os nossos atletas das cidades”<sup>155</sup>. Porém, sertão e sertanejo permaneciam atrasados, a espera de projetos modernizadores que dessem conta do seu potencial econômico e cultural.

Mas se esse atraso, por um lado, é perverso; por outro, preservou para o sertanejo um modo de vida acordado com a natureza e que diferenciaria o sertão das áreas litorâneas e desenvolvidas. Assim afirma, no mesmo ano da viagem de Arno Pearse a essa região, Sergio Ferreira, um desconhecido morador do Rio de Janeiro. Após regressar da região mineira do São Francisco à capital da República, em artigo enviado ao jornal da cidade de São Francisco, o visitante exaltava a vida do morador pobre das barrancas. A natureza teria prodigalizado a esse sertanejo uma vida simples, contudo, farta em especiarias que tornavam ainda mais singular a região. A ele estaria reservado apreciar em abundância o surubim, as melancias, a abóbora, produtos que, “aqui no Rio, só ao alcance dos nababos”. Essa vida simples e ao mesmo tempo plena leva o autor a concluir que, apesar do Rio de Janeiro ser “a mais bela cidade do mundo, falta-lhe uma coisa: a alma do sertão, alma romântica, cheia de vibrações, que em nenhuma outra parte se é possível sentir”<sup>156</sup>.

Quatro anos depois, em 1925, o vapor *Wenceslau Braz* levou de Pirapora a Januária, pelo São Francisco, mais uma comitiva interessada no progresso da região. Dessa vez, a iniciativa da viagem coube ao Presidente do Estado de Minas Gerais, Mello Vianna. Entre os membros da

---

<sup>155</sup> APM. CARNEIRO, Octávio. *De Pirapora a Juazeiro pelo rio São Francisco*. (s.n.t.)

<sup>156</sup> A Liga, 10/07/1921.

comitiva, estava o escritor Noraldino Lima, a quem coube relatar as impressões dos lugares vistos. Um ano depois, seu relato foi publicado com prefácio de outro companheiro de viagem, o jornalista Juscelino Barbosa, e com a transcrição de entrevistas dadas por Mello Vianna ao jornal *O Paiz* sobre seus planos para a região.

Ainda que outros tenham precedido Mello Vianna nas tentativas de integração e modernização, seria ele o “primeiro chefe de estado que deixa o Palácio para ir, de perto, ver a grandeza do sertão e, com ela, as suas necessidades”<sup>157</sup>. Ao se arrogar o título de pioneiro, Mello Vianna indica a existência no noroeste mineiro de outra característica própria do termo sertão, chamada por Haruf Espíndola de “mito do Eldorado”. Essa idéia configura o sertão como “lugar do acontecer de novo como se fosse sempre a primeira vez do acontecimento, resultante da ação humana não ficar na memória, de conservar na lembrança coletiva apenas a crença nas riquezas que nele existem esperando pelos que tiverem a boa graça da fortuna e a coragem de enfrentar o perigo”<sup>158</sup>. Em 1925, a estrada de ferro já havia chegado a Pirapora e cinco vapores percorriam o rio São Francisco, mas, para Mello Vianna, eram necessários “dez, e vinte, e muito mais”<sup>159</sup> para fazer chegar, de fato, aos rincões mineiros a locomotiva, ou seja, a “égua do governo”<sup>160</sup>.

Com Mello Vianna, a interpretação do país, fundada por Euclides da Cunha, toma ares de chavão. No projeto civilizatório de incorporação e modernização do *Valle das Maravilhas*, ressoam, soltas, algumas das idéias sistematizadas por Euclides n’*Os Sertões*. Entre elas, sobressaem as opções deixadas por esse autor frente à situação do país bipartido: *Ou progredimos ou desaparecemos*. Segundo o artigo escrito sob esse título, coube a Mello Vianna optar por progredir, por em prática a interpretação do país empreendida por Euclides da Cunha. Para tanto,

---

<sup>157</sup> SILVEIRA, Victor *Minas Gerais no ano de 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926

<sup>158</sup> ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *O sertão do Rio Doce*. Bauru: (SP): Edusc. Gov. Valadares: Ed Univale. Aimorés: Instituto Terra, 2005. p 95

<sup>159</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p 201

<sup>160</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p 67

a incrementação da navegação a vapor seria fundamental, pois caberia ao seu apito levantar o “homem para a luta da terra”, ser como “uma trombeta sagrada, chamando cada um para o reerguimento da coragem, da confiança, do trabalho”<sup>161</sup>. Na entrevista dada por Mello Vianna ao jornal *O País*, o Presidente do Estado afirma pretender com o aumento dos meios de transportes e de comunicação abrir novas possibilidades para a região e seu povo. O transporte regular permitiria ao lavrador escoar sua produção para outros centros de comércio e abriria oportunidades para esse “formidável capital humano, que vai servir de base à obra civilizadora, que ora encetamos”<sup>162</sup>. Ser, finalmente, diria o jornalista Juscelino Barbosa, no prefácio dessa obra, “integrada na comunhão mineira e, por ela, no grande Brasil de amanhã”<sup>163</sup>.

Coube a Noraldino Lima, membro da Academia Mineira de Letras, mostrar as vantagens da junção entre os centros progressistas e o *atrasado* sertão em volta do São Francisco. O sertão de Noraldino Lima é o lugar da natureza pródiga. Nele, as frutas cultivadas excedem em doçura as frutas de outras partes, sem contar com aquelas próprias do lugar, as chamadas “frutas sertanejas”<sup>164</sup>. É também campo propício para a caça que “pulula em, todos os cantos”<sup>165</sup> e para a pesca, campo aberto àqueles que desejem ver aumentar o capital “por uma aplicação inteligente”. Para ele, o desenvolvimento da pesca permitiria ao país consumir, ao invés do estrangeiro bacalhau, o surubim “que temos entre nós, ao alcance da mão, tão bom senão melhor, por muito menor preço e sobretudo nosso”<sup>166</sup>. O cultivo e o beneficiamento do algodão são apresentados como um “permanente aceno de prosperidade”<sup>167</sup>. Mas não acaba por aí a generosidade da natureza no sertão do São Francisco. Madeiras há em tão grande quantidade e qualidade que até

---

<sup>161</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p 202

<sup>162</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p 210

<sup>163</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p. 16.

<sup>164</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p 65

<sup>165</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p 66

<sup>166</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p. 80,81.

<sup>167</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p. 96.

mesmo a aroeira é utilizada para alimentar a caldeira dos vapores. São as riquezas desse lugar esquecido que chegariam, nos vagões dos trens, à capital, enquanto, na outra ponta da estrada, indústrias e novas possibilidades surgiriam frente aos “olhos agradecidos do sertanejo”<sup>168</sup>. Seriam essas medidas que, alerta ainda Juscelino Barbosa, iriam fazer “ressurgir para o trabalho e para as nobres pelejas da civilização meu pobre sertão abandonado!”<sup>169</sup>.

É em relação a essa paisagem que o sertanejo surge na descrição de Noraldino Lima. Um homem “criado à lei da natureza, como erva do mato ou o peixe do rio”<sup>170</sup>. Dono de uma cultura singular, “nascida com a espontaneidade das almas simples, debaixo de um céu tranqüilo e de um rio suave, revelam bem na sua harmonia de água que corre, verdadeiras organizações de poeta”. Esperto, forte, grato, leal e sóbrio são alguns dos adjetivos mobilizados pelo autor para qualificar o sertanejo e diferenciá-lo do “almofadismo da cidade”.<sup>171</sup>

No sertão, afirma Noraldino Lima, a propriedade é por todos respeitada. Quase não ocorrem brigas, devido à índole pacífica do sertanejo e, quando acontecem, se devem apenas ao efeito da “*Januária n 26*”. Os sertanejos que emergem da escrita desse autor constituem um “povo expansivo e bom, digno de ser conhecido para ser com justiça admirado”. Até mesmo a figura do jagunço, “infelizmente os há”, surge em sua escrita apenas para enfatizar a lealdade desse povo. Pois ainda que o jagunço seja uma perversão da natureza do sertanejo, nunca trai a confiança do homem cuja arma empunha, sua lealdade permanece simbolizada pela carabina, “traço de união entre o jagunço e o chefe”<sup>172</sup>. É sob essa visão romântica do noroeste de Minas Gerais e sua gente que Noraldino Lima atribui a esse sertão o papel de exemplo, por “distante

---

<sup>168</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p. 92.

<sup>169</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p. 17

<sup>170</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p. 117

<sup>171</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p. 122

<sup>172</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas* p 129

que este se encontra do litoral, onde aliás, o contato mais direto com a civilização varre tradições e costumes, modificando pelas influências exteriores à fisionomia do povo”.<sup>173</sup>

Do alto da autoridade de quem viu, Noraldino Lima finda sua descrição do sertanejo questionando a figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato. Para Noraldino, a figura do caipira preguiçoso e basbaque, consolidada por esse personagem<sup>174</sup>, não poderia passar de uma “injúria, figura de degenerado que só pode existir como exceção mórbida entre os homens laboriosos e bons que são nossos patrícios”<sup>175</sup>. O paralelo que Noraldino Lima busca estabelecer não é com o caipira inerte e doente de Lobato, mas com o bravo sertanejo de Euclides da Cunha, ainda que ignorando seu aspecto “desgracioso, desengonçado, torto”<sup>176</sup>, ou seja, a face do Quasímodo exposta por esse autor. Para Noraldino Lima, o sertanejo do São Francisco, na sua lida diária, na coragem e, também, na sua “resignação”, traria em si o “homem, valente descrito por Euclides da Cunha”<sup>177</sup>.

No entanto, desse pacífico e próspero sertão teimava emergir o sertão incivilizado como empecilho à efetivação do progresso. É o sertão que, ainda no Império, em 1879, assombrou o engenheiro Theodoro Sampaio, que acompanhava William Milnor Roberts na viagem pelo São Francisco. Um sertão arcaico, visto pelo engenheiro na figura Manoel Tavares de Sá, o Neco.

Enquanto tratava dos aspectos naturais da região, o texto de Theodoro Sampaio é farto em elogios a cavernas, sumidouros, grutas de estalactites, que seriam o “encanto dos viajantes do sertão”<sup>178</sup>. O Urucuia é margeado por territórios férteis, coalhados de fazendas e cercado por matas. O sertanejo da ribeira do São Francisco é descrito por Theodoro Sampaio como um

<sup>173</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas* p 144

<sup>174</sup> LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. Obras Completas. São Paulo: Brasiliense, v. 8, 1957.

<sup>175</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p 122

<sup>176</sup> CUNHA, Euclides. *Os vertôes*: campanha de Canudos. 38ª Ed. Rio de Janeiro: 1997. p.129

<sup>177</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p 140

<sup>178</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Bahia: Ed. Progresso, 1955. p121.

homem de estatura média, com cabelos pretos anelados, “dentes, bons, curtos, firmes, cortados em ponta como os do peixe, que é este o *chic* do sertanejo”<sup>179</sup>, de fala fluente, esperto, vivaz, cheio de imaginação e poesia. Por outro lado, quando se refere à cidades, a maioria delas são apresentadas como lugares abandonados, cuja decadência é tão incompreensível quanto a própria razão de seu surgimento. Estão entregues às disputas de coronéis que “vivem a fazer política para guardarem para si funções”<sup>180</sup>. Apenas algumas delas escapariam dessa situação. Cidades como Juazeiro, “tão favorável de progresso, de riqueza e de atividade”<sup>181</sup>, ou a cidade de Carinhanha, com sua população “afável e cheia de urbanidade”. Contudo, essa urbanidade e a pretensa civilidade, tão apreciadas pelo passante engenheiro, ao que parece, não foram suficientes para por freio ao sertão incivilizado, vislumbrado nos desmandos das autoridades e que se fez presente na figura daquele cujo nome “inspirava terror”<sup>182</sup>, Manoel Tavares de Sá, o Neco.

Theodoro Sampaio encontrou os primeiros indícios de pólvora no sertão ao passar pelo povoado de Manga do Amador. Lá, os visitantes ficaram sabendo sobre os conflitos políticos ocorridos em Januária, entre os partidos Liberal e Conservador. As facções haviam brigado devido a antigas rixas e intrigas, segundo Theodoro Sampaio, “como só acontece nesses sertões apartados”. Muitos dos envolvidos alinhados à facção política que estava fora do poder e, portanto, “não podiam contar com as autoridades, fossem elas recém-chegadas ou não”, foram expulsos da cidade. Liderados pelo Neco, partiram para o lugar chamado Jacaré, onde reuniram uma turma de jagunços para invadir Januária.

Sem resistir à curiosidade, William Milnor Roberts e sua comitiva foram ao povoado de Jacaré ter com Neco. Ele os recebeu amistosamente, deu notícias da luta e afirmou que já havia

---

<sup>179</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 69

<sup>180</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 109

<sup>181</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 77

<sup>182</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 121

movilizado quatrocentos homens para a invasão. Theodoro Sampaio partiu de Jacaré e o vapor subiu o rio São Francisco rumo à cidade ameaçada. Encontraram Januária também abandonada, com uns poucos moradores que olhavam os recém-chegados com desconfiança. Os jagunços de Neco já haviam chegado e invadido as casas, para roubar as mobílias, roubaram também o gado das fazendas, beberam e comeram à vontade. Enquanto isso, segundo Theodoro Sampaio, Neco, “senhor da cidade, ditou-lhe a lei a seu bel prazer e continuou a ditá-la enquanto do centro, aliás bem remoto, não o mandaram desalojar”<sup>183</sup>. Enquanto isso, o delegado, o juiz e o vigário de Januária estavam escondidos em Pedras de Maria da Cruz, povoado vizinho. Theodoro Sampaio espantava-se com a impotência das autoridades municipais frente ao poderio de Neco e seus jagunços, e também com a dimensão atribuída às ações do facinoroso pelos sertanejos das localidades por onde o engenheiro passava. Para eles, Januária tinha sido apenas um passo na conquista de todo o Brasil pelo facínora. Segundo Theodoro Sampaio, assim eram as “guerras do sertão”<sup>184</sup>, permeadas por muito barulho e muita mentira “mandada para efeito lá fora”<sup>185</sup>, e conclui: “quanta desgraça e quanta barbaria naqueles sertões”<sup>186</sup>.

A comitiva deixa Januária e, de volta a cidade de Carinhanha, Theodoro Sampaio se separa dos seus companheiros de viagem e parte rumo à Chapada Diamantina. Ao rever Carinhanha, na noite antes de partir para a chapada, a cidade já não lhe pareceu mais tão urbana. O lugar havia sido tomado pelo outro sertão, o violento, e era esse sertão que, segundo os valentões do lugar, *experimentava* o engenheiro, dando tiros embaixo de sua janela durante a noite. Para Theodoro, esse era “de fato (n)um mundo estranho. Como estavas longe, oh civilização!”<sup>187</sup>.

---

<sup>183</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 122

<sup>184</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 122

<sup>185</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 123

<sup>186</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 129

<sup>187</sup> SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. p. 135

Em 1890, é a vez do líder político da cidade de São Francisco, Joaquim Nunes Brasileiro, chamar a atenção para os efeitos de se viver nesse *mundo estranho*. Ele alerta ao Presidente do Estado de Minas, João Pinheiro, do modo como a “rasteira política do sertão, com todo seu nefasto cortejo de misérias, obrigam muitas vezes o homem sério a envolver-se nas baixezas urdidadas pelos hipócritas e falsificadores das cousas sérias”<sup>188</sup>. Mas essa referência à política *do sertão* adquire tom de justificativa quando, em 1896, a cidade de São Francisco é invadida pelos Serranos. Esse bando de salteadores armados, que roubavam gado na região desde 1800<sup>189</sup>, foi arregimentado pelo próprio Joaquim Nunes Brasileiro para assassinar seu oponente político, o juiz Antero Simões. Após o assassinato, a cidade ficou entregue aos salteadores até a chegada de duas expedições enviadas pelo governo para pôr fim à desordem<sup>190</sup>. Após esses acontecimentos, o agente executivo municipal interino, Major Jacintho Augusto de Magalhães, discursou à Câmara Municipal. Pela sua fala, essas invasões violavam o costume do lugar e resultavam da ação de “meia dúzia de ambiciosos, que tudo antepõem ao bem do município que habitam”<sup>191</sup>. Nesse discurso, outra vez caberia ao “progresso moral e material do município” por fim à esses desmandos.

Em 1925, coube a Rotílio Manduca cortar o norte mineiro em armas. Mas, diria ele em carta ao Presidente de Estado, Mello Vianna, trata-se da “circunstância de ter eu me achado em lutas, que não pode evitar quem vive no sertão”<sup>192</sup>. Para Rotílio, os conflitos não seriam esporádicos e sim constituintes do próprio modo de vida desse lugar chamado sertão. Mas, para as autoridades, é Rotílio Manduca o “indivíduo assaz perigoso a ordem social”<sup>193</sup>, como o caracterizou, em 1915, o delegado de Polícia de Formosa, Goiás, em alerta à chefia de Polícia em

---

<sup>188</sup> APM. JP Série II Cx 03 Doc 208

<sup>189</sup> Correio do Norte, 06/03/1884.

<sup>190</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1977. p. 96

<sup>191</sup> APM 43 FM 352 S Cx 16b

<sup>192</sup> APM. Pol 08 Cx: 12 Doc 18

Minas. Um ano após anunciar a guerra como uma fatalidade da vida no sertão, em 1926, Rotílio Manduca lidera os soldados do batalhão patriótico na captura dos revoltosos da Coluna Prestes. Sob sua liderança, invadiram Brejo das Almas, atual Francisco Sá, onde “deram tiroteio dia e noite, assaltaram e invadiram casas e quebraram portas de várias casas de fazendeiros, roubaram não só esta vila como nas circunvizinhanças”<sup>194</sup>. Em Brasília de Minas, Rotílio Manduca ordenou a Joaquim Rocha, chefe político desse município, a sair de sua casa para dar lugar a ele e seus soldados. Da janela da casa, com o intuito de ostentar poderio, perfilava seus homens e era “sentido para isto, sentido para aquilo”<sup>195</sup>. Em 1926, Rotílio chegou à cidade de São Francisco no comando da Companhia de Guerra da Viação do São Francisco<sup>196</sup>, também no encalço da Coluna Prestes. Algum tempo depois, acabou assassinado por um indivíduo conhecido como Mesquinheza<sup>197</sup>, enquanto viajava no vapor guiado por seu irmão Pedro Manduca<sup>198</sup>.

Para Joaquim Nunes Brasileiro e Rotílio Manduca, os desmandos, as lutas, a baixa política, os chamados “barulhos” são intrínsecos à condição do sertão. Num outro discurso, tratam-se de eventos dissonantes, protagonizados por indivíduos isolados numa região pacífica e próspera. Somente com a “boa compreensão de certos elementos nômades que em determinados tempos procuram perturbar a ordem do município”<sup>199</sup>, diria Manoel Ferreira, Presidente da Câmara de São Francisco, cidade invadida por Dó em 1913, o sertão do São Francisco sairia de seu atraso para acertar o passo com as Minas.

Quando invadiu essa cidade, Antônio Dó foi considerado mais um desses tipos sem paradeiro. Não há nenhuma referência aos eventos que precederam sua chegada ao mercado

---

<sup>193</sup> APM, Pol 08 Cx 14 Doc 04

<sup>194</sup> SILVEIRA, Olyntho da. *Minha terra e a nossa história* (memórias) Belo Horizonte (s.n.t.), 1969 p 27

<sup>195</sup> BRASIL, Henrique de Oliva. *De Contendas a Brasília de Minas*. (monografia) s.n.t. p. 270

<sup>196</sup> Projeto Preservar. Livro de Tesouraria da Câmara Municipal de São Francisco – Exercício de 1926.

<sup>197</sup> BRASIL, Henrique de Oliva. *De Contendas a Brasília de Minas*. p. 315

<sup>198</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: O jagunço mais famoso do sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.

<sup>199</sup> Projeto Preservar – Jornal *Cidade de São Francisco* 30/12/1928.

municipal de São Francisco. Sua ação teria surpreendido uma cidade que “morosamente ia largando para trás de si, a apatia, os hábitos antigos das localidades mineiras, que não ouvem ainda o silvo agudo da locomotiva a galgar os flancos das montanhas”. Essa cidade que vive na “paz serena e doce, de causas indiferentes ao evoluir da baba nojenta da sociedade moderna” e seguia buscando despertar de seu atraso “sem fazer alarde, no silêncio próprio das plagas quietas do sertão mineiro” é subitamente tomada por “um famigerado bandido e vil cangaceiro”, que “invadiu as ruas de São Francisco armado com outros também armados, avassalando tudo, querendo tudo para si”<sup>200</sup>.

Segundo essa narrativa, assinada sob o pseudônimo de Minerva, os únicos que resistiram a Antônio Dó foram os Coronéis Antônio Ferreira Leite, o Maroto, e João Dias Maynard. Os mesmos homens que “guiavam aquele povo como podiam, pelas estradas onde não havia abrolhos, ensinando-lhe o caminho amplo do progresso”<sup>201</sup>. São eles que, abandonados pela população da cidade,<sup>202</sup> sozinhos se levantaram “quando o bandido Antônio Dó ergueu a sua arma de fanático contra São Francisco”<sup>203</sup>. O confronto teria se dado entre os dois pólos da dicotomia, o moderno e o atraso. De um lado, os progressistas líderes municipais; do outro, o *fanático*. Um qualificativo que dezessete anos antes foi usado para depreciar os moradores do arraial de Canudos em luta contra a República. Ao mobilizá-lo, Minerva busca recuperar o sentido que orientou a guerra de Canudos, ou seja, entre o litoral progressista e o arcaico mundo do sertão. Mas na nova situação, o *fanático* estava acampado no mercado municipal de São

---

<sup>200</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Jornal *O Pirapora* 14/09/1913

<sup>201</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Jornal *O Pirapora* 14/09/1913

<sup>202</sup> Segundo Brasiliano Braz, a população da cidade invadida realmente não ofereceu resistência a Antônio Dó. Ao contrário, ocorreu “uma verdadeira romaria” ao mercado municipal formada por curiosos, conhecidos, amigos e até mesmo “um velho hoteleiro turco das vizinhanças, que se apressou a levar aqueles guerrilheiros ao seu hotel para um cafezinho”. In: BRAZ, Brasiliano. *São Francisco: nos caminhos da história*. p 386

<sup>203</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Jornal *O Pirapora* 21/09/1913

Francisco. Tratava-se de Antônio Dó e, para capturá-lo, partiram três expedições de Belo Horizonte.

À pedido dos progressistas líderes municipais, o Estado, tido por longínquo, imediatamente se fez presente no sertão do São Francisco. Porém, a desejada “ação dos poderes públicos na instrução, na polícia, na justiça, no saneamento”<sup>204</sup>, tão propalada por Mello Vianna, parece ter se restringido ao envio de seu braço armado, a Força Pública. Logo após a invasão de Dó e seu bando, em junho de 1913, a população da cidade de Pirapora assistiu a uma irregular movimentação em seu porto. Tratava-se da chegada à cidade dos oitenta praças solicitados por telegrama para captura de Antônio Dó, os quais aguardavam o embarque no vapor *Prudente de Moraes*. Apenas uma semana após a invasão da cidade, no dia 08 de Junho de 1913, já se tem notícias de uma segunda expedição enviada para por fim à “perturbação da ordem pública na cidade de São Francisco”<sup>205</sup>, que rapidamente mobilizou, a pedido do Chefe de polícia da capital, além de “um trem com três carros”, um “vapor especial ou lancha”. Nessa segunda expedição, ficou a cargo do “bravo e brioso oficial de nossa brigada tenente Félix” sair a captura de Dó na Serra das Araras. Sob a liderança de “tão hábil chefe, será certo e assim veremos desaparecido esse pesadelo que tanto nos tem afligido”<sup>206</sup>. Dias depois, o tenente Félix iria destruir o povoado da Vargem Bonita e assassinar vários de seus moradores. Ainda assim, como em 1879 testemunhou Theodoro Sampaio, em Manga do Amador, frente à ameaça de Neco, para uns, o vapor com a Força Pública continuava a ser visto como a chegada da “ordem e do respeito à lei”<sup>207</sup> a esse sertão que, acreditava-se, teimosamente permanecia incivilizado.

---

<sup>204</sup> LIMA, Noraldino. *No valle das maravilhas*. p 211

<sup>205</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Jornal *O Pirapora* 01/06/1913

<sup>206</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Jornal *O Pirapora* 15/06/1913

<sup>207</sup> SAMPAIO, Theodoro *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*.

Um sertão de fanáticos, mas também de cangaceiros. Em 1913, não era só Dó que frustrava as tentativas de captura, mas também Antônio Silvino, em Pernambuco, obtinha êxito frente as volantes. Contudo, a aproximação da trajetória de ambos, fixada pelo Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, foi estabelecida pelo espaço em que suas ações se deram – o sertão. Ambos os “os facínoras Silvino e Antônio Dó” aparecem como resultado desse lugar de autoridades tolerantes e corruptas. É dessa situação que eles “tiram grande parte da arrogância estadeada”<sup>208</sup>. Antônio Dó e sua “quadrilha de cangaceiros” não podiam permanecer como “incentivo para a formação de outras que em breve tempo devastariam os nossos tão férteis e pacíficos sertões”<sup>209</sup>. Nesses sertões, não existem serranos, ciganos, rotílios, cangaceiros, jagunços, necos, fanáticos, revoltosos, coronéis, ainda que falar de Antônio Dó seja falar sobre todos esses. Talvez por isso, para alguns, nem mesmo ele tenha existido.

## **2.2) São Francisco da arrelia**

Dez anos depois do assassinato de Antônio Dó pelo jagunço “Corta-Orelha”, esse sertão tido como desvio de um outro pacífico e próspero passa a ser tomado como norma. Nesse caso, a trajetória de Antônio Dó é concebida como resultado e resposta a esse sertão bárbaro, onde prevalece o mais forte. Nessa via, sua ação longe de ser considerada como um dos esporádicos eventos violentos ocorridos na região, uma excepcional perversão da natureza do sertanejo tornado jagunço, seria o próprio sertanejo em sua expressão ideal. O homem do interior, que permanece imerso na luta cotidiana pela sobrevivência, mas que, ainda assim, é tragado por esse sertão da violência. Essa inversão é preponderante nos romances baseados na trajetória de

---

<sup>208</sup> Jornal do Comércio 11/06/1913.

<sup>209</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Jornal *O Pirapora* 08/06/1913

Antônio Dó, sendo a primeira delas *O bandoleiro das barrancas*, de Manoel Ambrósio, e recentemente *Um serrano de Pilão Arcado*, escrito por Petrônio Braz.

Não se trata aqui de buscar nos romances dados factuais que contradigam o discurso anterior sobre o sertão, mas tentar capturar, por meio desse uso específico da linguagem, um outro sertão, “uma mentira, nem verdadeira nem falsa mas verossímil”.<sup>210</sup> Como afirmou Dominick Lacapra, buscar no romance apenas os fatos, seria redundante pois eles podem ser extraídos de qualquer outro tipo de fonte. Por outro lado, quando, num romance, nenhum dado pode ser confirmado, ele apenas sugere um passado. Contudo, diz Lacapra, esse real não comprovado pode apontar para “os mais significativos e sutis processos da vida”<sup>211</sup>. Para esse autor, portanto, caberia pensar num outro meio de aproximação entre a história e a literatura que não a tome só como documento e nem a considere alheia às influências externas.

Como afirma Lacapra, um determinado contexto nos chega através de variados tipos de textos, sejam eles, como vimos, memórias, relatórios, escritos publicados, entre outros. É importante observar que “um texto influencia reciprocamente outros textos e contextos de formas complexas”<sup>212</sup>; assim sendo, diz ainda Lacapra, um “romance pode tomar empréstimos de um repertório documental”<sup>213</sup>. É claro que, diferente da historiografia, num romance, eventos, personagens e situações podem ser inventados, mas o modo como a intriga é organizada pode trazer à tona as “vozes contestatórias” que, de outro modo, permaneceriam submersas e esquecidas. O texto literário definido pelo uso de uma linguagem que significa mais do que diz, ao dispor dessa rede metafórica, ultrapassa as funções apenas informativas, próprias dos demais

---

<sup>210</sup> COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.38

<sup>211</sup> LACAPRA, Dominick. História e o romance. In: *Dossiê História – Narrativa*. Revista de História. 2/3. São Paulo: Unicamp, 1991. p. 107-124.

<sup>212</sup> LACAPRA, Dominick. História e o romance. In: *Dossiê História – Narrativa*. Revista de História. 2/3 p. 118.

<sup>213</sup> LACAPRA, Dominick. História e o romance. In: *Dossiê História – Narrativa*. Revista de História. 2/3 p. 119.

textos, para reinscrever, no tempo, a luta empreendida na captura de Antônio Dó como fruto do desacordo entre dois mundos que não se conhecem – o sertão e o litoral.

Nos dois romances sobre Antônio Dó, escritos em períodos bem distintos, ecoam as mesmas concepções que orientaram os artigos publicados em jornais, relatórios de viagens e telegramas analisados anteriormente. O livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ainda é tomado como referência para se pensar a relação entre a trajetória de Antônio Dó e o mundo que lhe deu origem, o sertão. Um lugar atrasado, incivilizado, ao mesmo tempo singular e original, oposto a um litoral progressista, contudo copista e alheio ao país que escapa de suas cidades. Mas o rearranjo dessas idéias numa intriga propiciou uma outra mirada sobre essa relação. Dessa vez, Antônio Dó é associado ao sentido positivo atribuído ao sertão, e os mensageiros do progresso vindos de Belo Horizonte para lhe dar combate, só o fazem por pleno desconhecimento desse outro mundo.

No sertão desses romancistas, são os líderes empenhados em levar a civilização à região que alimentam o mesmo atraso e a violência antes personificado na figura de Antônio Dó. Eles fomentam o que há de bárbaro no sertão do São Francisco e tudo antepõem ao bem da região. Se essa versão pode convencer, é por ter como referência um mundo que precisa existir para que sobre ele se possa fazer proposições, sejam elas verdadeiras ou falsas<sup>214</sup>. Afinal, disse em 1910, um certo Alferes José da Costa Guedes, em queixa enviada de Montes Claros à Chefia de Polícia em Belo Horizonte, é “humanamente impossível prender-se neste sertão os assassinos, devido as proteções escandalosas que tem os mesmos de todos os fazendeiros (...) são os principais homens da terra que se dizem amigos dos chefes políticos que tudo querem anarquizar e até abafar a justiça”<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. p. 134

<sup>215</sup> APM Pol 08 Cx. 09 Doc 08

Antônio Dó é situado por Manoel Ambrósio como uma vítima desse sertão submetido ao controle dos chefes políticos. Um sertão do qual Dó tentava escapar desde que partiu de Pilão Arcado. Lugar arrasado pelas lutas sangrentas entre Militões e Guerreiros<sup>216</sup>, “terras de poderio e jagunheiros, que pouco a pouco vão cedendo ao influxo da civilização”<sup>217</sup>. Mas, como esse sertão dos combates não está preso a uma paisagem, Antônio Dó vai dar com ele em São Francisco, a cidade da arrelia. Disse Manoel Ambrósio sobre o povoado: “é a cidade da falação dos arengueiros, dos intrigantes, dos assanhados, das conveniências e das inconveniências”<sup>218</sup>. Toda a região é apresentada como reduto da politicalha, onde os crimes proliferam e a lei garante direitos e interesses somente a alguns indivíduos.

Esse sertão bruto cresce sobre o sertão naturalizado descrito por Noraldino Lima, cuja “fecundidade esmagadora”<sup>219</sup> não é ignorada por Manoel Ambrósio. Porém, a modernização que desenvolveria o comércio e faria retroceder o sertão incivilizado, ao contrário, o alimenta. Para Ambrósio, não é a modernização, ou a integração, “que te oferecia o teu grande rio, estrada branca da civilização”, o meio para por fim ao estado de tensão que grassava pela região. O progresso de lugarejos como São Francisco poderia trajar a cidade “com a vestimenta moderna dos alargamentos, das avenidas, do cais, dos templos, perfumados jardins, arborizadas praças, ruas e casas alvas”<sup>220</sup>, mas nada disso alteraria a situação, pois “as almas não se mudaram”.<sup>221</sup>

O telégrafo e os vapores, ao invés de aproximarem o sertão do São Francisco da civilização, são instrumentalizados pelos coronéis da região. O primeiro “lamuriento e fatídico

---

<sup>216</sup> As disputas entre Militões e Guerreiros tiveram início, em 1840, com o desentendimento de Bernardo Guerreiro, tutor do herdeiro de Castelo Branco e o poderoso senhor da fazenda Caruá, Militão de França Antunes. Bernardo chegou a partir para Portugal mas seus filhos continuaram a disputa que durou cinco anos. A desavença só teve fim quando Militão deu morte ao último Guerreiro na fazenda Sento-Sé. ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. Brasileira.v. 184 Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1946 p. 38-39

<sup>217</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. Petrópolis: Imprensa Vespertino Ltda., 1976 p. 13

<sup>218</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. p. 73.

<sup>219</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*.

<sup>220</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. p.31

alarmava a capital”<sup>222</sup> com notícias inventadas por eles sobre Antônio Dó. Será o telégrafo o grande inimigo de Dó na sua busca pela justiça, porque a ele caberia transmitir rapidamente as intrigas tramadas pelos chefetes locais junto às autoridades que ignoravam os justos motivos atribuídos por Manoel Ambrósio à entrada de Antônio Dó no banditismo. Do mesmo modo, o vapor, longe de ser o veículo do progresso para a região, é o meio pelo qual os mesmos coronéis que destruíram a fazenda e roubaram o gado de Antônio Dó facilmente poderiam capturar o homem que ousou desafiar-lhes os interesses.

Trata-se de um progresso alheio às especificidades do lugar, orquestrado de longe por um Estado que, por desconhecer os entremeios das relações de poder no São Francisco, tomam o lado errado na luta. A Força Pública põe-se na captura do fazendeiro, que outro crime não teria cometido a não ser reparar uma injustiça. A capital, Belo Horizonte, para Manoel Ambrósio, acabou por se mostrar, com suas

fumaças de cidade vergel e outras bobagens é muito crédula. É uma perfeita caipira, arrancada das brumosas e lendárias fraldas das montanhas de Ouro Preto, para tampar os buraqueiros e terras cruas dos gerais do Curral d’el Rei. É cidade nova cosmopolita, por isso mesmo sem raiz, sem credenciais e sem cultura digna de um Estado, o maior do Brasil. Pura patacoada!<sup>223</sup>

Para Manoel Ambrósio, a falta de conhecimento desse sertão sobre o qual os homens da capital procuravam intervir os levavam a tomar por real as invencionices firmadas sobre o poder de Antônio Dó. Aqueles que de perto o viam, assistiam a passagem de “um cangaceiro, um celerado vulgar, criminoso e terrível bandido”. Mas, ao longe, esse *celerado vulgar* tomava ares de “um caudilho à frente de poderoso exército de fanáticos desaforados, atrevidos, um general insurreto das caatingas dos sertões, ameaçando o poder constituído”<sup>224</sup>.

---

<sup>221</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. p. 30

<sup>222</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. p. 32

<sup>223</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. p. 88

<sup>224</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. p.43

As três expedições enviadas para captura de Antônio Dó estão presentes na trama montada por Manoel Ambrósio. Contudo, os significados atribuídos a bandido e soldados também é deslocado. Os esforços da Força Pública em levar a ordem ao sertão mostram-se todos infrutíferos e, para os moradores do povoado da Vargem Bonita, seria Antônio Dó a “garantia para paz”. A barbárie se encontraria do outro lado, com os soldados. É a eles que Ambrósio atribui os atos mais cruéis, praticados durante as perseguições à Antônio Dó. A maioria deles, protagonizados pelo Alferes Félix Rodrigues da Silva, o Felão. Ele personifica a barbárie e seria o oposto da figura de Antônio Dó, que por sua vez, agrega os aspectos positivos atribuídos ao sertanejo, como lealdade, força e coragem. Os adjetivos contrários couberam ao Felão; é ele o “bagunceiro mór nos povoados, provocador de polícias, porreteiro cachaceiro e sabujo de cadeia, tal o tipo que se ingressara na polícia de então”.

Ainda assim, alguns dos atos de covardia e violência atribuídos por Manoel Ambrósio ao Alferes são apresentados pelo autor, também, como resposta à situação do sertão. Se não chegava a mandar algum preso para cadeia, assim agia porque “júri de sertão não vale meia pataca e só condena gente pobre, gente ruim e desprotegida”. Mandar prender bandido de “patrão graúdo” era o mesmo que deixá-lo ir, e solto, o bandido poria em “perigo de vida o teu pai Felão!”<sup>225</sup>. O incêndio do povoado da Vargem Bonita é o auge da violência levada ao sertão pela Força Pública, mas não a encerra. Atos de covardia também são atribuídos aos soldados da terceira expedição. Incapazes de prenderem Antônio Dó, eles ateavam fogo nas palhoças dos moradores dos ermos dos sertões por onde passavam, sem contar o soldado Pedrão que, após cada refrega, saía a caça dos cadáveres para lhes limpar as bolsas. Desse sertão desencantado, encerra Manoel Ambrósio, “Dó ... nos livre!”<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. p. 33-34

<sup>226</sup> AMBRÓSIO, Manoel *O bandoleiro das barrancas*. p. 90

Em 1941, é a vez do jornalista Antônio Vieira Barbosa mobilizar *Os Sertões* para se referir à trajetória de Antônio Dó. O tipo forte formado num mundo isolado e inóspito que proporcionou o surgimento daquele que seria “um dos tipos sertanejos autênticos, dessa estirpe que Euclides da Cunha denominou ‘rocha viva da nossa raça’”<sup>227</sup>. Com esse jornalista, Antônio Dó deixa de ser o resquício excepcional de um passado para se converter na própria expressão desses sertanejos. Sua trajetória é apresentada como “produto da região na qual surgia” e, como tal, não poderia fugir à cadeia de acontecimentos característicos desse lugar. Seria, como muitos dos outros habitantes da região, vítima dos coronéis “refestelados nas poltronas do mandonismo local”, cujas injustiças são mobilizadas pelo jornalista como justificativa, “senão para a totalidade dos atos desse, pelo menos, para uma boa parte das manifestações ríspidas de sua conduta”<sup>228</sup>. Contudo, diferente dos outros sertanejos que permaneciam submissos aos coronéis, Antônio Dó tinha, na “sua formação de cabra desabusado”, os predicados que o qualificavam como protagonista da luta contra os abusos próprios do sertão.

Quase sessenta anos depois, como vimos, a trajetória de Antônio Dó volta a ser romanceada, dessa vez por Petrônio Braz. Com ele, a apropriação do repertório documental fica mais evidente pela referência direta às memórias de seu pai, Brasiliano Braz<sup>229</sup>; ao estudo de Saul Martins<sup>230</sup>; e pela própria inserção de trechos de documentos. Mas além desses textos, Petrônio Braz se refere à obra de Manoel Ambrósio e aos escritos do jornalista Antônio Vieira Barbosa. Talvez tenha sido por esse caminho, sem menosprezar a força do pensamento euclideano, que esse sertão romântico e bárbaro, oposto ao litoral civilizado, tenha chegado ao *Serrano de Pilão Arcado*. Mas, como um texto recente, aliado às concepções próprias do passado para o qual se

---

<sup>227</sup> Gazeta de Paraopeba 30/11/1941. APUD: BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 408

<sup>228</sup> Gazeta de Paraopeba 30/11/1941. APUD: BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 408

<sup>229</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*.

<sup>230</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do Brasil*.

volta, o texto traz as preocupações do presente no qual é escrito. O sertão naturalizado, que desponta na obra de Petrônio Braz, não é mais o lugar pleno de recurso natural a ser explorado. A chegada dos vapores, no cais no século XIX, é descrita com o tom melancólico das promessas irrealizadas. Para Petrônio Braz, ver um vapor ancorado no cais era “a mais excitante diversão da cidade, pelas novidades que trazia (...)e por nada custar a quem quisesse olhar. Era bonito ver aquele barco grande”<sup>231</sup>. Em 1982, quando o livro começa a ser escrito, o tempo dos vapores havia passado e o progresso pretendido pelos homens do início do século já habitava o cerrado. Os recursos daí extraídos não paravam de alimentar as minas. Chegavam aos magotes, sacos e sacos de carvão empilhados nas caçambas dos caminhões em constante tráfego pelas rodovias. Daí a obra ter sido tributada ao sertão naturalizado, mas o sertão onde os “poucos animais silvestres ainda perambulam soberanos pelas vazantes e pelos cerrados; aos peixes sobreviventes que povoam as águas; às árvores que até agora sobrevivem à devastação do homem; às veredas (...) às chuvas que, às vezes, caem sobre o sertão”<sup>232</sup>.

Ao tentar proporcionar uma caminhada “pelos altos sertões de Minas, de Goiás e da Bahia, ao lado de Antônio Dó e seu bando de homens destemidos”, Petrônio Braz busca preservar, pela literatura, uma natureza que já não existe, assim como oferecer “um melhor conhecimento dos usos e costumes do sertão são-franciscano”<sup>233</sup>. Lendas regionais, como o Caboclo d’água, a Mãe d’água, o Famaliá, as romarias a Bom Jesus da Lapa e à Serra das Araras no dia de Santo Antônio e mesmo os batismos na fogueira de São João são inseridos ao longo da narrativa sobre a Antônio Dó, de modo que, por meio dela, se tenha um quadro do que foi esse lugar.

---

<sup>231</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. Montes Claros: Edibraz, 2004. p. 132

<sup>232</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 7

<sup>233</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 13-14

Mas, o sertão que, para Petrônio Braz, outrora existiu, também é o lugar isolado sem cercas ou gente<sup>234</sup>, pontado por cidades onde predominam a força e as intrigas nas resoluções dos conflitos. É sobre esse sertão que Antônio Dó irá se impor. Em determinados momentos, como nas imagens imortalizadas por Euclides da Cunha, esse sertão natural correrá em seu auxílio. Mas, no início da narrativa, os Antunes de França abandonam Pilão Arcado para fugir da seca, pois o pai de Dó, Benedito de França Antunes, “com as brigas políticas, mortes nas tocaias, já estava acostumado. Mal crônico que não mais amedrontava”<sup>235</sup>.

Como Manoel Ambrósio, Petrônio Braz associa a família de Antônio Dó aos Militões do povoado baiano de Pilão Arcado, pois o pai de Benedito Antunes foi sobrinho de Militão Plácido de França Antunes. Na caracterização de Benedito, é firmada a influência da vida nesse povoado árido e violento, incrustado no “isolamento do sertão bruto, onde somente os corajosos e astutos sobrevivem”. Teria sido esse meio que, para Petrônio Braz, desenvolveu “em seu caráter uma marcante individualidade”<sup>236</sup>. Um certo ceticismo em relação às possibilidades de mudança na configuração das relações de mando no sertão. Sua decisão de partir com sua família, de Pilão Arcado para São Francisco, baseava-se apenas no desejo de ir para um trato de terras mais férteis.

Benedito Antunes de França não alimentava nenhuma ilusão de encontrar um lugar mais “civilizado”. Sabia que ao chegar nas Pedras de Cima, como a cidade de São Francisco era conhecida, teria que se posicionar frente aos mandões do lugar e se colocar sobre a proteção de um deles, mesmo sem a intenção de tomar frente nas suas lutas. Já na irmã de Dó, Josefa, residiria a ilusão de muitos para quem subir o rio significava estar próximo de lugares mais desenvolvidos. Possibilidade de deixar o *desertão* para ver gente “nem que seja na viagem” e

---

<sup>234</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 148

<sup>235</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 19

<sup>236</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 20

poder “vestir vestido de chita bem colorida”<sup>237</sup>. Será Josefa a se casar com o Marcelino, o ladrão de gados e assassino do irmão de Dó, Honório Antunes de França. Ao que parece, para Petrônio Braz, como para Manoel Ambrósio, na maioria dos aspectos, São Francisco continuava sendo “a terra da arrelia”<sup>238</sup>.

E das intrigas de algumas das autoridades dessa terra resultou o envio da primeira expedição para capturar Antônio Dó. Mas, dessa vez, o confronto se daria fora dos limites da cidade, onde a relação entre o sertão e Antônio Dó foi efetivamente aproximada por Petrônio Braz da estabelecida por Euclides da Cunha entre o sertanejo e seu meio. A fuzilaria dos jagunços de Antônio Dó, em combate aos soldados, se deu “como se saísse do chão, de dentro da terra, acompanhado de uma gritaria infernal”<sup>239</sup>. Os ermos dos gerais de Minas, Bahia e Goiás passam a ser, para Dó e seu bando, como a caatinga para o sertanejo de Euclides, ou seja, “um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu”<sup>240</sup>. Dessa forma, o cerrado é novamente mobilizado por Petrônio para a luta contra a segunda expedição enviada para capturar Dó. A vegetação servia de abrigo aos jagunços e os escondiam das vistas do Tenente Mello Franco. Seus soldados eram obrigados a se defenderem “contra um inimigo invisível, encafurnado no cerrado da margem oposta”<sup>241</sup>.

Era esse sertão despovoado da margem oposta à *cidade da arrelia* que restava a Antônio Dó como couto. Nessa margem, o arraial da Vargem Bonita surge então na narrativa com essa função, já que estava “encravada no sertão bruto”, permanecia “em apático isolamento” e os

---

<sup>237</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 67

<sup>238</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p. 95

<sup>239</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*.p. 322

<sup>240</sup> CUNHA, Euclides. *Os sertões: campanha de Canudos*. p 258

<sup>241</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*.p. 357.

poucos moradores “desconheciam, em sua quase totalidade, as cidades. Viviam isolados do mundo e, por isso mesmo, dos tormentos da política. (...) Na simplicidade de suas vidas eram felizes”<sup>242</sup>. É essa população simples e ordeira, mergulhada nos afazeres do dia a dia, que ocorre em proteção a Antônio Dó, o avisam da proximidade do Alferes Felão.

Após a derrota da primeira expedição, feita a travessia para a margem esquerda do São Francisco pelos jagunços, Petrônio Braz, mais uma vez dá um passo adiante. Ele faz de Antônio Dó e seu bando “os senhores absolutos do sertão, o sertão que não tem fronteiras, onde o homem é absorvido pela indiferença primitiva da natureza.”<sup>243</sup>. A derrota do Alferes Felão, na Vargem Bonita, vem auxiliar na configuração dessa área como território de mando do serrano. Nos lugares como a Serra das Araras, o distrito de Brejo da Passagem, qualquer soldado que mostrasse sua farda tinha que se haver com Antônio Dó. Cada vez fazia-se mais difícil para a Força Pública se embrenhar numa área “inóspita e despovoada como o vasto sertão, nos domínios de Antônio Dó”<sup>244</sup>.

Nem por isso, Petrônio Braz deixa de inserir na trama a terceira expedição enviada para capturá-lo. Aliás, a derrota do Alferes Otávio Campos do Amaral e seus soldados colocará fim às tentativas de investida contra Dó nessa região. Trata-se, no romance, de uma imagem muito próxima à fixada por Euclides da Cunha, em sua descrição dos soldados que voltavam de Canudos, homens cobertos por “fardas em trapos, feridos, estropiados, combalidos, davam a impressão da derrota”<sup>245</sup>. Também o alferes e os “andrajosos e depauperados soldados a seu comando”, abatidos, voltavam a Belo Horizonte “sancionando a soberania de Antônio Dó sobre o sertão da Serra das Araras”<sup>246</sup>. A semelhança das imagens permite inquirir se, para Petrônio Braz,

---

<sup>242</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 267

<sup>243</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 345

<sup>244</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 378

<sup>245</sup> CUNHA, Euclides. *Os sertões*: campanha de Canudos. p. 254

<sup>246</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado*: a saga de Antônio Dó. p. 408

com Antônio Dó, o interior teria surpreendido a confiante Belo Horizonte como um dia Canudos surpreendeu a República.

Em 2004, Petrônio Braz termina a escrita de seu livro. Antônio Dó, mais uma vez, é reinserido no tempo pela literatura, agora “transformado em autoridade, em dono do sertão da Serra das Araras”<sup>247</sup>. Ao que parece, a modernização e a integração da região não foram capazes de por fim a saga do fazendeiro tornado cangaceiro. A admiração exercida por Antônio Dó foi considerada, ainda em 1911, como consequência de se encontrarem, no sertão, “as populações inermes, afundadas na ignorância, entibiadas pela opressão dos chefes locais, a míngua de recursos, imbuídas de credices”. Tratava-se de uma gente atrasada que “não tardam a criar lendas em torno do nome dos mais temíveis cangaceiros” e atribuem às suas ações “proporções reais de feitos de armas, nas páginas de novelas e romances, como não raro nos próprios comentários da imprensa”<sup>248</sup>. Porém, em 2004, superado os pretendidos limites geográficos e sociais, essa admiração permaneceu. Mas esse feito já havia sido vislumbrado por Riobaldo Tatarana, quando do seu encontro com Dó no povoado da Vargem Bonita. Um tanto irônico, um tanto desafiador, Tatarana questiona: “cidade acaba com sertão. Acaba?”<sup>249</sup>

---

<sup>247</sup> BRAZ, Petrônio. *Um serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. p.492

<sup>248</sup> Jornal do Comércio. 11/06/1913.

<sup>249</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 38º ed. 1986. p.144.

## ***VIOLÊNCIA***

*É difícil acreditar que somos nós os culpados  
É mais fácil culpar Deus ou então o diabo.<sup>•</sup>  
(Charles Gavin, Sérgio Britto)*

A reconstituição da história do lavrador abastado tornado bandido parece desembocar, irremediavelmente, numa discussão sobre a violência. Como vimos, foi preponderantemente por ela que Antônio Antunes de França exerceu diretamente o mando por dezesseis anos. Coube também à constante ameaça de sua propagação, entre os moradores do noroeste mineiro, o ponto central na caracterização dessa região como espaço da barbárie. De um lado, se tem uma violência polarizada na figura de um indivíduo: Antônio Antunes de França Dó. É ele o “tipo padrão, o símbolo desses malfeitores sem alma e sem entranhas, pesadelos vivos das populações sertanejas que em certas épocas surgem no interior de Minas a praticar infindáveis tropelias e inauditas crueldades”<sup>250</sup>. De outro, trata-se de uma violência disseminada numa região onde “é público e notório que os criminosos pululam por todo esse distrito”, como afirma, em 1911, o alferes Francisco José da Costa Guedes<sup>251</sup>. Resta, então, investigar o mecanismo que articula a violência de todos à de um homem, de modo a esclarecer os meios com os quais os moradores do noroeste mineiro lidavam com o risco de sua propagação e o melhor meio de contê-la.

Para compreender esse mecanismo, partiremos do estudo empreendido por René Girard sobre a relação entre a violência e o sagrado. Essa relação foi percebida através da análise dos sacrifícios realizados por tribos primitivas, nos quais uma vítima é oferecida a uma divindade. Segundo esse autor, a demanda da divindade pelo sacrifício nada mais seria do que um meio de encobrir do homem sua própria violência. O sacrifício é uma requisição da própria comunidade

---

<sup>•</sup> GAVIN; BRITTO. Violência. In: TITÃS. *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. 1 CD. Faixa: 13. Rio de Janeiro: WEA, 1987.

<sup>250</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Estado de Minas, 19/11/1929.

<sup>251</sup> O alferes se refere ao distrito de Brejo das Almas, atual Francisco Sá. APM, Pol 08 Cx 09 Doc 09

que o concebe como exigência de uma transcendência para não se deparar com sua própria violência. Durante o ritual do sacrifício, a vítima oferecida “simultaneamente substitui e é oferecida a todos por todos os membros da sociedade”<sup>252</sup>. É a violência que está no âmago desse sagrado, pois é a ela, na verdade, que o sacrifício visa saciar e iludir, ao desviar para uma vítima dispensável o perigo que poderia atingir os membros de toda comunidade. Portanto, o ritual do sacrifício permite vislumbrar a duplicidade da violência, seu caráter tanto benéfico quanto criminoso. No primeiro caso, o sacrifício de uma vítima, animal ou humana, previne a propagação da violência que inevitavelmente recairia sobre os homens que ela substitui. Porém, ainda assim, não deixa de ser um crime, pois o sangue derramado assemelha-se ao culpado, no entanto, é inocente e por isso mesmo purificador. Nessa ação, portanto, coexiste, de modo distinto, tanto o caráter legítimo quanto ilegítimo da violência em cuja distinção se baseia a ordem da comunidade.

Essa violência interna à comunidade, dissimulada no sagrado e revelada, nas sociedades religiosas, pelo sacrifício, diz respeito à obrigatoriedade da vingança, pois, “face ao sangue derramado, a única vingança satisfatória é o derramamento do sangue do criminoso”<sup>253</sup>. A vingança daria início a um processo infinito que põe em risco todos os membros da comunidade. O sacrifício previne esse ciclo, substituindo as vítimas não vingadas pela vítima expiatória. Cabe ao sistema judiciário dar fim ao círculo vicioso da vingança. Se não há mais altares, diz René Girard, deve-se a esse mecanismo, que efetivamente põe fim à reciprocidade violenta. Fundado no mesmo princípio da vingança, ou seja, lesar a quem lesou, é contudo “um organismo soberano e independente”<sup>254</sup> que retira das mãos da parte lesada a quase obrigatoriedade de retribuir o agravo sofrido. Ele toma para si a exclusividade da vingança e põe fim ao ciclo interminável da

---

<sup>252</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra/UNESP, 1990. p. 20

<sup>253</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 28.

violência, alimentado pela necessidade da desforra pessoal. O sistema passa a girar em torno do culpado e daí está mais próximo da idéia de execução de uma vingança e não da tentativa de desviá-la para uma vítima alternativa como nas sociedades primitivas. Desse modo, o sistema judiciário tenta dominar o processo da vingança, manipulando-o de forma racional. Ele consegue impor um fim ao ciclo interminável da violência, baseado na duplicidade da violência que distinguia, no sacrifício, a violência pura da impura. Pois, essa “não-violência relativa”<sup>255</sup> desfrutada pelos modernos também está fundada na diferença entre o “bem” e o “mal” estabelecida pela justiça. Quando essa distinção se perde, segundo o autor, a violência impura alastra-se e ameaça por fim a todos.

Na conjuntura da ação empreendida por Antônio Dó, esse sistema não parecia tão transcendente quanto necessário para total efetivação do seu papel. Imerso nas paixões, o sistema judiciário acabou por alimentar a reciprocidade da vingança, tornando presente um risco que se supunha superado. E a violência centralizada pelo sistema judiciário com o objetivo de dar fim ao conflito já não se distinguia mais da má violência. Diz Bernardino Campos, delegado especial de Montes Claros, em 1906, que, instaurado um processo, “as testemunhas não comparecem na formação da culpa temendo a perseguição de criminosos e as mais das vezes por desrespeito a lei”<sup>256</sup>. Com a ineficácia do sistema judiciário, bastaria então o confronto das vontades para detonar uma série de retaliações, capaz de submeter os moradores do noroeste mineiro ao risco do aniquilamento

Em 1896, por ocasião da já referida invasão à cidade de São Francisco pelos Serranos, liderados por Joaquim Nunes Brasileiro, os moradores do lugar tomaram conhecimento das conseqüências funestas de uma tal disseminação da violência. Ainda em 1895, o juiz da cidade

---

<sup>254</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p.31

<sup>255</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p.72

Antero Simões foi acusado de favorecer as eleições para os Gaviões, que assumiram o poder na Câmara Municipal. Com isso, o domínio exercido há nove anos por Nunes Brasileiro, como líder dos Morcegos, tinha chegado ao fim. Inconformado e certo do favoritismo, em 1895, Nunes Brasileiro, durante a madrugada, cercou-se de jagunços e expulsou o juiz com sua família da cidade. Este recusou uma remoção concedida pelo governo e continuou a despachar de São Romão, lugarejo próximo. Após uma negociação, intermediada por uma comissão de Januária, pôde o juiz voltar pacificamente para a cidade de São Francisco.

Porém, segundo o relato de Brasiliano Braz, a paz foi logo rompida por “um fato aparentemente sem importância maior”<sup>257</sup>. Ao voltar à cidade de São Francisco, Antero Simões trouxe consigo um sobrinho, “tipo avalentado e bagunceiro que se aliou logo a outro famanaz na valentia”. Estes, numa briga de bar, atiraram contra um antigo jagunço do Nunes Brasileiro. O tiro atingiu a perna da vítima que, mancando, deixou o bar e só foi visto no dia seguinte, morto numa lagoa com “o rosto esfolado, as orelhas arrancadas”. A justiça não apurou a culpa do sobrinho do juiz, pois a morte não teria sido ocasionada pelo disparo dado no bar e concluiu que a vítima, ao voltar embriagada, caiu na lagoa, se afogou e foi devorada por piranhas. O sistema judiciário, parcial, não vingou o sangue derramado que continuava a clamar por vingança. A mãe do jagunço assassinado volta-se então para o sagrado, dele irá partir a retaliação pela vítima não vingada. Diz a mãe: “tenho fé em Deus, Dr. Antero, que as piranhas que comeram meu filho hão de comer os seus também”<sup>258</sup>. Contudo, a referência a Deus parece não ter se dado pela crença na possibilidade de tirar a vingança das mãos dos homens e passá-la para as da divindade, que por ser externa a comunidade impossibilitaria o risco de uma violência interminável. O clamor ao

---

<sup>256</sup> APM. Pol 08 Cx: 09 Doc: 05

<sup>257</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1977. p. 88

<sup>258</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 86

sagrado, nesse caso, relaciona-se mais à necessidade de camuflar a violência que se acha no seio da comunidade, para tomá-la algo demandado não por seus membros, mas por essa transcendência. O sistema judiciário foi deixado de lado por se mostrar incapaz de punir o culpado, agora restava vingar a vítima.

Contudo, porque fatos tão desastrosos foram desencadeados a partir de um acontecimento considerado por Brasiliano Braz como de menor importância? Diz René Girard, ao contrário de muitos, que a violência nada teria de “irracional”, mas que não lhe faltariam razões para irromper. Contudo, como Brasiliano Braz intuiu de modo apropriado, a relevância dos motivos é relativa. O sangue derramado do jagunço ofereceu a razão inicial, mas uma vez deflagrada a violência, até ser “saciada procura e sempre acaba por encontrar uma vítima alternativa”<sup>259</sup>. Hoje, não se sabe ao certo o nome do jagunço lançado na lagoa, nem se seu assassino foi culpabilizado pela morte, mas os acontecimentos que seguiram nunca foram esquecidos. Imediatamente, a vingança do jagunço morto deu lugar ao confronto entre Nunes Brasileiro e o juiz Antero Simões pelo poder municipal.

Os Morcegos, liderados por Joaquim Nunes Brasileiro, creditaram a culpa ao sobrinho do Juiz Antero Simões e a não punição do assassino à parcialidade deste. Assim, antigas rivalidades serviram como novas motivações num campo propício para o exercício da violência. Com vistas a tomada do controle da cidade, a “morte de todos foi tramada em conciliábulos secretos”.<sup>260</sup> De acordo com a esposa do juiz, Amasilia Attuá, em carta escrita no dia 30 de Abril de 1896, a cidade foi invadida no dia primeiro desse mês por Joaquim Nunes Brasileiro e o bando dos Serranos. Homens descritos como “aventureiros cujo único programa é o assassinato, o roubo, o

---

<sup>259</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p 14

<sup>260</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p.88

incêndio e a desonra com todo seu cortejo de horrores”<sup>261</sup>. Era Semana Santa, ocasião esperada justamente “para que maior fosse a surpresa e mais certo o golpe”<sup>262</sup>. Os jagunços e outros partidários de Nunes Brasileiro cercaram a casa onde se encontrava o juiz Antero Simões e dois filhos. Um deles, com onze anos, conseguiu fugir, o outro morreu junto ao pai que “ainda agonizante (coisa horrível!!) foi esbofeteado, furaram-lhe os olhos, abriram-lhe o ventre, rejeitaram-lhe as mãos e tiraram com facas as orelhas, a língua e a pele das faces!!!”<sup>263</sup>.

Mas, o assassinato do juiz também não pôs fim ao entrevero, pois, “consumado esse horroroso crime para o qual não há nas leis punição suficiente, ainda insaciáveis de sangue”<sup>264</sup>, os invasores saíram em busca de outros membros da família e correligionários. Os cadáveres do juiz Antero, de seu filho Otaviano e demais aliados dos Gaviões, assassinados, permaneceram insepultos como exemplo. Só foram retirados da cidade quando o mau cheiro já estava insuportável. Apenas foi permitido o sepultamento de um dos corpos, enquanto os outros “foram atirados ao mato para pasto dos urubus”<sup>265</sup>.

A cidade ficou entregue aos Serranos e seus líderes durante um mês, até que, avisados pelos Morcegos, lá chegou, vinda de Ouro Preto, capital do estado, a Força Pública. Era a tentativa de conter a ação dos Serranos, entregues à violência, porém; os homens enviados para dar fim ao conflito “são exatamente estes que permitem o seu triunfo”<sup>266</sup>. Pois como se tentou findá-la por meio de mais violência, no fim, é sempre ela que sai triunfante. Os Gaviões ao terem a seu lado a Força Pública, cuidaram de usá-la não como meio de garantir o controle da situação e sim como instrumento de vingança e acerto de contas contra os Morcegos.<sup>267</sup> Ao fim do conflito,

---

<sup>261</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Estado de Minas 26/08/1896.

<sup>262</sup> BRAZ, Brasileiro *São Francisco nos caminhos da história*. p.88

<sup>263</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Estado de Minas 26/08/1896.

<sup>264</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Estado de Minas 26/08/1896.

<sup>265</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Estado de Minas 26/08/1896.

<sup>266</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 46

<sup>267</sup> BRAZ, Brasileiro *São Francisco nos caminhos da história*.

alguns líderes da invasão conseguiram fugir. Joaquim Nunes Brasileiro, devido à ajuda de seu aliado, o deputado Camilo Prates, foi inocentado, mas ainda assim nunca mais se firmou politicamente. Entre os presos enviados para Ouro Preto, não constava nenhum dos cabecilhas da invasão.

Ainda assim, a vingança deu mostras de sua força. Dessa vez no clamor de outra mulher, Amasília Mariani Wanderley Attuá. Esposa e mãe das primeiras vítimas da invasão, em carta ao Congresso Mineiro ela suplica

para que, de acordo com o exms. Presidente do Estado, tomem providências enérgicas e eficazes contra os desalmados autores de tantos crimes hediondos, os quais se não tiverem punição rigorosa, implacável e capaz de satisfazer a expectativa dos habitantes de toda a República, o heróico Estado de Minas terá para sempre uma mancha negra e indelével, será considerado um país de bárbaros.<sup>268</sup>

O sangue seco e insepulto continua a exigir vingança, mas agora por toda parte onde a notícia dos acontecimentos tenha chegado. *Toda a República* esperava ver a retaliação ser levada a cabo. Todavia, caberia ao congresso, com o apoio da presidência do estado, executá-la. Só nas mãos de um poder judiciário eficiente por “existir associado a um poder político realmente forte”<sup>269</sup>, parece intuir a viúva, é que a vingança pode recair sobre o culpado sem risco de reiniciar o ciclo interminável da retaliação. Caso contrário, um sistema falível, incapaz de impor medidas definitivas à propagação da vingança, faria de Minas um *país de bárbaros*. Entre esses, ao contrário dos modernos, “não é o culpado que mais interessa, mas as vítimas não vingadas”; e como no caso exposto, os homens, ao tentarem saciar a vingança, correm sempre o risco de despertá-la em outro lugar. A proporção tomada pelo evento, o nível de propagação e a dificuldade em conter o conflito tiveram conseqüências drásticas. De acordo com Brasileiro Braz, “a vida comunitária entrou em colapso, pois aquela luta insana foi fatal a todos. São

---

<sup>268</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Estado de Minas 26/08/1896.

Francisco havia se transformado numa terra arrasada; estavam mortas, banidas ou aprisionadas muitas figuras que gravitavam na vida pública; a discórdia e o desânimo dominavam todos os espíritos”<sup>270</sup>.

O episódio do assassinato do juiz Antero Simões é uma descrição das conseqüências reais resultantes da passagem da boa para a má violência. Quando a tênue linha que as separa é ultrapassada, toda a comunidade submerge no ciclo interminável da violência. E, no sertão noroeste mineiro, o abuso das autoridades não ficou restrito ao ano de 1896. Em 1916, Antônia Ferreira de Moura, viúva do soldado Antônio Ferreira da Costa, reclama, em carta aberta, diretamente ao presidente do Estado de Minas, numa evidência explícita da falta de confiança imputada ao judiciário. Para ela, “devido à situação política deste município, estamos sem garantias, dando-se todos os dias, aqui, os fatos mais clamorosos”<sup>271</sup>. O advogado Fabrício Pacífico Vianna havia tentado invadir a casa da viúva que foi acudida pelos vizinhos. Após o incidente, Antônia Ferreira de Moura afirma ao presidente ter se queixado “também ao júri municipal, que se falou desobrigado neste negócio, fornecendo-me apenas um atestado de bom procedimento”<sup>272</sup>.

Ao que parece, o acusado não chegou à ser punido e o judiciário não cumpriu seu papel de apurar e punir o culpado. Dois anos depois, em 1918, foi a vez do próprio advogado Fabrício Pacífico Vianna e dois amigos denunciarem abusos de autoridade. Os queixantes faziam uma serenata embaixo da janela do Coronel João Dias Maynard e cantavam a modinha, *casinha branca da serra*, quando viram aproximar-se o delegado Lauro Ferreira da Silva e seus soldados, “todos devidamente armados de carabinas e municados (...) em atitude ameaçadora, sem uma

---

<sup>269</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 37

<sup>270</sup> BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos caminhos da história*. p.103

<sup>271</sup> Projeto Preservar: Est: 04. Cx 10. Crimes 1920

<sup>272</sup> Projeto Preservar: Est: 04. Cx 10. Crimes 1920

provação sequer da parte do dito grupo”. A seresta foi interrompida aos gritos de “Para! Para! Canalha sem vergonha, perturbadores da ordem pública, senão eu arrevento vocês todos”. Em resposta, os cantores prometeram ir-se imediatamente e alegavam estarem ali “divertindo-se, sem propósito nem desrespeito à autoridade policial”. Ainda assim, o delegado mandou que “prendessem ou matassem aquele que conviesse”, e deu logo ordem de “Fogo! Fogo nesta canalha!...”. Segundo o depoimento do queixante Fabrício Pacífico Vianna, “se bem ordenada, melhor se cumpriu a determinação do trêfego delegado, cuja autoridade excedeu-se sobre modo”.

O acontecimento é apresentado no processo como um resquício dos acontecimentos que envolveram a morte do juiz Antero Simões em 1896. Segundo uma testemunha, seria mais um dos “tristes acontecimentos de que foi teatro a cidade de São Francisco, digna sem dúvida, de melhor sorte, de melhores dias”<sup>273</sup>. Por sua vez, o delegado acusado, Lauro Ferreira da Silva, alegou ter ido reprimir tiros dados pelos seresteiros e, ao chegar com ordem de desarmar, foi recebido por eles com tiros. É impossível, em situações como essa, distinguir a vítima do culpado. Os argumentos usados por ambas as partes para afirmar a própria violência como legítima são iguais. Quando os homens responsáveis pela aplicação da violência purificadora são incapazes de legitimarem o uso da força baseado na transcendência da função que exercem, nenhuma distinção é possível. As acusações mútuas revelam a verdade do outro sem reconhecer a própria, a diferença portanto é anulada.

Em julho de 1928, um outro crime motivou uma série de abusos das autoridades. Tratava-se da apuração do culpado do incêndio da casa comercial de um importante “figurão” da cidade de São Francisco, Carolino do Amor Divino. De acordo com o processo instaurado, o mandante do crime teria sido o advogado Sebastião Machado Coelho. Ele teria pago 35 mil réis à Joaquim

---

<sup>273</sup> Projeto Preservar: Est: 04. Cx 10 – Crimes 1920

Ribeiro dos Santos e Antônio Ribeiro da Silva para incendiarem a loja, causando um prejuízo estimado em 20 contos de réis. Um mês depois, em agosto, chega à cidade, como delegado especial, o Capitão Affonso Elias Praes para continuar as investigações. Nessa ocasião, algumas testemunhas afirmam no processo “que se propalou nesta cidade alguma coação para com o denunciado e mais outros”<sup>274</sup>. Segundo umas das testemunhas, a acusação contra o Dr. Sebastião Coelho não teria fundamento e era resultado da ação de seu inimigo Murilo Lopes, antigo delegado “que procurava sempre intimidar o denunciado”<sup>275</sup>.

Através de uma matéria publicada no jornal de São Francisco, “tivemos a oportunidade de conhecer o regime terrorista que se estabeleceu aqui, quando o major Fonseca procurou apurar esse crime de um modo absurdo e hediondo, tendo sido secundado pelo Cap. Praes”. As testemunhas eram levadas nas horas mortas para bairros afastados onde, nuas, apanhavam e logo depois testemunhavam a culpa do Dr. Sebastião Coelho e seus mandatários. Mais uma vez, o sistema judiciário não visa punir o culpado, mas é manipulado para aplicar vinganças, acabando com a diferença entre a boa e a má violência.

Parece que os moradores desse lugar não estavam alheios a esse perigo e denunciavam as autoridades que “parciais e incapazes, apelam para a violência, pela falta de outros recursos e aptidões; daí falharem as suas diligências, porque é certo não se faz justiça com o facão”. O facão é a arma da violência recíproca e interminável, ele derrama sangue e o sangue derramado precisa ser vingado. Se o sistema judiciário recorre ao facão, passa a agir com os mesmos meios da violência que visa combater. Desse modo, além de não punir o culpado, deixava vítimas que “após a hecatombe, após a fúria desse despotismo macabro” ainda esperavam pela ação da “JUSTIÇA, que há de colher no seu manto de proteção os mártires da maldita ditadura policial ...

---

<sup>274</sup> Projeto Preservar: Est: 04 Cx: 26 Doc: 44.

<sup>275</sup> Projeto Preservar: Est: 04 Cx: 26 Doc: 44.

as vítimas do facão, da borracha e do cipó de tamarindo!”. Após a denúncia desse “estado de sítio, onde imperava a despótica Ditadura Policial”<sup>276</sup>, foi impossível apurar a culpa do acusado pelo incêndio. Para não ter início outras represálias, a responsabilidade acabou por recair sobre o próprio lesado. Ao fim do processo, Carolino do Amor Divino foi responsabilizado por incendiar sua própria casa comercial.

Um certo conto popular dá a dimensão de como a má administração da justiça na região era responsável pela disseminação da violência. Um certo jovem estava embaixo de uma gameleira, numa encruzilhada, quando ouviu um barulho e, atemorizado, escondeu-se para ver do que se tratava. Assistiu a chegada de vários diabinhos que “começaro a conversá muito baixinho, de sorte que o home não entendia bem o que era”, até a chegada do maioral entre eles, que logo pediu a seus companheiros um relato das atividades realizadas ao longo do dia. As atividades dão a dimensão do risco de cada uma das ações para a comunidade. Um filho contra a mãe “ist’ é nada. São pecado que o home perdoa”. Outro diabinho, relata ter arranjado “uma briga, onde houve muito tiro e muita faca-fora, cabeça rachada e muito sangue”, que ainda assim é também “pecado que o home perdoa”. No entanto, quando as ações atribuídas aos diabinhos estão relacionadas com os bens de suas vítimas “sempre o homem custa a perdoá”. Um deles estava “trabaiano c’um usurave que já roubou metade d’uma fortuna”, outro havia comprado a alma de um homem que lhe passou o recibo “escrivido có sangue dele, pramode ganhá uma demanda e pulá n’uma boa fortuna”. Quando a briga, com facadas e morte, é motivada por uma herança, o diabinho recebe de seu superior até a promessa de “tê um plemo”. Contudo, quando um dos capetas relata ter feito “um juiz dá hoje uma sentença injusta. Hai muita castionação. O baruío é

---

<sup>276</sup> Projeto Preservar: Jornal Cidade de São Francisco. 30/12/1928.

grosso, morre gente!” é logo saudado pelos demais: “Berabo! São dos que o home tem óido!”<sup>277</sup>(sic).

Esse conto popular, recolhido por volta de 1912 nas proximidades da cidade de Januária, acaba por entrelaçar os dois principais fatores de disseminação da violência no noroeste mineiro, no início da República. Além disso, estabelece uma hierarquia que permite situar o que é a violência para o homem dessa época. O primeiro desses fatores diz respeito à indistinção entre vingança pública e pessoal, resultante da parcialidade do sistema judiciário. Mas há também um outro fator, e está relacionado, como afirmam os diabinhos reunidos na gameleira, às questões de propriedade.

Para compreender a posse da terra como ponto de convergência de conflitos, deve-se esclarecer, antes, sobre a existência de uma moralidade na região que incorpora positivamente a violência, quando empreendida como resposta a uma afronta. Essa moralidade foi identificada por Maria Sylvia de Carvalho Franco<sup>278</sup> entre os homens pobres livres do meio rural do vale da Paraíba, no século XIX, a partir da análise dos processos-crimes da comarca de Guaratinguetá. Segundo essa autora, o recurso à violência estava relacionado ao nivelamento entre os indivíduos. Como esses trabalhadores realizavam as mesmas funções, não havia um princípio hierárquico a partir do qual suas relações pudessem ser orientadas. Desse modo, a violência acabava por se impor como modo de diferenciá-los e de assentar, no seio da comunidade, o valor de uns sobre os outros. Devido a essa igualdade, as situações mais corriqueiras se apresentavam como arenas para esses homens. Nelas, eles poderiam se mostrar capazes a partir do recurso a uma violência compreendida como valentia e coragem pessoal. São esses os atributos que, sob essas condições, passa a diferenciar um indivíduo de outros, em tudo o mais semelhantes a ele.

---

<sup>277</sup> AMBRÓSIO, Manoel. *Brasil Interior: palestras populares – folk-lore das margens do São Francisco* (1912). São Paulo: Editor Nelson Benjamin Monção, 1934. p. 66

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco, esses homens estavam submetidos a uma mesma situação material, daí a pouca diferenciação entre um e outro. Além de não terem nenhuma especialização profissional, esses trabalhadores rurais desenvolviam uma agricultura de subsistência à margem das plantações em grande escala. Podiam dispor de terras improdutivas das grandes fazendas sem perda para o proprietário, pois os altos custos da cultura, no caso a plantação do café, inviabilizavam o aproveitamento de toda extensão do latifúndio. Os homens pobres do meio rural paulista viviam, portanto, de modo semelhante a seus antepassados do século XVIII, quando a terra ainda não havia sido transformada em mercadoria.

Contudo, segundo essa autora, apesar da disponibilidade da terra, as relações de vizinhança eram campo propício para emergência de conflitos. Por um lado, a necessidade unia esses homens num acordo de ajuda mútua, por outro, os predispunha à luta. Toda comunidade dispunha do mínimo para sobreviver, portanto, qualquer atitude de uma das partes que pusesse em risco esse mínimo acabava por gerar situações de confronto. Estabelecido o conflito, a organização social pouco diferenciada colocava a solução em termos simples: ao lesado, caberia se defender a partir do único recurso de que dispunha para fazer valer sua vontade sobre a de seu igual – a força. Dessa forma, mesmo os animais de um vizinho que invadissem a propriedade do outro já detonavam, por parte do prejudicado, uma retaliação imediata e violenta, compreendida como demonstração de valentia e bravura. Pois, nesse contexto, ainda que a terra seja abundante, a dificuldade em tirar dela o sustento atribuía a qualquer benfeitoria um valor inestimável. A destruição desses bens constituía uma ameaça a sobrevivência. A defesa, pelo indivíduo, de seus poucos bens não só é imprescindível como se trata de uma questão de distinção. Não são as

---

<sup>278</sup> FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1976.

diferenças entre os indivíduos e sim o “seu desaparecimento que provoca a rivalidade, a luta demente entre os homens”<sup>279</sup>.

No noroeste mineiro, o risco da igualdade também estava presente. Contudo, ao contrário dos homens do interior paulista, nessa região, as invasões de propriedade não eram vistas com tanta condescendência pelos grandes proprietários. Nas primeiras décadas da República, os homens do São Francisco assistiam à chegada das cercas com as divisões dos latifúndios entre os condôminos. Desse modo, ficava cada vez mais difícil trabalhar livremente a terra alheia e garantir a sobrevivência sem riscos. A disponibilidade da propriedade não era mais um fator comum a todos e estabeleceu a principal separação entre os moradores da região no período assinalado: havia homens com e sem terra. Poderia concluir-se, então, que a diferença com base na propriedade e não na força do indivíduo reduziria a propagação dos conflitos. Porém, como já se afirmou, a violência muitas vezes se apropria dos meios que lhe são contrários e os utiliza a seu favor. A possibilidade de distinção pela posse da terra, ao invés de refrear os conflitos, passou a ser ponto constante de tensão.

Isto porque essas diferenças eram tão inconstantes quanto às demarcações de propriedades tantas vezes violadas. Talvez se deva a consciência da dificuldade em manter a diferença pela propriedade à disparidade levantada por Fernando Pernambucano de Mello<sup>280</sup> entre a lei penal e a moralidade que incorporava a violência como positiva. Segundo esse autor, a lei penal, externa ao grupo, pune os crimes de sangue mais severamente que as violações da propriedade, fruto da necessidade de conter a dissipação da violência recíproca. Já pelo código de honra do sertão, esse tipo de violação é menos aceito. Daí, explica Pernambucano de Mello, ser tolerável para um cangaceiro ser chamado de assassino; porém, nunca de ladrão. Em mensagem deixada na parede

---

<sup>279</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 69

de uma casa de bilhar para a polícia, Lampião afirmava: “Desculpe as letra qui sou Um bandido como voeis me chama pois eu não Mereço, Bandido É voeis que andam roubando e deflorando as famia aleia porem eu não tenho este costume todos me desculpe a gente a quem odiar?” (sic)<sup>281</sup>. Mesmo penalizando mais severamente um crime contra a propriedade do que contra a vida, certos crimes ficam de fora dessa valorização da violência, como se pode inclusive perceber nessa fala de Lampião. Crimes contra mulheres, crianças e velhos são vistos com desconfiança, pois, nesse caso, a diferença já está estabelecida entre o fraco e o forte. Submeter um fraco não caracterizaria bravura, mas covardia. Mas, ainda assim, diria René Girard, esses entraves à violência apenas indicam como os modos para por fim definitivamente com ela ainda não estavam estabelecidos.

Em 1923, Osvaldo Alves de Souza, um baiano de Barreiras, que havia acabado de chegar ao município de São Romão, foi acusado de haver assassinado com facadas Maria Dengosa e ferido seu neto de oito anos. Dengosa tinha fama de feiticeira e, certo dia, havia dito à sua esposa que haveria de vê-la a pedir esmola. A ameaça foi encarada como uma praga por Osvaldo, que voltou para se vingar, dando-lhe “muitas facadas espalhadas por todo o corpo, pernas e braços”. Ele foi descrito como “indivíduo arrelento, provocador, desordeiro que tem fama de valente”, e a morte de Maria Dengosa não havia sido seu único assassinato. Segundo as testemunhas, o assassino já havia “dado provas de bebedor de cachaça e de perversidade, já tendo ferido a faca uma mulher de nome Joaquina, mãe de sete filhos, espancado um velho, conhecido como Cajuhy, que faleceu nove dias depois do espancamento”. A denúncia contra ele baseia-se em crimes praticados contra mulheres, crianças e velhos. Ele havia cruzado as linhas estabelecidas pelo

---

<sup>280</sup> A esse respeito ver: MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004. p 126.

<sup>281</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. p. 406

código de honra da região, as quais ainda tentavam proteger alguns de seus membros. Contudo, antes desses crimes, Osvaldo era “havido como jagunço segundo a gíria popular”. Nesse tempo, para “tão perverso indivíduo”, afirma o delegado encarregado, “não raro aparece proteção”<sup>282</sup>.

Cabia aos jagunços e valentões defenderem a propriedade de seus superiores, pois a parcialidade com que as divisões dos latifúndios eram realizadas deixava a cargo dos proprietários a defesa e ampliação de suas posses. Os homens do noroeste mineiro estavam cientes da parcialidade do sistema judiciário e, assim, temiam mais a violação da propriedade, pois sem ela não só a sobrevivência era ameaçada, como também aquilo que os distinguiu dos demais. A igualdade mais uma vez tornaria premente o uso da força como o único fator de distinção entre sertanejos igualados pelas mesmas condições sociais e de trabalho, marcadas por nenhuma especialização profissional. Contudo, os proprietários tornavam à violência para garantirem a propriedade e se distinguirem de seus iguais. Mas, para isso, o braço armado era o do jagunço. Homens recolhidos nas levas de indivíduos sem propriedade as quais continuavam a contar com a força para se afirmarem frente a seus iguais. Imersos nesse código que valoriza a figura do valentão e o destaca de seus companheiros dedicado às tarefas inglórias da lavoura em terra alheia. Participando das batalhas de seus patrões, esses valentões compartilhavam da notoriedade de seus chefes e usufruíam uma falsa sensação de liberdade, própria de quem nada tem, inacessível ao homem preso à lida no campo.

Esses jagunços poderiam enfrentar e se destacarem com base na notoriedade dos homens à quem prestavam suas armas. Em fevereiro de 1917, o jornal *A Nota*, de Belo Horizonte, denunciou o espancamento do promotor adjunto de São Francisco, Dário Cruz. O agressor teria sido o próprio delegado do lugar, Nicolau Ferreira. Por sua vez, o Dário Cruz, “em casa do

---

<sup>282</sup> Projeto Preservar: Est: 04. Cx: 11 – Crimes e Homicídios.

Presidente da Câmara Sancho Ribas agrediu o mesmo delegado dando-lhe diversos tiros. Consta que o Presidente da Câmara auxiliou a agressão”<sup>283</sup>. Dez dias depois, José Cordeiro, tido como jagunço de Sancho Ribas, Presidente da Câmara da cidade de São Francisco, ameaçou ao informante, Archicioniades Mendonça, do jornal local, que “far-lhe-ia comer o jornal e arrancar-lhe-ia o tampo da cabeça fora” caso Mendonça continuasse a fazer denúncias de seu aliado Sancho Ribas. O ameaçado, por sua vez, passou a andar armado, e Sancho Ribas, em depoimento, como chefe executivo que era, solicitou providências da parte do juiz de paz e do delegado, para por fim à desordem que, alegava o presidente, havia sido alterada por Archicioniades quando este passou a ostentar uma carabina pela cidade.

Deu-se o confronto entre esse último e José Cordeiro nas ruas da cidade, mas, segundo uma das testemunhas, o encontro não passou de ameaças proferidas por ambas as partes. Não teria tomado grandes proporções “porquê se assim fosse o crime teria se dado, visto como quer um, quer outro contendor é corajoso, influente cada qual no seu partido e chefões de elementos armados o suficiente para um ataque dessa ordem”<sup>284</sup>.

Homens, armas, coragem e influência política estão igualmente distribuídos entre os oponentes, a simetria é total, portanto o risco também. Frente a tal situação, o processo foi arquivado devido à impossibilidade de se identificar o culpado. A cada momento, a igualdade ameaçadora tornava mais indistinta a boa da má violência. Ficava a cargo de homens com terras, armas e cargos definirem o justo e, assim, a uma retaliação se seguia outra, outra e mais outra...

A violência contra a propriedade e a vingança de sangue muitas vezes se entrelaçam. Entretanto, como o sistema judiciário se voltava para a punição do crime de sangue, a maioria dos processos é instaurada para apurar um assassinato. Contudo, volta e meia, o crime é

---

<sup>283</sup> Projeto Preservar. Est: 04. Cx: 10 – Jornal A Nota 02/02/1917

<sup>284</sup> Projeto Preservar. Est: 04. Cx: 11 Crimes/1920.

tangenciado pela questão da propriedade. Como em 1930, quando Benedito Vieira Raposo e João Cachimbo foram acusados de terem assassinado Raymunda de tal, no distrito do Morro, município de São Francisco. Raymunda havia se arrependido da venda de “uns terrenos e cinco cabeças de gado” para Benedito Raposo. No intuito de manter o negócio, Benedito relata no processo ter se valido do poder de uma vingança. Há um tempo atrás, Raymunda, em troca de “três quartas de milho”, impediu que Tito de tal fosse preso por ter espancado um filho de João Cachimbo. Benedito Raposo levou esse fato à João Cachimbo, “que imediatamente propôs ao declarante o assassinato”. João Cachimbo “deu com um enxadão na cabeça de Raymunda”, e Raposo, por sua vez, duas pancadas. A morte de Raymunda foi imediata. Logo em seguida, os assassinos “internaram o cadáver da vítima onde havia a escavação de um formigueiro”. Benedito afirma ter sido “levado à prática desse crime por ambição, pois Raymunda, além de ser uma velha de mais de sessenta anos, era muito boa”. Logo após o crime, Benedito começou a tomar conta da propriedade. Afirmou para um grupo de pessoas que procuravam por Raymunda ser o novo proprietário das terras e para onde brevemente iria “retocar a cerca”. Já João Cachimbo, além de haver negociado com Benedito uma novilha pela morte de Raymunda, “fazia parte do contrato a morte de Tito, que deveria ser praticada nessa semana em revanche ao espancamento que Tito fizera a um filho de João”<sup>285</sup>. Nesse caso, a justiça aferiu a culpa, afinal a vítima era uma velhinha. O processo foi concluído com a incriminação do culpado, o que pôs fim à vingança planejada por João Cachimbo.

Porém, a maioria das vezes, os crimes motivados por questões de terra não acabavam como o de Raymunda de tal. As disputas se davam entre iguais, que tomavam para si os mesmos argumentos de seus adversários e, também, os acusavam das mesmas ações que realizavam. Em

---

<sup>285</sup> Projeto Preservar: Est. 04. Cx: 11 – Crimes e Homicídios.

1914, Filemon Lisboa de Castro havia se desentendido, por questão de terras, com Martinho Estrela e José de Paula Estrela. Ameaçava aos quatro cantos que havia de assassiná-los, chegando a atirar pelas mãos dos jagunços Mata-Pai e Joaquim Raio para acertar as contas “sem procurar a justiça e lançando mãos desses meios”<sup>286</sup>. Mas é Filemon Lisboa de Castro que acaba assassinado numa emboscada, levando ao banco dos réus seus inimigos como mandantes do crime. Os mandatários foram identificados pelas testemunhas como trabalhadores nas propriedades dos suspeitos, mas, ainda assim, o crime acabou sendo atribuído a um Joaquim Mendes. Esse, já falecido, teria matado Filemon para vingar, por sua vez, o assassinato de seu irmão Garcia Mendes, atribuído à vítima desse processo.

Em 1930, foi a vez do agrimensor Joaquim Paiva ser denunciado como mandante do assassinato de Plácido José Borges Pinto. O agrimensor teria encomendado o crime para se vingar de uma emboscada armada para ele e seu companheiro Juca Veloso que atribuíam a Plácido Borges, provavelmente motivada por questão de divisão de terras. O corpo foi encontrado por uma das testemunhas

completamente estragado de balas de carabina da cintura para cima, estando mesmo completamente esbagaçado, sem dentes, sem olhos, tendo os assassinos cortado uma das orelhas (esquerda) da vítima, tendo os ditos assassinos saídos com a orelha de Plácido espetada em uma faca e gritavam: olha a aprecata (sic) do homem e com a orelha faziam grande alarido, levando-a ao agrimensor<sup>287</sup>

Os cinco homens que chegaram a casa de Plácido Borges trabalhavam para Joaquim Paiva. De acordo com o testemunho de um dos jagunços, Guiminho de tal, o crime tinha sido ordenado diretamente pelo agrimensor que afirmou dar garantias a seus homens, por ser Juca Veloso outro interessado na vingança, homem de posses na fazenda que estava sendo dividida por Joaquim Paiva. O advogado de defesa desse agrimensor, o já conhecido Manoel Ferreira, tentou

---

<sup>286</sup> Projeto Preservar: Est: 04. Cx: 11 – Crimes e Homicídios.

culpar Juca Veloso, baseado na regra costumeira da vingança: cabe à vítima devolver a violência sofrida por seu agressor. Segundo Manoel Ferreira, foi Juca Veloso quem “saiu mortalmente ferido da emboscada”, enquanto Joaquim Paiva foi ferido “com simples sinais de chumbo e uma bala que não penetrou no seu corpo”. O culpado não foi procurado pela justiça de Brasília de Minas, por ambos serem adversários da política local, portanto, a ação dita legal não saiu das mãos dessas vítimas. Para o advogado, “como se explica que só Joaquim Paiva tivesse interesse de se vingar e não Juca Veloso, o maior ofendido!!...”<sup>288</sup>. Nesse caso, as assertivas de Manoel Ferreira não surtiram efeito e Joaquim de Paiva foi condenado.

Em 1908, o subdelegado Fernando Ramos de Montes Claros relatava à chefia de polícia, em Belo Horizonte, ser esta região uma “zona onde os assassinatos são perpetrados a todos os instantes e muitas vezes com requintes de perversidade sem causa”<sup>289</sup>. Esses requintes de perversidades relacionam-se aos aspectos ritualísticos tomados em assassinatos como o de Plácido José Borges Pinto, que teve a orelha e os olhos arrancados do corpo; ou durante o assassinato do juiz Antero Simões, em 1896, como descrito anteriormente. Nesses casos, para decifrar os motivos que orientaram essa ação, deve-se considerar a mensagem subjacente ao ato e não vê-la como meio mais eficiente de praticá-lo.<sup>290</sup> Nesses casos, ao descaracterizarem os corpos de suas vítimas, os assassinos os privam do único recurso capaz, ainda, de distingui-los, suas feições. A visão dos corpos passa a manifestar o aspecto mais devastador da violência, ou seja, sua capacidade em abolir toda e qualquer diferença. Se essas perversidades assombram tanto o subdelegado é porque nada é mais assustador do que testemunhar a possibilidade de se anular completamente à diferença.

---

<sup>287</sup> Projeto Preservar. Est: 04 Cx: 11 – Crimes e Homicídios.

<sup>288</sup> Projeto Preservar. Est: 04 Cx: 11 – Crimes e Homicídios

<sup>289</sup> APM. Pol 08 Cx. 09 Doc. 07

Quando o próprio delegado é incapaz de conceber esse perigo, a situação torna-se ainda mais grave. Foi o que ocorreu em 1920, mais uma vez na cidade de São Francisco, quando “o ódio e a sede de vingança guiaram os instintos políticos da época rumo a um dos mais atrabiliários oficiais da polícia do sertão – o tenente Alcides do Amaral”. Firmando sua autoridade num suposto parentesco com o então Vice-presidente do Estado, Eduardo Carlos Vilhena, o tenente Alcides cometeu vários abusos na região. Mandava prender, a pedido dos chefes locais, homens inocentes, cobrando uma quantia para libertá-los. Durante o período em que foi delegado “mais de vinte assassinatos foram cometidos fria e barbaramente. Incontável foi o número de perseguidos, aprisionados e espancados”<sup>291</sup>. Entre eles, contava Andalécio Gonçalves Pereira, homem que, segundo Brasileiro Braz, “se vangloriava de uma valentia indômita e com infinito prazer passava horas a fio a narrar façanhas em que sempre aparecia como herói vencedor de famosos criminosos da não menos famosa zona da mata”<sup>292</sup>. Foi Andalécio Gonçalves quem guiou Felão até o povoado da Vargem Bonita para capturar Antônio Dó, tornando-se assim seu inimigo. Mas, não apressemos os fatos.

O tenente Alcides do Amaral, ao saber da propalada valentia de Andalécio, chamou-o a comparecer na delegacia. Lá chegando, sem motivo aparente, o tenente mandou prendê-lo e lá raspam sua cabeça, “arrancaram-lhe os bigodes, fio por fio”<sup>293</sup>, libertando-o logo em seguida. Por meio desse gesto, Alcides do Amaral desqualificou em vida a figura de Andalécio Gonçalves Pereira, submetendo o propalado valentão à pior das humilhações. Com o delegado Alcides do Amaral, o sistema judiciário foi posto de lado para prevalecer apenas sua vontade, executada nos

---

<sup>290</sup> Para ver as diversas formas tomadas pela violência ao longo de um eixo no qual, de um lado, situa-se a violência ritual/impulsiva e, no oposto, a violência instrumental/racional, ver: SPIERENBURG, Pieter. Faces of violence: homicide trends and cultural meanings: Amsterdam, 1431-1816, In: *Journal of social history*, 1994: 701-716.

<sup>291</sup> BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 131

<sup>292</sup> BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 132

<sup>293</sup> BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 132

modos mais radicais, tomados à violência recíproca que visava por fim. A vingança restava quente nas mãos de Andalécio. No dia 21 de setembro de 1920, ele chega junto com Antônio Dó às proximidades da cidade. Cada qual trazendo consigo seu bando para invadir a cidade e vingar a afronta. Mas Antônio Dó, por sua vez, também tinha uma vingança para levar a cabo, e abandonou Andalécio no momento da invasão. O valentão teve que se ver sozinho com seu algoz. Do combate, Andalécio saiu ferido por um tiro na perna, disparado pelo nosso já conhecido José Cordeiro, enquanto o tenente Alcides do Amaral permanecia escondido. Este abandonou a cidade e foi levado às escondidas para Januária, onde faleceu.

A ação executiva empreendida contra Andalécio Pereira por sua credora Maria Pereira Brito, em 20 de abril de 1920, pouco antes dos acontecimentos, informa o patrimônio do executado. Transferida para a viúva Ana Maria Pereira, “em vista dos tristes e lamentáveis acontecimentos na cidade de São Francisco dos quais foi protagonista Andalécio Gonçalves Pereira”<sup>294</sup>, a ação enumera suas fazendas, espalhadas pelos municípios de São Francisco e Paracatu, que, reunidas, somam uma área de 17 alqueires. Em todas elas havia casas, plantações, currais e cabeças de gado, e além desses bens ele contava ainda com 400\$000 nas mãos de seus devedores. Parece que todos os seus bens não bastavam para pagar a dívida, calculada em 13:116\$000. Andalécio estava quebrado, só lhe restava a fama de valentão, seu bigode a defender.

No noroeste mineiro, era cada vez mais difícil o distinguir, no termos de René Girard, aquela que seria a ‘boa’ violência, capaz de dar fim ao ciclo interminável da vingança. A região parecia submergir numa crise, a crise sacrificial descrita por René Girard, ocasionada pela “perda da diferença entre a violência impura e a purificadora. Quando se perde essa diferença não há mais purificação possível e a violência impura contagiosa, ou seja, recíproca, alastra-se pela

comunidade”<sup>295</sup>. Os homens com posses se lançavam uns contra os outros se valendo dos braços armados de homens sem bens que matavam para sobreviver e buscavam, a todo custo, se distinguirem nesse cenário marcado pela igualdade. Uma vez instalada, a violência se espalha, ameaçando dar fim à comunidade. Diz René Girard ser necessário uma ‘auto-regulação’ que possa salvá-la, dando fim à crise sacrificial. Esse mecanismo auto-regulador irá relacionar essa violência de todos à violência de um homem só, elegendo-o como a vítima expiatória. Com a crise do sistema judiciário, esse seria o único modo capaz de ocultar dos homens sua própria violência atribuindo-a a um único culpado. Essa discussão ajuda a compreender o papel atribuído a Antônio Dó, pois sua figura concentrou a violência disseminada por toda a comunidade. O ódio de todos contra todos dá lugar ao ódio de todos contra um. No “cenário rude daquela zona”, era ele “o mais terrível bandoleiro que ali tem existido. Antônio Dó o perigosíssimo facínora”<sup>296</sup>.

A escolha de Antônio Antunes de França não foi aleatória. Ela acompanha o traço comum encontrado por René Girard entre a diversidade de tipos escolhidos como vítimas nos ritos sacrificiais. Segundo esse autor, o indivíduo ou animal imolado deve ser semelhante às categorias não sacrificiáveis, sem, contudo, ser confundido com estas. Entre os seres humanos, a lista varia de escravos ao próprio rei. Contudo, todos os escolhidos são exteriores ao grupo. Os sacrificiáveis são indivíduos “incapazes de tecer com a comunidade os mesmos laços que ligam seus membros entre si. Algumas vezes é o estatuto de estrangeiro ou de marginal, outras a idade ou a condição servil que impedem às futuras vítimas a plena integração à comunidade”<sup>297</sup>. No caso do rei, por exemplo, sua exterioridade se deve à posição superior que ocupa e o isola “por cima”. Além dessa exterioridade, a relação entre a vítima escolhida e a comunidade é marcada

---

<sup>294</sup> Projeto Preservar. Est: 04. Cx: 19 – Ações Executivas.

<sup>295</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 68

<sup>296</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Estado de Minas. 19/11/1929

<sup>297</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 25-26

pela ausência de pessoas próximas que tomem seu assassinato como uma morte comum e, portanto, passível de ser vingada.

Como vimos, Antônio Antunes de França era um estrangeiro na região. Ele é originário de Pilão de Arcado, na Bahia. Porém, ele não foi o único homem a preferir o agreste baiano pelo cerrado mineiro. Vários dos casos acima descritos foram protagonizados por conterrâneos de Dó. Contudo, ao contrário desses, ele e seus familiares viviam, de certa forma, isolados em sua propriedade na Boa Vista. Tentavam garantir a sobrevivência, alheios aos acontecimentos que se davam na cidade e na região. Além disso, uma possível vingança pela sua morte era improvável, pois todos os seus parentes já estavam mortos quando esse baiano agregou a violência que atingia a todos. Não havia próximos, nem ninguém que posteriormente tomasse para si sua causa. Ao contrário, é ele quem, num primeiro momento, se furta a entrar para o ciclo interminável da vingança. Seu irmão Honório Antunes de França havia sido assassinado, provavelmente por seu cunhado Marcelino que não foi julgado pelo crime; e, ainda assim, Dó não tomou para si a vingança.

Frederico Pernambucano de Melo analisa como os cangaceiros do nordeste, principalmente Lampião e Antônio Silvino, proclamavam aos quatro cantos terem entrado para a o banditismo com o intuito de vingar o assassinato dos pais. Segundo esse autor, tal procedimento era tomado para justificar suas ações, pois poderíamos dizer, que o sangue da vítima exige o sangue do culpado. Contudo, nenhum desses homens chegou, de fato, a executar a vingança. Lampião não matou José Saturnino, nem mesmo o Sargento José Lucena, a quem atribuía a responsabilidade pela morte de seu pai, José Ferreira da Silva. Antônio Silvino, por sua vez, nem chegou a se aproximar de José Ramos da Silva, assassino de Pedro Baptista Rufino de Almeida, o Baptistão, seu pai. Para Fernando Pernambucano de Mello, efetivar a vingança seria

por fim a justificativa de suas ações. Acabaria com o chamado “escudo ético”<sup>298</sup>, pois o móvel da vingança, aceito por seus contemporâneos, atrairia sobre os bandidos a simpatia da população. De modo semelhante, Antônio Dó nunca chegou a vingar a morte de seu irmão, mas acreditamos não se tratar da necessidade de preservação desse “escudo ético”, pois esses homens conviveram com o risco direto da vingança interminável e se furtaram a ela.

Contudo, quando Antônio Dó se recusa a entrar no jogo da violência recíproca, ele não anula o perigo da vingança. Se, por um lado, ele mantém a posição de vítima, por outro, com base no risco em potencial contido na não efetivação, da vingança ele ameaça todos que o cercavam. Só esse perigo não justifica a construção em torno da sua pessoa da unanimidade violenta, tampouco à exterioridade do grupo ou a ausência do risco de sua morte deflagrar a reciprocidade violenta. Isto porque esses são critérios definidos para eleição da vítima a ser imolada no ritual do sacrifício, e não é nossa intenção afirmar que a morte de Antônio Dó tenha sido realizada em altares e oferecida para divindades na região. O sacrifício, dentro de seu quadro ritual, segundo René Girard, é o modo como os povos primitivos rememoram e celebram um assassinato originário que restaurou a ordem após a crise sacrificial. A vítima sacrificial substitui a vítima expiatória, que, por sua vez, substitui os membros da comunidade.

Inicialmente, a vítima expiatória não se diferencia em nada de seus antagonistas. Sua cólera sempre se manifesta como resposta a uma violência anterior. Tomemos, por exemplo, o encontro, ocorrido em 1909, entre o capitão Américo Ferreira Lima e Antônio Antunes de França, apresentado no primeiro capítulo. Intimidado pelo delegado especial, Dó se dirigiu ao encontro “ainda calçado de botas, bem longe de compreender que ia cair em uma cilada

---

<sup>298</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*.

engenhosamente preparada contra si”<sup>299</sup>. Ao se dar conta do embuste, o lavrador lançou ao capitão “palavras injuriosas à honra e representação do delegado”<sup>300</sup>. Contudo, os insultos são rebatidos por Américo Ferreira Lima, que “além de outros qualificativos grosseiros e injuriosos que atirara sobre o acusado, dera-lhe ainda o de bandido”<sup>301</sup>.

Como vimos, esse não é um insulto muito aceito na região, devido à importância atribuída a propriedade como fator de distinção. Tanto mais perigosa pela posse estar sendo posta em risco pelo próprio capitão e seu aliado, Maurício Pereira da Rocha. Frente a esse insulto, a violência verbal passou a física. Antônio Dó, desarmado, “servindo-se das unhas e dentes fizera diversos ferimentos leves em sua vítima, conforme se vê dos autos”<sup>302</sup>. Segundo Brasileiro Braz e Saul Martins, nesse momento, Antônio Dó teria avançado sobre o capitão, “comprime-lhe a garganta e o obriga a andar de quatro, monta-o e corre-lhe as esporas”<sup>303</sup>. A luta é apartada pelos soldados que lá se encontravam e que levaram Antônio Dó para ser amarrado num umbuzeiro, onde “sofreu o mais selvagem dos espancamentos”<sup>304</sup>. Segundo o coronel Solônio Soares de Melo, rábula que o defendeu no processo, lá os soldados o “espancaram e feriram para público conhecimento”<sup>305</sup>. Esse abuso de autoridade, “que entristeceu a população pacífica e ordeira desta cidade, do qual fora protagonista principal o capitão Américo, delegado especial aqui estacionado”, é contraposto por Solônio Melo aos “ligeiros e sucintos arranhões que [Américo Ferreira] recebera batendo de encontro aos diversos móveis existentes em sua sala e nas esporas com que estava o acusado”<sup>306</sup>. O capitão Américo é tão arbitrário no exercício da sua função quanto posteriormente se mostrará o tenente Alcides do Amaral. Por sua vez, Antônio Dó revida

---

<sup>299</sup> Razões de defesa de Antônio Antunes de França. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz

<sup>300</sup> Denúncia. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz.

<sup>301</sup> Razões de defesa de Antônio Antunes de França. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz

<sup>302</sup> Denúncia. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz.

<sup>303</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. 2ª ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1979. p.36

<sup>304</sup> BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. p. 382

<sup>305</sup> Razões de defesa de Antônio Antunes de França. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz.

a ofensa de sua honra como Andalécio Gonçalves também irá revidar. No limite, a semelhança pode ser encontrada até mesmo nas ações de Antônio Dó e do capitão Américo, já que ambos participam do jogo da violência. Na medida em que o agente responsável por executar a justiça a submerge nos interesses particulares, ele se iguala a seu contendedor, abrindo caminho para a violência. Foi esse o argumento no qual Solônio Melo baseou a defesa de Antônio Dó. Afinal, afirma o rábula, “quando o nosso direito é pesado na balança serena da Justiça incorruptível, sem ódio, sem rancor e sem paixão, temos todos nós, com a mais escrupulosa igualdade, a recompensa dos nossos atos. Sejam bons ou maus”<sup>307</sup>. Tal alerta parece ter surtido efeito, pois, como vimos ao fim do processo, Antônio Dó foi absolvido das acusações de desacato seguido por agressão física, afinal, o próprio capitão já havia se incumbido da vingança.

Já que a história de Antônio Antunes de França se assemelha às anteriormente narradas, resta tentar compreender as razões que centraram, em sua figura, a violência presente em todos. Afirma René Girard, “qualquer comunidade às voltas com a violência, ou oprimida por uma desgraça qualquer, irá se lançar de bom grado, em uma caça cega ao ‘bode expiatório’. Os homens querem se convencer de que os seus males provém de único responsável”<sup>308</sup>. Essa responsabilidade acabou por recair sobre Antônio Dó, porque coube a ele romper com o único fator que ainda distinguia os homens do noroeste mineiro – a posse da terra. No momento em que ele abandonou sua fazenda na Boa Vista e fez da violência o único modo de distinção, ele eliminou qualquer possibilidade de diferença: seja entre o chefe de bando e o jagunço ou entre esse e o lavrador. A verdade, considerada incontestável, da culpa por ter dado fim à distinção pela posse da terra “substitui a diferença recíproca (...) pela formidável transgressão de um

---

<sup>306</sup> Razões de defesa de Antônio Antunes de França. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz.

<sup>307</sup> Razões de defesa de Antônio Antunes de França. Autos do processo. Acervo Privado Petrônio Braz.

<sup>308</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 104

indivíduo”<sup>309</sup>. No entanto, nesse movimento, o crime implica na formação de uma outra diferença dentro da comunidade, já que a transgressão cometida por Antônio Dó acabou por destacá-lo dos demais homens.

Num primeiro momento, todos os “homens de bem”, como Andalécio, Sancho Ribas, Antônio Ferreira Leite, Francisco da Silva Porto, entre outros, se uniram em torno do objetivo único de dar fim a Antônio Dó. Para eliminar esse inimigo único, eles recorreram às forças vindas de fora, da capital, de modo estabelecer uma diferença entre os oponentes. Essa tentativa de captura frustrou-se com a morte do Alferes Batista por afogamento. Foi enviada nova expedição, mas dessa vez mudou-se a tática, quem haveria de se confrontar com Antônio Dó seria o temido Alferes Felão. Um homem tão violento e perigoso quanto se afirmava ser Antônio Dó. Mais uma vez, a empreitada fracassa, a violência que deveria recair sobre o bandido assola o palco do confronto – Vargem Bonita. O Felão, tomado pelo sangue de tantas violências praticadas, vem a falecer sozinho. Segundo alguns, o alferes teria sido devorado, de dentro para fora, por carrapatos caianos, que surgiam da própria pele; outros afirmam que ele morreu com a língua para fora, como um enforcado<sup>310</sup>. Já na Bahia, onde Dó também reuniu contra si os ódios particulares e acenou, como vimos, com a dissolução da diferença, foi a vez dos poderosos do lugar enviarem um último pedido de socorro à Força Pública, que também fracassou.

Todos esses insucessos serviram para consolidar seu papel como a vítima expiatória capaz de agregar a violência disseminada. Havia nesse homem algo de sobrenatural que o diferenciava dos demais, como se ele houvesse sido tocado pela transcendência. Tinha o corpo fechado, cavalgava uma mula encantada e previa a aproximação do perigo<sup>311</sup>. Sua pretensa

---

<sup>309</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 102

<sup>310</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 138.

<sup>311</sup> MARTINS, Saul. *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*. p. 21-25.

invulnerabilidade propiciou a Antônio Dó, rondar as proximidades de Formoso, Carinhanha, São Francisco e Januária por dezesseis anos. Em todo esse tempo, ele concentrou em si os males que afligiam a todos. Enquanto se fez necessária, sua figura permanecia como um perigo em suspenso, mantendo dentro de certos limites a violência recíproca. Não ocorreu, como se temia, nenhuma destruição nos níveis da que se dá a invasão dos Serranos, em 1896. Por mais distante e alheio que ele estivesse das disputas, se dedicando apenas ao garimpo nos ermos da Serra das Araras, sua presença permanece como um risco a congregar os temores. Foi com ela que Andalécio Gonçalves ameaçou o Tenente Alcides do Amaral. Contudo, Antônio Dó não seguiu Andalécio, afinal, o guerreiro, ao voltar para sua cidade pleno do sangue derramado, arrisca a contaminá-la.

Antônio Dó acabou assassinado em novembro de 1929, com idade avançada. Após Silvino de Jesus, o “corta-orelhas”, ter dado a primeira paulada, “o célebre salteador caiu sem sentidos”, e o assassino, “com medo das conseqüências do seu gesto, redobrou então as pauladas até reduzir-lhe a papa a cabeça”<sup>312</sup>. Os membros de seu bando se dispersaram como que tomados pela violência que outrora Dó regulava. A polícia foi enviada para capturá-los e, após o combate, “havendo mortos e feridos de parte a parte”<sup>313</sup>, apenas um foi preso e os demais fugiram. Mas, em São Francisco, “a população desta cidade está satisfeita com o desaparecimento de Antônio Dó e seus jagunços, motivo de eterno desassossego para as famílias locais”<sup>314</sup>. A morte da vítima expiatória restaurou a ordem abalada. Portanto, diriam seus contemporâneos, “felizmente Antônio Dó morreu. Podem, agora, repousar tranquilas as inúmeras localidades que ele

---

<sup>312</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Estado de Minas, 19/11/1929.

<sup>313</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Estado de Minas, 19/11/1929.

<sup>314</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Estado de Minas, 19/11/1929.

aterrorizou por tanto tempo, notadamente a cidade de São Francisco, alvo de sua vandálica cobiça”<sup>315</sup>.

Após ter produzido a discórdia, sua morte trouxe a paz ao lugar, daí a posterior reverência a sua figura. Uma reverência que não é fruto do desconhecimento acerca de sua trajetória, de suas transgressões, mas se devem a elas. Foi por ser bandido que ele pôde ser admirado. Afinal, foi sua transgressão que transformou o ódio de todos no ódio a um só, e sua morte restaurou o equilíbrio entre a boa e a má violência. Para os modernos, essa reverência à vítima expiatória por seu papel não é mais exteriorizada no rito sacrificial, uma vez que a literatura substituiu o rito<sup>316</sup>. É por ter como função provocar piedade e terror que, no caso a tragédia, pode purificar esses sentimentos<sup>317</sup>. Portanto, nos romances e canções que rememoram a saga de Antônio Dó, em nenhum momento sua ferocidade é deixada de lado. Mesmo pelo que pode ser visto do filme, ao contrário, Antônio Dó trás “ódio, muito ódio, pra vingar uma humilhação”, mas mesmo assim não deixa de ser “para o povo, um herói”<sup>318</sup>. Afinal de contas, diz mais uma vez Riobaldo Tatarana, “senhor pensa que Antônio Dó ou Olivino Oliviano iam ficar bonzinhos por pura soletração de si, ou por rogo dos infelizes, ou por sempre ouvir sermão de padre? Te acho! Nos visos...”<sup>319</sup>

---

<sup>315</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais. Estado de Minas, 19/11/1929.

<sup>316</sup> GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. p. 11

<sup>317</sup> ARISTÓTELES. Poética. In: Col. Pensadores. v. VII. São Paulo: Ed. Abril, 1979. p. 241-269.

<sup>318</sup> SOARES, Paulo Leite. *O bandido Antônio Dó*. Belo Horizonte: Filmes do Vale/Embrafilme, 1979.

<sup>319</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 38º ed. 1986. p.11

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De início, essa dissertação tentou, um pouco como Roberto Carlos, “contar pra todos a história de um rapaz, que tinha a muito tempo a fama de ser mau”<sup>320</sup>. Contudo, ao longo do caminho, notamos que só isso não bastava. Falar sobre a fama adquirida por Antônio Dó, com certeza. Afinal, sua morte foi tratada como o desaparecimento de “um ‘astro’ do crime”<sup>321</sup>. Mas, ela não estava restrita apenas a *fama de mau*. Comprovar essa idéia seria desconsiderar o outro qualificativo divulgado sobre Antônio Dó: sua fama de bom. A caracterização de Antônio Dó como o facinoroso bandido que por dezesseis anos amedrontou as famílias da região dos rios São Francisco, Carinhanha e Urucuia é própria da documentação produzida nesse período. Contudo, as obras ficcionais posteriores vão além e, em alguns casos, exaltam fatores positivos, como sua força, astúcia e coragem.

A ambigüidade da fama adquirida por Antônio Dó, só foi possível devido aos avanços e recuos de sua trajetória. Com relação à propriedade agrária, ora se impôs frente ao arbítrio dos potentados da região, ora o reproduziu. Mas, essas idas e vindas não foram protagonizadas apenas por Dó. Os homens que testemunhavam, surpreendidos, a força desse fazendeiro frente as três expedições vindas de Belo Horizonte, e tentavam explicá-la, lançavam sobre ele o mesmo olhar duplo que voltavam para a região na qual atuava, quando se referiam a ela como sertão. Um lugar de desmandos, ao qual Antônio Dó se contrapunha, ou o inverso; de vida tranqüila e farta, apartado das modernidades, mas ameaçado pelo perigo de sua presença. Até mesmo a face mais perigosa de seu percurso, ou seja, a violência, mostrou não ser suficiente para imprimir uma fama

---

<sup>320</sup> CARLOS, Roberto. História de um homem mau. Louis Armstrong; Zilner Randolph. Versão: Roberto Carlos. In: *Canta para juventude*. São Paulo: Warner, 1965.

<sup>321</sup> Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais - Estado de Minas, 19/11/1929.

unilateral à Antônio Dó. A violência temida por todos não deixava de encantar a muitos, pois, era vista como sinônimo de capacidade e valentia.

Como vimos, as respostas às perguntas levantadas nesse trabalho, longe de nos levarem a proposições definitivas sobre Antônio Dó e os mundos – real e ficcional – em que ele viveu, ao contrário, acabaram por trazer sempre a indefinição. Mas essa indefinição, por certo, não diz menos sobre o tema do que as certezas recolhidas aqui e ali. Ao contrário, reside na dificuldade em estabelecer uma única e estrita relação desse homem com seu mundo a capacidade que sua trajetória possui de encantar aqueles que lhe foram contemporâneos e os que vieram depois. Portanto, defini-lo como bandido ou herói, justiceiro ou injustiçado, mandante ou mandatário poderia, de fato, levar a uma determinada história, mas ela seria apenas uma, dentre as várias outras possíveis.

**LISTA DE ACERVOS E FONTES PESQUISADAS**

Projeto Preservar  
APM - Arquivo Público Mineiro  
Hemeroteca Publica do Estado de Minas Gerais  
Acervo Privado João Botelho Neto  
Acervo Privado Petrônio Braz

**JORNAIS**

A Liga  
A Nota  
Cidade de São Francisco  
Correio do Norte  
Estado de Minas  
Gazeta de Paraopeba  
Jornal do Comércio  
O Pirapora  
O Jornal de São Francisco

**FILME**

SOARES, Paulo Leite. *O bandido Antônio Dó*. Belo Horizonte: Filmes do Vale/Embrafilme, 1979.

**BIBLIOGRAFIA**

- AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó. O Bandoleiro das Barrancas*. Encontro com o Folclore  
Imprensa Vespertino Ltda. Petrópolis 1976.
- AMBRÓSIO, Manoel. *Brasil Interior: palestras populares – folk-lore das margens do São  
Francisco*. São Paulo: Editor Nelson Benjamin Monção, 1934.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo  
Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ANDRADE, Tom (int) *Cantilena*. 1 CD (BH. Alpha. MOC). BEMOL, s/d.
- ARISTÓTELES. Poética. In: Col. Pensadores. v. VII. São Paulo: Ed. Abril, 1979.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.
- BIEBER, Judy. “A Visão do Sertão. Party Indetity and Poltical Honor in Late Imperial Minas  
Gerais, Brasil”. In: *Hispanic American Historical Review*. 81,2. 2001
- BRASIL, Henrique de Oliva. *De Contendas a Brasília de Minas*. (s.d.)
- BRAZ, Brasileiro. *São Francisco: nos caminhos da História*. Belo Horizonte: Editora Lemi,  
1977.
- BRAZ, Petrônio. *Um Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. Montes Claros: Edibraz,  
2004.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte:  
Itatiaia. São Paulo: Ed. USP, 1977.
- CARNEIRO, Octávio. *De Pirapora a Juazeiro pelo rio São Francisco*. (s.n.t.)
- CARVALHO. José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte:  
Ed. UFMG, 1999.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. 38º Ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1997.

- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA. *Centenário da fábrica do Cedro: histórico (1872-1972)* Belo Horizonte: 1972.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra/UNESP, 1990.
- GRUPO RAÍZES (int.) *Olhe bem as montanhas*. 1 LP. São Paulo: Fermata Indústria Fonográfica Ltda, 1980.
- HOBBSAWN, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- HOBBSAWN, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LACAPRA, Dominick. História e o romance. In: *Dossiê História – Narrativa*. Revista de História. 2/3. São Paulo: Unicamp, 1991.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto* 2ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: Iuperj, UCAM, 1999.
- LIMA, Noraldino. *No Valle das Maravilhas*. Belo Horizonte: Oficinas Graphicas da Imprensa Oficial, 1925.
- LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. Obras Completas de Monteiro Lobato. v. 8. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- MACIEL, Frederico Bezerra. *Lampião, seu tempo e seu reinado*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1985.
- MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. (Dissertação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1995.

- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da, *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930*) – Belo Horizonte - Imprensa Oficial, 1991.
- MARTINS, Saul. *Antônio Dó: O Jagunço mais famoso do sertão*. Imprensa Oficial Belo Horizonte – 1967.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- MOISÉS, Leyla Perrone. A criação do texto literário. In: *Flores da Escrivania*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *O Sertão do Rio Doce*. Bauru: (SP): Edusc. Gov. Valadares: Ed Univale. Aimorés: Instituto Terra, 2005.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1976.
- PRATA, Ranulfo. *Lampião*. São Paulo: Ed. Piratininga, 1930.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros*. São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- \_\_\_\_\_ *A História do Cangaço*. São Paulo: Global, 1986.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. v. 1 Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. Brasileira.v. 184 Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1946.
- ROSA, João Guimarães - *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

- SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Bahia: Ed. Progresso, 1955.
- SILVEIRA, Olintho. *Minha terra e nossa história* (memórias). Belo Horizonte: [s. n.], 1969.
- SILVEIRA, Victor *Minas Gerais no ano de 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- SLATTA, Richard W (org) *Bandidos: The varieties of Latin American Banditry*. Greenwood Press: NewYork.Westport,Connecticut.London, 1987.
- SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- SPIERENBURG, Pieter – “Faces of Violence: Homicide Trends and Cultural Meanings: Amsterdam, 1431-1816”, In: *Journal of Social History*, 1994.
- TIZUMBA, Maurício. *Antônio Dó*. In: [www.asminasgerais.com.br](http://www.asminasgerais.com.br).
- VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In: BRAIT, Beth (org). *O sertão e Os Sertões*. São Paulo: Arte&Ciência, 1998. p. 63-76.
- VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte s.n.t., 1916.